

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

NILVAN LAURINDO SOUSA

**A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI E “A MULHER NA
SOCIEDADE DE CLASSES” (1969), UMA CONTRAIDEOLOGIA À ORDEM
PATRIARCAL COMO IDEIA DOMINANTE**

**PONTA GROSSA
2022**

NILVAN LAURINDO SOUSA

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI E “A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES” (1969), UMA CONTRAIDEOLOGIA À ORDEM PATRIARCAL COMO IDEIA DOMINANTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: História e Políticas Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Lúcia Martiniak

**PONTA GROSSA
2022**

S725 Sousa, Nilvan Laurindo
A trajetória intelectual de Heleieth Saffioti e "A Mulher na Sociedade de Classes" (1969), uma contra ideologia a ordem dominante como ideia dominante / Nilvan Laurindo Sousa. Ponta Grossa, 2022.
139 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Martiniak.

1. Mulheres-intelectuais. 2. Heleieth Saffioti. 3. Marxismo. I. Martiniak,
Vera Lúcia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III. T.

CDD: 305.48



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

NILVAN LAURINDO SOUSA

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI E “A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES” (1969), UMA CONTRAIDEOLOGIA A ORDEM PATRIARCAL, COMO IDEIA DOMINANTE.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dra. Vera Lucia Martiniak – UEPG (Presidente)

Prof.^a Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior - UEPG

Prof.^a Dra. Terezinha de Oliveira - UEM

Prof.^a Dra. Evelyn de Almeida Orlando - PUC/PR

Prof.^a Dra. Roseneide Maria Batista Cirino- UNESPAR - suplente externa

Prof.^a Dra. Edina Schimanski - UEPG - suplente interno.

Ponta Grossa, 21 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 18/03/2022, às 13:22, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia da Silva Oliveira, Professor(a)**, em 18/03/2022, às 15:37, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ORiomAR SKALINSKI JUNIOR, Professor(a)**, em 18/03/2022, às 15:38, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **0884965** e o código CRC **601EC40A**.

Dedico

A força superior, para mim Deus, e
todos os espíritos de luz,
gratidão pela minha vida e de todos que me são caros.
A minha mãe, pela força, coragem,
fortaleza, por ser inspiração,
ao meu pai, que enquanto eu fazia esta travessia
rezava e dizia: Se não der para ir correndo,
vai andando, o importante é não parar!
Vocês são o sol que iluminam minha caminhada.
Ao Vini, Breno e Ma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que foi minha fortaleza e meu equilíbrio, permitindo-me as condições físicas e emocionais, apesar de todas as adversidades, para que eu pudesse chegar até aqui.

À professora Vera Lúcia Martiniak, que acreditou no potencial deste projeto e, sobretudo, orientou este trabalho; que foi a amiga imprescindível nos momentos de estresse inerentes ao desenvolvimento da pesquisa. Nós sabemos o quão foi difícil o período de isolamento imposto pela pandemia e a angústia e o temor pelas nossas vidas e de todos.

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação deste trabalho, por sua dedicação e seriedade, os quais contribuíram com a leitura atenta, sugestões para a sua melhoria. Meus sinceros agradecimentos à Dra. Edina Schimanski (UEPG), Dra. Terezinha de Oliveira (UEM), Dra. Evelyn de Almeida Orlando (PUC-PR) e ao Dr. Oriomar Skalinski (UEPG). Agradeço, com especial deferência, à prof.^a Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira, que esteve presente ao longo de minha formação, desde a graduação e, posteriormente, no Mestrado e nesta fase do Doutorado.

Aos colegas de Caminhada e Pesquisa, os quais estiveram presente no decorrer deste trabalho e foram a acolhida nos momentos de angústia, em especial à Lúcia Mara de Lima Padilha e à Luciana Kubaski, pela disponibilidade nos momentos difíceis, e a todos os demais colegas que, direta ou indiretamente, contribuíram e entenderam a minha ausência.

Aos meus colegas de trabalho, que me auxiliaram e colaboraram neste momento de ausência, em especial a meu chefe e amigo Paulo Vitor Farago, que me incentivou e liberou para a realização deste projeto pessoal e Institucional. À Selma e ao Flávio, companheiros de trabalho, que me deram apoio, foram suporte para a minha saída. A todos os demais servidores do corpo técnico-administrativo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a liberação integral para sua realização se configurou como resistência e luta dos Agentes Universitários.

Agradeço especialmente à “Má”, que foi afeto, prontidão, acolhida, apoio incondicional e encorajamento necessário; agradeço, ainda, à Hilda, amiga querida, Vinícius, Breno, Rafaela, João, Rafael, amores meus; agradeço ao meu irmão Antonio Nilson, companheiro de discussão, de caminhada acadêmica e de luta pela educação, bem como ao Eliezer, Paulo e Cilas, presenças constantes em minha vida, a todos os membros da família Laurindo que compreendem a importância desta caminhada.

Triste, Louca ou Má

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós (e um homem não me define, minha casa não me define)
Vai viver só (minha carne não me define)
(Eu sou meu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós (e um homem não me define)
Vai viver só (minha carne não me define).

Francisco el Hombre

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo A Trajetória Intelectual de Heleieth Saffioti e “A Mulher na Sociedade de Classes” (1969), uma contraideologia à ordem patriarcal como Ideia dominante. Saffioti foi precursora nas linhas de pesquisa de estudos referentes às mulheres e ao sistema capitalista de produção, a partir da utilização do referencial marxista. A obra que subsidiou esta pesquisa apresenta uma análise da instrução/escolarização das mulheres desde a Colônia até a República, e os agravantes deste processo para as desigualdades sociais, bem como o alijamento das mulheres na sociedade capitalista e a consolidação e institucionalização do mito de inferioridade da mulher. Apesar de sua produção acadêmica estar voltada para a análise das condições materiais da sociedade, cabe ressaltar que o campo científico foi construído a partir da presença masculina. Os intelectuais homens estavam presentes durante a trajetória acadêmica e intelectual de Saffioti e, de certa forma, influenciaram em sua produção. Assim, defende-se a tese de que o pensamento sobre a educação e a sociedade é hegemonicamente masculino, porém Heleieth Saffioti sobressaiu-se com a sua produção intelectual, discutindo a condição das mulheres na sociedade patriarcal, contribuindo, dessa forma, para a área educacional e para a produção marxista, ao ampliar o debate. A delimitação temporal centra-se nas décadas de 1950 a 1960, que compreendem seu processo de formação na Escola Normal, seu ingresso em Ciências Sociais, sua docência no ensino superior e a livre docência, com a produção de “A Mulher na Sociedade de Classes”, e o contexto do regime militar, que foi desfavorável para a produção marxista. A pesquisa tem como questão norteadora: Como se consolidou a intelectualidade de Heleieth I. B. Saffioti e qual a contribuição da obra “A mulher na sociedade de classes” (1969) para a Educação? O objetivo geral é analisar os principais momentos da vida, da trajetória acadêmica e profissional de Heleieth Saffioti, buscando evidenciar, a partir da obra “A mulher na sociedade de classes”, as contribuições para educação. Deste objetivo geral, decorrem os específicos: Identificar a trajetória formativa e profissional de Heleieth Saffioti e os reflexos na produção acadêmica; Evidenciar o processo de discussão teórica da obra “A mulher na sociedade de classes”, a partir de Marx e Engels; Discutir as contribuições da obra “A mulher na sociedade de classes” para a área da educação. O estudo tem como aporte teórico as obras de Engels (2010), Marx (2002, 2009, 2011), Marx e Engels (1978, 1977, 2007), Faoro (2001), Fernandes (2008), Tristán (2015) e as publicações de Saffioti (1976, 1987). Do ponto de vista metodológico, este trabalho tem caráter bibliográfico e documental. As fontes utilizadas foram os livros e artigos de Heleieth Saffioti, compreendidos enquanto produtos de uma determinada época, escrita por sujeito histórico que ocupava posições específicas. O estudo demonstrou que Heleieth Saffioti desvelou na obra a relação entre capitalismo e patriarcado, sendo o patriarcado anterior ao capitalismo. Suas contribuições para a educação são as marcas discriminatórias socialmente construídas, elaboradas por um conjunto de dimensões.

Palavras-chave: Estado-Educação-Igreja. Mulheres-intelectuais. Heleieth Saffioti. Marxismo-patriarcado-capitalismo.

ABSTRACT

This research had as its object of study The Intellectual Trajectory of Heleieth Saffioti and "The Woman in Class Society" (1969), a counter ideology to the patriarchal as dominant idea. Saffioti was a precursor in the lines of research lines of studies concerning women and the capitalist system of production, from the use of the Marxist referential. The work that subsidized this research presents an analysis of the education/schooling of women, from the Colony to the Republic and the aggravating factors of this process for social inequalities, as well as the alienation of women in the capitalist society and the consolidation and institutionalization of the myth of women's inferiority. Although her academic production was focused on the analysis of the material conditions of society, it is worth noting that the scientific field was built on a male presence. Male intellectuals were present during Saffioti's academic and intellectual trajectory and that, in a way, influenced her production. Thus, we defend the thesis that thought on education and society is hegemonically male, but Heleieth Saffioti stood out with her intellectual production, discussing the condition of women in patriarchal society, and contributed to the educational area and to the Marxist production, broadening the debate. The temporal delimitation focuses on the decade from 1950 to 1960, which includes her training process in the Normal School, her entry in Social Sciences, her teaching in higher education and her free teaching with the production of "The Woman in Class Society", and the context of the military regime which was unfavorable to the Marxist production. The guiding question of this research is: How did the intellectuality of Heleieth I.B. Saffioti and consolidate and what was the contribution of her work "Women in Class Society" (1969) to Education? The general objective is to analyze the main moments in the life and academic and professional trajectory of Heleieth Saffioti, seeking to highlight, based on the work "Women in Class Society", the contributions to education. From this general objective derive the specific objectives that are: identify the formative and professional trajectory of Heleieth Saffioti and the reflections in her academic production; highlight the process of theoretical discussion of the work "Women in class society, by Marx and Engels; discuss the contributions of the work "Women in class society", by Heleieth I. B. Saffioti, to the area of education. This research has as its theoretical basis the works of Engels (2010), Marx (2002, 2009, 2011), Marx and Engels (1978, 1977, 2007), Faoro (2001), Fernandes (2008), Tristán (2015), and the publications of Saffioti (1976, 1987). From the methodological point of view, this research has a bibliographical and documental character. The sources used in this research were the books, articles by Heleieth Saffioti, understood as products of a certain time, written by historical subject who occupied specific positions. The study showed that Heleieth Saffioti unveiled in her work the relationship between capitalism and patriarchy, patriarchy being prior to capitalism. Her contributions to education are the socially constructed discriminatory marks being elaborated by a set of dimensions.

Keywords: Education-Church. Women-intellecutuals. Heleieth Saffioti. Marxism-patriarchalism-capitalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESCOLAS MISTAS EM AVARÉ-SP, 1938	25
FIGURA 2 – ESCOLA AGRÍCOLA E TRANSPORTE ESCOLAR DO INTERIOR PARA A CIDADE DE ITAPETININGA -1948.....	27
FIGURA 3 – NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CAETANO DE CAMPOS TURMA- 1953 (TURMA DE HELEIETH)	30
FIGURA 4 – INTERCÂMBIO: ALUNOS DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA CAETANO DE CAMPOS E DO I.E. PEIXOTO GOMIDE DE ITAPETININGA – 1954	31
FIGURA 5 – FORMATURA DA 1ª TURMA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, CURSO QUE HELEIETH AJUDOU A CRIAR EM ARARAQUARA EM 1966 ..	44
FIGURA 6 – DEFESA DA LIVRE DOCÊNCIA DA TESE A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSE: MITO E REALIDADE, 1967.....	48
FIGURA 7 – ENTREGA DOS TÍTULOS DE PROFESSOR EMÉRITO A FRANCISCO DA SILVA BORBA, HELEIETH SAFFIOTI E MARIA TERESA C. BIDERMAN	54
FIGURA 8 – INAUGURAÇÃO DO CENTRO CULTURAL WALDEMAR SAFFIOTI.....	56
FIGURA 9 – CHÁCARA SAPUCAIA – ATUAL CENTRO CULTURAL WALDEMAR SAFFIOTI - ARARAQUARA	57
FIGURA 10 – INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA HELEIETH SAFFIOTI, COM A PRESENÇA DO IRMÃO HERBERT IVIS BONGIOVANNI - DE 2015	58
FIGURA 11 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: MULHERES-CRIANÇAS NAS TECELAGEM.....	69
FIGURA 12 – ESTRUTURA DAS CLASSES E HIERARQUIZAÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL	89
FIGURA 13 – EDIÇÕES DAS OBRAS DE SAFFIOTI	93
FIGURA 14 – NÚMERO DE ARTIGOS QUE CITAM O LIVRO MNSC NAS REVISTAS GENERALISTAS E FEMINISTAS POR TEMÁTICA ABORDADA.....	113
FIGURA 15 – FATORES DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO NA OBRA “A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES”	115
FIGURA 16 – MATRÍCULA NO ENSINO SUPERIOR GERAL, NO BRASIL 1929	117
FIGURA 17 – MATRÍCULAS DE CURSOS TÉCNICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1930	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCPWS	Centro Cultural Professor Waldemar Saffioti
EUA	Estados Unidos da América
FFCLAr	Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Araraquara
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Gecem	Gênero, Etnia e Classe: Estudos Multidisciplinares
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEMUC-SP	Secretaria Estadual das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis - SP
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
UNESP Araraquara	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI: FORMAÇÃO E CAMINHADA PROFISSIONAL	23
1.1 O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO	23
1.2 A FORMAÇÃO NA ESCOLA NORMAL	29
1.3 A GRADUAÇÃO NA FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DA USP	32
1.4 DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	37
1.5 APRESENTAÇÃO AOS MESTRES E AOS ALUNOS	47
1.6 APOSENTADORIA E HOMENAGENS	53
1.7 DOCÊNCIA NA PUC-SP	54
CAPÍTULO 2 – PONTO DE PARTIDA DE SAFFIOTI – MARX, ENGELS E A LUTA DE CLASSES	60
2.1 UM CONTEXTO DE REVOLUÇÕES AO ENCONTRO DA INVOLUÇÃO	61
2.2 MARX E ENGELS, O ENCONTRO INTELECTUAL COM UMA CONVIDADA ATRASADA.....	64
2.3 O REALISMO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA.....	68
2.4 PARALELO ENTRE DOIS MUNDOS	71
2.5 O SUICÍDIO COMO UM ATO DA OPRESSÃO SOCIAL	77
2.6 A ORIGEM DA FAMÍLIA E DA PROPRIEDADE PRIVADA: NOVAS POSSIBILIDADES	79
2.7 O CAPITAL, DIALÉTICA NECESSÁRIA PARA A COMPREENSÃO DA ORDEM ESCRAVOCRATA-SENHORIAL	82
CAPÍTULO 3 – O PENSAMENTO DE HELEIETH SAFFIOTI E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NA OBRA A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES	92
3.1 O PATRIARCADO NA ORDEM ESCRAVOCRATA SENHORIAL NO BRASIL E A SOCIEDADE DE CLASSES	93
3.2 FAMÍLIA NA ORDEM ESCRAVOCRATA SENHORIAL E A SOCIEDADE DE CLASSE.....	99
3.3 ESTADO E EDUCAÇÃO NA ORDEM ESCRAVOCRATA SENHORIAL E A SOCIEDADE DE CLASSES	103
3.4 HELEIETH SAFFIOTI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo “A Trajetória Intelectual de Heleieth I. B. Saffioti” e “A Mulher na Sociedade de Classes” (1969), uma contraideologia à ordem patriarcal como ideia dominante. Nesta obra, a autora deu uma atenção especial à educação da mulher no Brasil a partir da fase de formação social e econômica do país. Heleieth Saffioti teve uma trajetória acadêmica que compreendeu 45 anos de pesquisa acadêmica, atuação em cursos de pós-graduação e núcleos de pesquisas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, na Pontífice Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Campus de Araraquara.

A protagonista do estudo nasceu na década de 1930, período em que o país passou por transformações políticas, econômicas e sociais. Dentre elas, destaca-se o fim da Primeira República, com a posse de Getúlio Vargas como presidente do país, a criação do Ministério da Educação, a promulgação da Constituição de 1934, a fundação da Universidade de São Paulo – USP, período no qual o Ministro da Educação foi Francisco Campos.

Heleieth Saffioti foi precursora nas linhas de pesquisa dos estudos referentes às mulheres e o sistema capitalista de produção, a partir da utilização do referencial marxista. Trata-se de uma intelectual de produção significativa, que participou de cerca de 350 conferências e publicou em torno de 80 artigos em revistas científicas no país e exterior. É também autora de 12 livros¹ sobre o tema da condição feminina, sendo as obras “A mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade”, “O poder do macho” (1987), “Gênero, patriarcado e violência” (2004), as mais conhecidas. Nelas, a autora analisou os aspectos relacionados ao gênero, raça/etnia e classes da violência perpetradas contra a mulher, a partir do conceito de patriarcado, dentre outros.

¹ Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1969); A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (1969, 1976, 2013); Women in class society (1978); Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos (1981); O fardo das trabalhadoras rurais (1983); Emprego doméstico e capitalismo – tomo 1 (1978); Emprego doméstico e capitalismo – tomo 2 (1979); Gênero, patriarcado, violência (2004, 2015); Mulher brasileira é assim (co-organizadora Monica Muñoz-Vargas) (2013); O poder do macho (1987); Suely Souza de Almeida, Heleieth I. B. Saffioti, Violência de gênero: poder e impotência (1995); Gênero, patriarcado, violência (2004, 2015).

O interesse pelo pensamento da professora Heleieth Saffioti deu-se a partir do desenvolvimento da dissertação de mestrado, na qual se discutiu o papel das mulheres intelectuais na Primeira República. Naquele momento, constatou-se que, majoritariamente, havia muitos trabalhos que tratavam de intelectuais homens e que era incipiente a pesquisa de potenciais mulheres intelectuais. Igualmente, buscava-se uma referência teórica que abordasse a intelectual mulher na perspectiva do materialismo histórico e dialético.

A partir desta inquietação, deparou-se com a produção de Heleieth Saffioti. Ela discutia “A mulher na sociedade de classes”, visualizando nela uma oportunidade de compreender e analisar o seu pensamento e as contribuições para a área da educação. Há uma lacuna de abordagens que discutiam a mulher na sociedade de classes e que tivessem dedicado uma parte significativa para abordar, de forma crítica, a educação feminina. O mérito de Saffioti reside na abordagem na perspectiva marxista, não separando o problema da mulher dos problemas gerais da sociedade de classes, da estrutura social, das formas de dominação e exploração da mulher no sistema capitalista de produção.

A produção de Heleieth veio ao encontro das especificidades teóricas, todavia, a vontade de continuar os estudos da produção desta intelectual tornou-se uma constância. A partir do acesso às entrevistas e vídeo da professora Renata Gonçalves², que foi responsável pela reedição do livro “A Mulher na Sociedade de Classes, mito e realidade” (2013), este interesse foi ratificado. No processo de divulgação da reedição do livro, especificamente em uma conferência, na Unicamp, ela deixou claro em sua fala “não sou uma especialista em Heleieth, estou me propondo a estudá-la” o que instigou a caminhar neste horizonte. A professora Renata salientou a importância da produção e afirmou que, não obstante Saffioti ser muito referenciada na produção acadêmica, no que concerne à violência contra as mulheres e às desigualdades no mercado de trabalho, esta primeira obra é pouco evidenciada.

Diante da fala de Gonçalves, reiterou-se o propósito de estudar a produção de Saffioti para compreender o universo de sua escrita, visando, serem contribuições importantes para as Ciências Humanas, em especial, para a área de

² Renata Gonçalves é Professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. Coordenadora, na mesma instituição, do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti- NEHS, criado em 2011, um ano após a morte da professora Heleieth I.B. Saffioti. Um dos principais objetivos deste núcleo é aprofundamento e difusão do pensamento da autora.

educação. Sem deixar de considerar o engajamento pessoal e contraideológico de um processo de produção do conhecimento que impera o estudo acerca de intelectuais homens. A autora dedicou uma parte significativa do livro sobre a constituição da educação das mulheres nos períodos históricos do Brasil, o que se compreendeu relevante trazer ao debate, visando assim serem estas importantes contribuições para a História da Educação.

A escola se apresenta como um espaço de reprodução ou legitimação das desigualdades, cenário onde se encontram os filhos das mulheres, objeto de suas reflexões teóricas que evidenciam injustiças sociais, violências físicas, sexuais, psicológicas, bem como a desigualdades de gênero, pelo patriarcado, raça/etnia, que são situações que emergem cotidianamente no ambiente escolar. Heleieth é referenciada, ainda de forma incipiente, nas áreas de Ciências Sociais, Sociologia, Direito, mas na Educação as discussões ainda são incipientes.

As áreas da Saúde, Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas têm se dedicado, mesmo que de forma tímida ou isolada, à compreensão dos mais diversos mecanismos de opressão das mulheres. Dada à diversidade e a multiplicidade de pesquisas que vem sendo realizadas em relação aos temas abarcados nesta obra, é possível observar que as articulações dos pensamentos da autora são perpassadas pela transversalidade de saberes. Assim, por meio de uma perspectiva reconhecidamente feminista e a partir do instrumental teórico do campo disciplinar no qual está inscrita é que partem suas pontuações. (PIMENTA, 2006, p. 190)

A obra de Heleieth I. B. Saffioti ampliou a compreensão do feminismo e da produção marxista ao analisar a mulher na sociedade de classe e as desigualdades presentes entre os sexos. O livro, resultante da tese de livre docência de Saffioti, subsidiou esta pesquisa, pois apresenta uma análise da instrução/escolarização das mulheres, desde a Colônia até a República e os agravantes deste processo para as desigualdades sociais, bem como o alijamento das mulheres na sociedade capitalista e a consolidação e institucionalização do mito de inferioridade da mulher. Sendo assim, vislumbra-se evidenciar as contribuições da autora para a área da educação, bem como sua atuação frente aos desafios contraideológicos de uma ordem patriarcal.

Cabe ressaltar que “[...] nem todos os indivíduos desempenham a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001a, p. 19), que privilegia a função organizativa, definindo o indivíduo que intervém nos episódios da cultura como intelectual, com a

capacidade de organizar o tecido social, refletir sobre si mesmo, bem como a relação com a sociedade.

[...] o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente'', já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece 'especialista' e não se torna dirigente' (especialista-político) (GRAMSCI, 2001a, p. 53).

Compreende-se a noção de intelectual como agente social, organizador da cultura, intérprete das visões de mundo, o qual ganha relevância ao defender valores universais, assumindo uma postura de resistência, protestos e indignações, com intervenções no espaço público, por meio de produção teórica, atuação política, livros e artigos. A atuação de Heleieth Saffioti se encaixa neste perfil, pois uma vez engajada e comprometida na produção de conhecimento denunciou as desigualdades sociais e a exploração da mulher na sociedade de classes.

Apesar de a sua produção acadêmica estar voltada para a análise das condições materiais da sociedade, cabe ressaltar que o campo científico foi construído a partir da presença masculina. Os intelectuais homens estavam presentes durante a trajetória acadêmica e intelectual de Saffioti e, de certa forma, influenciaram a sua produção. Assim, defende-se a tese de que o pensamento sobre a educação e a sociedade é hegemonicamente masculino, porém Heleieth Saffioti sobressaiu-se com a sua produção intelectual, discutindo a condição das mulheres na sociedade patriarcal e contribuindo para a área educacional e para a produção marxista, ampliando, desse modo, o debate.

O período da delimitação temporal centra-se nas décadas de 1950 a 1960, que compreende seu processo de formação na Escola Normal, seu ingresso em Ciências Sociais, a docência e a livre docência, com a produção da "A Mulher na Sociedade de Classes", e o contexto do regime militar, que foi desfavorável para a produção marxista.

Esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: Como se consolidou a intelectualidade de Heleieth I. B. Saffioti e qual a contribuição de "A mulher na sociedade de classes" (1969) como contraideologia à ordem patriarcal?

Para tanto, tem-se como objetivo geral:

- Analisar os principais momentos da vida e da trajetória acadêmica e profissional de Heleieth Saffioti, buscando evidenciar, a partir da obra “A mulher na sociedade de classes”, as contribuições para educação.

Deste objetivo geral, decorrem os específicos:

- Identificar a trajetória formativa de Heleieth Saffioti e os reflexos na produção acadêmica;
- Evidenciar o processo de discussão teórica da obra “A mulher na sociedade de classes, a partir de Marx e Engels;
- Discutir as contribuições da obra “A mulher na sociedade de classes”, de Heleieth I. B. Saffioti, para a educação.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa tem caráter bibliográfico e documental. No primeiro momento, buscou-se evidenciar os principais momentos da vida e da carreira acadêmica a partir de entrevistas de Heleieth Saffioti, de ex-alunos e colegas professores, iconografias e artigos de revistas e jornais. No segundo momento, a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento do que foi produzido por ela e sobre ela.

Procedeu-se à leitura do material e, posteriormente, à análise do livro “A mulher na sociedade de classes”, elencando-se as contribuições para a educação. As fontes utilizadas nesta pesquisa foram os livros e artigos de Heleieth Saffioti, compreendidos enquanto produtos de uma determinada época, escrita por sujeito histórico que ocupava posições específicas.

Embora a pesquisa aborde um sujeito particular, deve-se registrar que este não se desenvolveu de forma isolada, centrado em si mesmo, visto que, dessa maneira, não daria conta de se inserir na totalidade da história da educação das mulheres. A humanidade produz histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens, diz respeito ao conjunto de instrumentos objetos, ideias, conhecimento com os quais os homens se relacionam, com a natureza e com os outros homens, para promover a sobrevivência. A forma histórica de produzir a humanidade chama-se trabalho, portanto, a centralidade do trabalho nas relações sociais diz respeito também à educação.

Deste modo, analisar a forma como se deu a educação das mulheres pressupõe uma pesquisa dialética, que contemple as condições materiais e as relações de trabalho, o que apresentou uma produção expressiva, com subsídios para a pesquisa. Ainda, que demonstre a propagação do seu pensamento como a

compreensão das contradições existentes na sociedade, utilizando-se, para tanto, a perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético, o que lhe confere o caráter exclusivo. O método a que se propõe a investigação do objeto consiste que se parta das condições concretas de existência, uma vez que:

Não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformações pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2003, p. 5).

A produção da existência é estabelecida por relações determinadas, as quais são independentes da vontade individual, as relações de produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto delas constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base concreta sobre uma superestrutura jurídica e política.

A partir das categorias propostas neste estudo, historicidade e totalidade, objetiva-se chegar à compreensão do real, visando com isto o desvelamento do pensamento da autora e suas contribuições para a educação, para que, deste modo, as relações concretas se tornem compreensíveis pela mediação do abstrato.

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 1982, p.14).

A realidade não se apresenta diretamente, mas como fenômeno. Deste modo, atingir a essência implica compreender a realidade em sua totalidade, ou seja, entendê-la como um todo a partir da análise e da síntese, do abstrato e do concreto. A autora está inserida no contexto histórico e não pode ser compreendida separadamente da vida social, tampouco dos múltiplos determinantes. Cury (1985, p. 35) entende que, na totalidade, “[...] cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas”.

Saffioti tem como ponto de partida Marx e Engels, os quais discutiram o trabalho como o momento privilegiado da práxis, via por excelência capaz de proceder ao desvelamento da verdadeira posição que as categorias históricas

ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista e, em suas relações, mantêm entre si com o todo social no qual se inserem.

A historicidade do ser social de Marx não pode ser reduzida a determinados espaços sociais historicamente estáticos como compreensão exclusiva da sociedade capitalista, tampouco a sua perspectiva se restringe à economia política. Para o autor, os modos como o homem atua sobre a natureza, transformando-a para sua sobrevivência e perpetuação da espécie, são desenvolvidos histórica e socialmente e, por conseguinte, aperfeiçoados e transferidos às gerações futuras.

Neste sentido, Saffioti buscou compreender as razões que imputava determinado contingente demográfico que se encontra marginalizado das relações de produção, em função de sua raça ou de seu sexo, os quais tem como valor de seu trabalho/mercadoria um valor menor.

A divisão social do trabalho torna o trabalho unilateral quanto multilaterais suas necessidades. Exatamente por isso, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca. Mas ele só obtém a forma equivalente universal, socialmente válida, como dinheiro, e este encontra-se no bolso de outrem. Para apoderar-se dele, é preciso que a mercadoria seja sobretudo valor de uso o possuidor do dinheiro, de modo que o trabalho nela despendido esteja incorporado numa forma socialmente útil ou se confirme como elo da divisão social do trabalho (MARX, 2011, p. 143).

Neste seguimento, a força de trabalho transformou-se em mercadoria, gerando um processo de empobrecimento de um lado e, de enriquecimento e concentração de extremos do outro. Deste modo, seguir o método proposto pressupõe a análise do todo, a partir das abstrações, uma vez que o objeto não se explica por si somente. Parte-se do concreto e percorre-se o caminho do abstrato, a partir da revisão bibliográfica sobre o tema abordado, para que ocorra então a união da análise e da síntese, ou seja, a ruptura das partes e a totalidade.

Para realização desta pesquisa fez-se necessário um levantamento do Estado do Conhecimento³, tomando como referência a base de dados da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o qual disponibiliza informações acerca da produção acadêmica na pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, compreendendo o período desde 1987 até o presente momento.

³ Entende-se por Estado do Conhecimento o levantamento das produções sobre um determinado tema em estudo, com descritores específicos que ajudem na compreensão do tema.

Para delimitar a busca, foram utilizadas as palavras-chave: Heleieth Saffioti, mulher, marxismo e feminismo. Posteriormente, visando aprimorar as buscas, pesquisou-se sobre Heleieth Saffioti no banco de dados dos programas de pós-graduação das universidades do Estado de São Paulo, nas áreas de Humanas e Ciências Sociais. A opção pelas instituições paulistas deu-se pela concentração das produções dos artigos de revistas e os grupos de pesquisas, bem como nos currículos de alguns professores que realizaram estudos sobre Heleieth Saffioti.

A busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES contemplou o período de 1987 a 2021. Foram encontradas 6 teses e dissertações, as quais abordam ou tangenciam o pensamento de Heleieth Saffioti. Destas produções, 3 são na área da Educação, porém distintas do que propõe este estudo, em objetivo e método. Ainda, 1 em Sociologia e 1 em Serviço Social, uma se distingue de outras áreas, se distancia no método e no objeto proposto. A produção de Mèndez (2008), da área de História, utiliza outro método, porém será utilizada a entrevista realizada de Heleieth Saffioti, a qual constará como documento, bem como o contexto histórico da década de 1960.

QUADRO 1 - Síntese das Dissertações e Teses sobre Heleieth I. B. Saffioti

AUTOR	TÍTULO	D	T	IES
MÉNDEZ, Natália P.2008	Com a palavra o segundo sexo: percurso do pensamento Intelectual feminista na década de 60		X	PUC/RG* História
OLIVEIRA, Viviane, Modda. 2019	Revisitando Heleieth Saffioti- A construção de um conceito de patriarcado	X		UFSCar Sociologia
CIPRIANI, Cristian 2020	Álvaro Vieira Pinto e Heleieth Saffioti: intérpretes do Brasil		X	PUC/RS educação
RIBEIRO, Letícia de S.2020	Diálogos entre Heleieth I.B. Saffioti e Danil B. Elkonin: uma contribuição à análise histórico-cultural da idade pré-escolar	X		UNICAMP Educação
MORAES, Samantha C.de 2020	O Feminismo Marxista de Heleieth Saffioti: contribuições à educação escolar	X		Unesp-Ar Ed. escolar
CALADO, Joana das N. 2020	A Classe Trabalhadora não tem sexo nem Gênero: crítica da “Ordem Patriarcal de Gênero” de Heleieth Saffioti		X	UFSC Serv. Social

Fonte: A autora.

Nota: (*) A tese de Mèndez (2008) analisou a trajetória de vida de três intelectuais, no contexto de 1960.

Diante das produções levantadas, reitera-se o objeto da presente pesquisa, no sentido de evidenciar as contribuições do pensamento de Heleieth Saffioti para a educação, bem como se consolidou na carreira acadêmica e intelectual.

Para o que se pretende nesta pesquisa, tornou-se necessário buscar, nos primórdios das relações de produção, a razão ou os motivos para a seleção dos caracteres de raça e de sexo capazes de operarem como marcadores sociais, de hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente constituída.

As constâncias, justamente por serem repetitivas, não contém em si a explicação nem da totalidade na qual se inscrevem, nem das determinações essenciais do sistema social, tampouco, ainda, do modo de operação de si próprios. Como categorias subalternas, operam serviços, assumindo feições diferentes, de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade (SAFFIOTI, 1976).

É preciso atentar, porém, para os diferentes significados da história. Do ponto de vista das classes sociais, podem-se distinguir, basicamente, dois sentidos da história: o das classes dominantes e o das classes subalternas. Do ângulo das categorias sexo, as mulheres ainda que façam história, tem constituído sua face oculta. A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico. Isso não ocorre apenas com as mulheres. Ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, indígenas (SAFFIOTI, 1987, p.11).

Preconceitos de raça e de sexo não representam somente uma incapacidade da superestrutura ideológica de acompanhar as mudanças sofridas pela infraestrutura econômica, mas alimentam-se da seiva que esta última propaga, contrariando e diferenciando-se de acordo as conveniências da base econômica da sociedade. Pode-se entender que, neste universo conceitual, em que a superestrutura se subordina – em última instância, à infraestrutura econômica, é que haverá evidências sobre a condição social da mulher no sistema capitalista (SAFFIOTI, 1976). A produção de Heleieth ganhou corpo teórico, contrariando as concepções do feminismo hegemônico⁴, uma vez que, para a autora, a

⁴ O feminismo hegemônico: apresenta características operacionais que silenciosamente ratificam o contexto geral de exclusão e opressão, compreendido como hegemônico, uma vez que era branco, heterossexual e de classe privilegiada, que considerou legítimas somente as exigências de mulheres com privilégios de classe em detrimento das demais. Desta forma, sua centralidade configura-se em sistema colonial, eurocêntrico de dominação distinguindo as classes sociais. A referência no feminismo de uma mulher genérica, desterrada da classe e da raça.

emancipação⁵ feminina não ocorrerá no capitalismo, pois este sistema elimina ou insere precariamente o contingente de mulheres, de acordo com as necessidades que tem para se reproduzir. Os primeiros levantamentos empíricos, os quais vão ao longo de sua produção à densidade de formulações teóricas dos seus estudos que orientam ao ponto de partida para a apreensão da realidade capitalista contemporânea, especificamente no que tange à recomposição do proletariado no século XXI e às reconfigurações do trabalho feminino (SAFFIOTI, 1976).

Este estudo está dividido em três capítulos, no primeiro abordar-se o processo de formação de Heleieth Saffioti, sua trajetória intelectual. Compreende-se que a subjetividade, a consciência não determina a vida, o indivíduo corresponde a vida real, dos indivíduos reais, de sua práxis, o seu ser social que formará sua consciência. Desta forma, evidencia-se o processo de escolarização, o ingresso na escola normal, sua atuação como normalista, profissão que lhe garantiu as condições materiais para ingressar na universidade.

Desta forma, discute-se o percurso formativo enquanto aluna da USP/SP, um espaço de contestação e formação da sua base intelectual e de consolidação, bem como o seu ingresso como docente na UNESP - Araraquara, a participação na PUC-SP, que revelou a solidificação de pensamentos e relações, configurando-se como um grupo predominantemente masculino ela se consolidou como intelectual e militante.

No segundo, discute-se a interlocução de Heleieth Saffioti com Marx e Engels, utilizando-se das produções marxianas ela analisa a realidade da formação da sociedade brasileira. A partir dos clássicos de Marx e Engels procurou compreender os fatores agravantes no processo de “integração” da mulher na sociedade de classes.

⁵ O marxismo é herdeiro de uma concepção mais rica e mais ampla de liberdade como autodeterminação que tem origem no pensamento de filósofos como Spinoza, Rousseau, Kant e Hegel. Para Marx e os marxistas a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das potencialidades humanas para a criação de uma forma associação digna da condição humana”. Para a superação destes obstáculos que se opõem a emancipação, faz-se necessário uma ação coletiva, “a liberdade como autodeterminação coletiva, socialmente cooperativa e organizativa do controle humano.” (BOTTOMORO, 2012). Marx faz as reflexões na questão judaica e diferencia a emancipação política da emancipação humana, onde a revolução burguesa é o que se chama de “emancipação política”, a delimitação de uma esfera da política, não se traduz na esfera do universal. A emancipação política é um momento necessário e transitório no processo da emancipação humana. Na obra *A Questão Judaica*, o autor deixa claro: “Por isto, não dizemos aos judeus, como Bauer, se não podeis emancipar-vos radicalmente do judaísmo, ao contrário, dizemos; podeis emancipar-vos politicamente sem vos desvencilhar radical e absolutamente do judaísmo, e conclui Marx: emancipação política não implica em emancipação humana.” (MARX, 2010).

O terceiro capítulo apresenta os processos de atribuição de valores entre os sexos, bem como os mecanismos estruturais e superestruturas sociais que são operados os processos da ordem patriarcal, por meio da ideologia, da família, do Estado, da Igreja e da educação. Articula-se a produção e a reprodução dos valores de destinação biológica, a inferiorização intelectual e como atua para definir os papéis sociais atribuídos ao sexo feminino e asseguram a divisão sexual do trabalho. Este capítulo, a partir da discussão sobre o patriarcado na obra “A mulher na sociedade de classes”, discute as contribuições para a área da educação.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI: FORMAÇÃO E CAMINHADA PROFISSIONAL

Feuerbach não vê que o próprio 'espírito religioso é um produto social e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence, em realidade, a uma forma social determinada. (MARX, 2011)

Ao buscar conhecer a produção intelectual de Heleieth Saffioti, por meio de entrevistas que ela concedeu ao final da vida (CARVALHO; BECKER, 2011; GONÇALVES; BLANCO, 2011; MÊNDEZ, 2010), encontraram-se informações recorrentes, tais como as dificuldades materiais dos pais no interior de São Paulo, o difícil acesso à escola, a trajetória escolar de uma aluna trabalhadora, a Escola Normal como um meio para a profissionalização, a Formação em Ciências Sociais, os professores que influenciaram sua vida acadêmica, a docência, a mudança das condições materiais e as redes de relações.

Entende-se que, na atividade concreta e na práxis, o sujeito afirma-se no mundo modificando a realidade objetiva, transformando primeiramente a si mesmo, sem deixar da reflexão da teoria, a qual remete à ação. Há uma interligação e interdependência, a reflexão sobre a importância do sujeito para a elaboração do pensamento. Neste processo, compreende-se que o contexto em que estava imerso, ou seja, as condições históricas determinaram a sua existência.

1.1 O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Em 1934, nasceu Heleieth Iara Bongiovanni⁶, filha de imigrantes italianos, na cidade de Ibirá, interior do Estado de São Paulo. Teve uma infância considerada difícil no aspecto financeiro, era filha de uma mãe costureira e pai pedreiro. O casal tinha dois filhos: Heleieth e Herbert Ivis Bongiovanni, filho mais novo.

O padrinho dela era um fazendeiro, pois nessa época era muito comum as famílias pobres escolherem para compadres pessoas com poder econômico para o

⁶ Em muitas matérias, consta o sobrenome grafado Bongiovani, mas o correto é Bongiovanni. Em algumas passagens deste capítulo, nos referiremos a Heleieth Iara Bongiovanni sem mencionarmos o sobrenome Saffioti, uma vez que se trata de passagens de sua vida que dizem respeito à sua vida de solteira, e ainda não era incorporado ao seu nome. Neste capítulo, ainda, o nome do professor Waldemar Saffioti, seu cônjuge, sempre será tratado desta forma. No decorrer do trabalho, cada vez que o nome próprio Saffioti aparecer, estará se referindo à autora Heleieth I.B. Saffioti.

apadrinhamento. Este compadre convidou a família para que fosse morar em sua propriedade, em Auriflama⁷, visando assim a mão de obra de pedreiro para construção de casas na propriedade.

Minha mãe não chegou nem a sequer à condição de operária. Ela tinha máquina de costura e trabalhava por conta própria, o que é pior do que ter uma carteira assinada. E meu pai, nas mesmas circunstâncias, quando havia trabalho, se trabalhava, quando não havia, não havia o que se fazer porque época de chuva não se constrói. Então, foi uma infância muito difícil do ponto financeiro, mas, por outro lado, me trouxe muitas alegrias (MÉNDEZ, 2008, p. 1).

A mudança dos pais para a fazenda do padrinho resultou na separação de Heleieth da família, e o irmão menor foi com os pais porque ainda não tinha idade escolar. A menina tinha se alfabetizado precocemente pelas tias paternas, que eram professoras. Desta forma, quando iniciaram os estudos na escola, ela já estava alfabetizada, aos 6 anos. Heleieth ficou em Ibirá na casa dos avós juntamente com as tias, que eram professoras de escolas isoladas de primeira, segunda e terceira série (MENDES; BECKER, 2011).

As escolas isoladas e o grupo escolar, no discurso educacional e as políticas republicanas paulistas, eram instituições indispensáveis para a expansão e difusão do ensino primário. Contudo, na prática, o grupo escolar e a escola isolada se configuraram como zona de tensão, a qual estabeleceu os limites entre a instituição de ensino modelar e a instituição de ensino precária, improvisada e provisória (ORIANI, 2015).

A política educacional do Estado de São Paulo tinha ênfase na escolarização voltada muito mais para o centro urbano do que para a zona rural, mesmo com a concentração populacional e índices de alfabetização e técnicas de trabalho superiores nas zonas urbanas. As escolas primárias rurais apresentavam

⁷ João Pacheco de Lima, com espírito de sertanista e desbravador, acalentava o sonho de fundar uma cidade. Em 1935, tomaram posse de uma gleba de terras, a 581 km de São Paulo, que adquirira com a intenção de ver realizado o seu sonho. Primeiro nome Vila Pacheco, em 1936, segundo Nome Vila Áurea em homenagem à filha de João Pacheco, que se chamava Áurea de Souza Lima, terceiro nome Aureflama, os representantes responsáveis pela reivindicação da divisão administrativa e territorial do Estado e da denominação das cidades, sugestão para que se desse um nome mais robusto para a nova cidade que resplandecia com a exuberância das lavouras de café, e assim ficou. Assim, para mudar sem descaracterizar o primeiro nome, Áurea, surgiu “Auriflama”, do latim, “áurea flamma” (chama dourada ou chama de ouro). (MEMORIAL DOS MUNICÍPIOS, 2020).

baixa produtividade de ensino, altos índices de evasão e repetências, escolas precárias com falta de materiais e equipamentos (SOUZA; AVILA, 2014).

Na década de 1930, mais de 70% da população no Brasil residia na zona rural. Apesar deste contingente da população residir no campo, as políticas educacionais do estado priorizavam as áreas urbanas, em detrimento das escolas na zona rural. No estado de São Paulo, durante a Primeira República, nas áreas rurais, o tipo predominante de instituição escolar de ensino primário foi a escola isolada, regida por um professor, ensinando em uma mesma sala alunos de diferentes níveis de aprendizagem. Apesar de funcionar em condições precárias, foi um meio para o acesso à educação de parte da população rural brasileira (SOUZA, 2009).

Todavia, ao mesmo tempo em que os grupos escolares eram solidificados pelo governo, as escolas isoladas se configuravam, pelo estado, como um mal necessário que deveria desaparecer do cenário educacional, uma vez que eram marcadas pela precariedade e incipiência (SOUZA, 2012). Na Figura 1, a seguir, destaca-se, de forma ilustrativa, a estrutura física das escolas mistas, caracterizando-se como pequenas e precárias diante da imponência dos grupos escolares da capital paulista.

FIGURA 1 - Escolas Mistas em Avaré-SP, 1938



Fonte: Centro de Pesquisa e História do Município de São Manuel (2012).

As dificuldades de estudar foram uma constante na trajetória de Heleieth, e, ao terminar o primário, permaneceu por três anos sem frequentar a escola. Naquela

época, morava em Ibirá com a avó, que a considerava “um encanto de criatura, um amorzinho”.

Eu era a neta preferida de minha avó, família italiana, a família dela era muito grande. As minhas duas avós tiveram, cada uma, 14 filhos. Do meu pai eu não conheci a avó nem o avô. Mas do lado materno sim. Minha avó me tratava como um bibelô, eu adorava viver com minha avó. Então foi boa a experiência, três anos e meio com eles (MÊNDEZ, 2008, p.276).

Durante as férias, Heleieth ficava com os pais na fazenda, onde brincava, cavalgava e fazia piqueniques. Porém, a família se mudou para a cidade, em virtude de que um tio passou a trabalhar com uma máquina de beneficiar arroz e o pai de Heleieth foi auxiliar no trabalho, enquanto sua mãe foi formando clientela com as atividades de costura. Neste período, não havia como estudar além do quarto ano primário. Visando minimizar o prejuízo que poderia sofrer a filha por estar fora da escola, a mãe recorreu às professoras da localidade, que eram suas clientes. Assim, Heleieth passou a auxiliar a professora, assistia as aulas, intervinha, colaborando com ela e os estudantes com dificuldades.

Desta forma, mantinha contato diário com os conteúdos e aprimorava o seu aprendizado. Aos 13 anos, os pais de Heleieth decidiram levá-la para Avaré, uma vez que uma das tias, que a ensinou na infância, se casara e residia naquela cidade, e a outra tia foi morar em São Paulo. Entretanto, ao chegar na casa da tia, ela adoeceu e precisou ser hospitalizada, não se sabia quanto tempo ficaria internada. Os pais ficaram receosos de a filha ficar sozinha com o marido da tia, uma vez que eles não tinham filhos, com o agravante de que o tio não era parente da família (MENDES; BECKER, 2011).

Ao ponderarem sobre tais questões, os pais optaram por não deixar a adolescente de 13 anos sozinha com o cunhado e, portanto, necessitavam de outra solução para que a filha pudesse estudar. A alternativa foi encaminhá-la para o interior da cidade de Itapetininga, para ficar na casa de um irmão de seu pai, que era professor na escola agrícola. Mesmo que o tio morasse em fazenda, nessa localidade havia transporte para levar os alunos à escola.

No entanto, bastou a menina ir para lá para o transporte escolar ser interrompido. Ela ficou novamente sem poder frequentar a escola, o que inviabilizou a sua permanência na casa do tio (MENDES; BECKER, 2011; MÊNDEZ, 2011).

FIGURA 2 - Escola Agrícola e Transporte escolar do Interior para a cidade de Itapetininga -1948



Fonte: NOVOAGITO (2020).

O momento da separação de Heleieth dos pais, na infância, era uma lembrança constante que perdurou, segundo a própria, durante toda a sua vida. Falava da recorrência na memória do caminhão de mudança partindo com os pais e ela seguindo-o. Para ela, esta foi a primeira experiência de desamparo, sensação de abandono que a acompanhou durante toda a sua existência, principalmente quando perdia alguém, logo revivia o desconforto daquela sensação negativa da infância que vinha à tona (MENDES; BECKER, 2011).

Novamente, para que pudesse frequentar a escola, foi encaminhada para os sogros do seu tio, que não eram parentes, mas a família foi acolhedora. Era um alemão casado com uma brasileira, além da filha, que era casada com o tio de Heleieth, tinha mais duas filhas. Ela retrata o período como uma fase feliz, seus anfitriões Henriqueta e Sr. Frank eram protestantes, e uma das filhas do casal tinha a mesma idade que ela, de modo que se tornaram grandes amigas (MENDES; BECKER, 2011).

Após um ano em Itapetininga, com os sogros do tio, Heleieth foi para São Paulo para morar com duas tias solteiras e mais dois primos; ela queria estudar na “tão famosa Escola Normal de São Paulo”, a Escola Caetano de Campos (MENDES; BECKER, 2011). Todavia, a escola não dispunha de vagas para todos os alunos e o ingresso era muito disputado, sendo preciso fazer exame de admissão. Havia inclusive cursinho preparatório para a prova. Heleieth realizou o processo seletivo, foi aprovada e ingressou na instituição, frequentada pela elite paulistana (MÊNDEZ, 2008).

A partir de 1944, a Escola Caetano de Campos⁸ passou a oferecer ensino no período noturno, que era um horário que lhe permitia trabalhar. Na casa da tia, Heleieth era responsável por toda a rotina de trabalho da casa, para ajudar nas despesas. Heleieth ficou apenas um ano com as tias, e como não se adaptou, mudou-se e foi morar com a prima, sua melhor amiga, onde permaneceu por quase quatro anos. Neste período, passou a estudar à noite no Instituto, uma vez que foi criado o curso noturno. A matrícula no curso noturno possibilitou que tivesse três empregos: um pela manhã, um à tarde e no intervalo entre o trabalho e o início da aula às 19 horas, dava aulas particulares de português (MÉNDEZ, 2008).

O Decreto-Lei nº 14002, de 25 de março de 1944, criou o Curso Pré-Normal, que substituiu o quinto ano do ginásio, extinto pela reforma de 1942⁹. O Pré-Normal teve como objetivo estabelecer a transição entre o ginásio e o normal, ampliando os conhecimentos básicos. Este decreto definiu o currículo do Curso com as disciplinas específicas, visando preparar o aluno para o curso de formação profissional constituído das seguintes disciplinas: Português, História e Civilização Brasileira, Matemática e Noções Estatísticas, Ciências, Físicas e Naturais, Anatomia e Fisiologia Humana e Noções de Higiene, Música e Canto Orfeônico, Desenho, Trabalhos Manuais e Educação Física (BUENO, 2011).

Neste período, à classe trabalhadora – considerada pelos governantes como aqueles que deveriam ser “conduzidos” – foram destinados os cursos técnicos profissionalizantes. Entretanto, a grande maioria continuou sem escola, e os que conseguiam furar o bloqueio no processo rígido de admissão ao ginásio tinham preferência pelo curso secundário ou ao que dava acesso ao curso superior. A educação se ratificou, mais uma vez, de forma dualista: de um lado, a escola para a elite e, do outro, a escola para os pobres.

Heleieth se beneficiou do sistema meritocrático elitista, rompeu a estrutura e passou a estudar, superando a visão preconceituosa e machista da sociedade às condições econômica e social impostas a uma mulher pobre e do interior.

⁸ O Edifício da Escola Normal de São Paulo foi inaugurado no dia 2 de agosto de 1894, tendo sido as obras iniciadas em 1890. O edifício foi construído na Praça da República.

⁹ Durante o período de 1942 a 1946, passou a vigorar a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino (Decretos-Lei), que estruturaram o ensino secundário e profissional no país.

1.2 A FORMAÇÃO NA ESCOLA NORMAL

Heleieth desejava fazer a Escola Normal para se profissionalizar e ajudar a família, pois naquela época havia uma bolsa de estudos de melhor aluna para que pudesse dedicar-se exclusivamente aos estudos. Todavia, com três empregos, ela não tinha pretensão de ser a primeira colocada. (MENDES; BECKER, 2011; MÊNDEZ, 2011).

A adolescente ia para a aula no Instituto de Educação Caetano de Campos à noite, retornava após a meia-noite, sozinha, para casa, tinha dificuldades com transporte, trajeto periférico, relatava ter muitas vezes sofrido assédio no ônibus. Uma adolescente vulnerável, em muitos momentos, relatou situações constrangedoras sofridas, como a mão nas pernas, movimentos que esbarravam em seus seios. Segundo ela, alguns homens desciam no mesmo ponto de ônibus e a seguiam, situações que lhe causavam pavor e medo (MENDES; BECKER, 2011).

Ser normalista representava uma forma de ascensão social, inserção no mercado de trabalho para as mulheres, sobretudo como atividade remunerada, no serviço público, uma forma de continuar os estudos (VILLELA, 2010).

O magistério se configurou como uma categoria ocupacional para o sexo feminino, uma via de participação da mulher na população economicamente ativa. Desse modo, o magistério primário se apresentou como uma das principais modalidades de profissionalização feminina na sociedade brasileira, destacando-se três dimensões deste fenômeno: a estrutural, a ideológica e a motivacional (PEREIRA, 1969).

Com Heleieth Safiotti não foi diferente, já que, depois de ter concluído a formação de professora primária, ela desejou fazer o curso normal, no sentido de que poderia, com isso, ampliar as possibilidades, além de ter acesso ao ensino superior.

FIGURA 3 - Normalistas da Escola Normal Instituto de Educação Caetano de Campos Turma- 1953 (turma de Heleieth)



Fonte: IECC (2021).

Nota: Alcides Akiau, Heleieth, a jovem que aparece ajoelhada, ao lado do ex-colega Clóvis, Alcides, Yvete, entre outros – Turma 1953. Primeira, ajoelhada ao chão, da esquerda para a direita, de saia preta e camiseta branca, Heleieth I. Bongiovanni.

Importantes acontecimentos ocorreram na década de 1950, dentre estes, as mulheres tiveram ampliação da atuação na vida econômica e social, impulsionadas pelas novas demandas do sistema capitalista de produção. Em 1949, Simone de Beauvoir publicou o livro *O Segundo Sexo*, que veio a impactar a compreensão do universo feminino, uma contribuição para a história das mulheres, para a discussão da opressão feminina, além de ter encorajado movimentos femininos nas décadas seguintes.

Em 1955, Heleieth fez o curso no Instituto Caetano de Campos, o que lhe permitiu uma rápida profissionalização, no período matutino. Mudou, assim, a jornada de trabalho, estudando à tarde e noite, aproveitando o intervalo entre um e outro emprego para ministrar aulas particulares de inglês (MENDES; BECKER, 2011; MÊNDEZ, 2008).

FIGURA 4 - Intercâmbio: alunos do Curso de Aperfeiçoamento da Caetano de Campos e do I.E. Peixoto Gomide de Itapetininga – 1954



Fonte: IECC (2021).

Nota: Lindaura, Gilda, Heleieth, Alcides, Lourdes e Marina. Primeira, vestida de branco, sentada, da direita para esquerda, é Heleieth I. Bongiovanni, em atividade com seus colegas da turma do Curso de Aperfeiçoamento.

A década de 50 ficou conhecida como os “Anos Dourados”, a partir da revolução tecnológica, melhoria da comunicação social, com o rádio, a televisão, lançamento do Sputnik II e criação da Nasa. Entretanto, foi uma época marcada por guerras e conflitos não foram ausentes. Ocorreu a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, independência da Líbia da Itália, o Pacto de Varsóvia, Revolução Cubana liderada por Fidel Castro. Na cultura, a criação da Bossa Nova, rock de Elvis Presley, dos Beatles e Elizabeth II assumindo o reinado na Inglaterra. No Brasil, o país foi governado por Getúlio Vargas e viveu um processo de industrialização nesse período.

Neste período, teve um crescimento urbano-industrial, a demanda da classe trabalhadora por ascensão social por meio do acesso ao ensino secundário e, conseqüentemente, o sistema educacional sofreu pressões para acompanhar o desenvolvimento econômico do período. Emergia o debate acerca do caráter sobre uma educação para as elites mandatárias e uma educação pragmática para os demais. A escola pública foi perdendo a referência de qualidade para a escola particular, na medida em que a classe trabalhadora e as mulheres ingressavam no ensino secundário (BRAGHINI, 2005).

Heleieth ainda pôde usufruir de uma formação sólida em uma instituição pública de referência para a elite paulista, teve bom desempenho, o que resultou em situação privilegiada. Ao receber a cadeira-prêmio¹⁰, pôde escolher a vaga na cidade onde residia. Em 1955, passou a trabalhar como secretária, preparando as aulas que daria no “Paulo Setúbal”, enquanto esperava a nomeação, que ocorreu em outubro, de modo que trabalhou pouco como professora primária (MENDES; BECKER, 2011). Nestas condições, ela já vislumbrava a possibilidade de ingressar na USP, uma vez que a Escola Normal Caetano de Campos estava atrelada a esta e o bom de desempenho dava direito ao vestibular da instituição.

1.3 A GRADUAÇÃO NA FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DA USP

Em 1956, Heleieth prestou vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O Curso Normal era regido por legislação especial e dava o direito ao vestibular para os cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais. Ela escolheu, então, o segundo, uma turma de 16 alunos. Ingressou na Faculdade no Curso de Ciências Sociais - USP, juntamente com Eva Blay¹¹ e tantos outros importantes nomes que passaram por essa instituição. Mas ela teve que interromper o curso no mesmo ano de ingresso, retornando à graduação no ano seguinte, em outra turma que não a sua de início. Esta situação possibilitou que estudasse com outros alunos que se tornaram intelectuais de referência, como Michael Löwy¹², Roberto Schwarz¹³

¹⁰ Cadeira prêmio era garantida ao aluno que se destacava por mérito durante todo o curso, com média geral superior a 9, e ; a garantia de primeiro lugar garantia um lugar efetivo no magistério estadual. O professor efetivo estadual garantia uma licença remunerada ao passar no vestibular para cursar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (CASTRO, 2009).

¹¹ Eva Alterman Blay, graduada em Sociologia – USP (1959), mestrado (1969) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1973). Criou o primeiro curso de graduação e pós-graduação sobre a mulher na Universidade de São Paulo.

¹² Michael Löwy nasceu na cidade de São Paulo, em 1938, filho de judeus, licenciou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo em 1960, doutorado Sorbonne, sob a orientação de Lucien Goldmann, em 1964. Reside em Paris desde 1969, é diretor de pesquisas no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), é considerado um dos maiores pesquisadores das obras de Karl Marx, Leon Trotski, Rosa Luxemburgo, György Lukács, Lucien Goldmann e Walter Benjamin.

¹³ Roberto Schwarz nasceu em Viena, em 1938. Em 1960, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com 20 anos, foi o mais novo integrante do renomado *Seminário Marx* – na década 1950, por docentes da USP – que se propuseram estudar *O Capital*. Foi professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na USP e, anos depois, docente de Teoria Literária no IEL da Unicamp (1978-1992). Desde os anos 1960, é um consistente crítico de tradição marxista sobre a produção cultural (literatura, cinema, teatro, artes plásticas) brasileira (MARXISMO 21, 2018).

e Gabriel Bolaffi¹⁴. Fazer uma faculdade era importante, garantiria melhores condições de ajudar sua família. Heleieth passou a atuar no magistério, melhorou o salário como professora da rede estadual e tornou-se aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Para comemorar o ingresso na faculdade, foi ao baile do calouro, à tarde, afinal, as mulheres não podiam frequentar os bailes à noite. No local, encontrou o professor Waldemar Saffioti, acabaram se aproximando e dançaram a tarde toda. Iniciou-se ali um curto namoro. Sobre ele, registra-se que em

[...] agosto de 1956 foi escolhido como bolsista pelo CNPQ para realizar estágio de aperfeiçoamento em Energia Nuclear nos Estados Unidos. [...] com patrocínio da Comissão Energia Nuclear dos EUA. Colaborou, também, na instalação do reator Nuclear do Instituto de Energia Atômica de São Paulo de (julho de 1957 a maio de 1958) (MASSABNI; MELIOS; FRANCO, 1999, p.630).

Ainda em 1956, saíram mais algumas vezes, quando ele foi para o Rio de Janeiro, em virtude de uma bolsa de pesquisa do CNPq. Após uma semana, ele foi encontrá-la na faculdade, comunicou que havia conseguido uma bolsa para estudar nos Estados Unidos e, em virtude da viagem, pediu-a em casamento. Aproveitou a ocasião em que teria que preencher um formulário para viajar e informar o estado civil, informação que era importante porque o valor da bolsa seria maior se fosse casado.

Heleieth se casou e depois de quatro dias, no Rio de Janeiro, foram para os Estados Unidos. Como ela já falava inglês, fez um curso de criminalidade em uma universidade na Pensilvânia, e após um ano o casal retornou ao Brasil. Certamente, no período que viveu fora teve contato com literatura de difícil acesso no Brasil, o que deve ter solidificado a sua formação. Ela, que até então era aluna operária, pôde desfrutar do privilégio de somente estudar, fazer o intercâmbio cultural em outro país.

¹⁴ Gabriel Bolaffi. Sociólogo e professor. Em 1956, ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Iniciou a carreira docente, em 1960, na mesma universidade. Dois anos depois, foi convidado a integrar o núcleo de Fundamentos Sociais e Econômicos da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), Fez o doutorado na Universidade de Washington, apresentando na FAU/USP a tese “Aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação” (1972). É professor visitante na Universidade de Sussex, Inglaterra (1976-1977) e na Universidade de Nova York (1988), aposentando-se na FAU/USP, onde desenvolve pesquisas sobre habitação e a produção da cidade (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2021).

Heleieth Saffioti teve uma formação sólida, com grandes intelectuais, como professor Florestan Fernandes, Antonio Candido, Gioconda Mussolini, dentre outros. Todavia, Florestan desempenhou papel importante em sua carreira de pesquisadora e professora, tinha respeito pelo ex-professor. Ele inaugurou um novo padrão de pensar a realidade, tornando possível reinterpretar a sociedade e a história (IANNI, 2004).

Florestan Fernandes e Heleieth tiveram, em suas histórias de vida, pontos de convergências. Ela teve a mesma origem humilde que ele, já que Florestan teve dificuldades de acesso à educação. A mãe dele era de origem portuguesa, doméstica, casou-se adolescente, ficou viúva ainda jovem. Ele nasceu de uma paixão da sua mãe por um moço que prestava serviço em uma das casas onde ela trabalhou. Foi criado somente pela mãe, que escondeu como pôde a gravidez.

Florestan compreendeu nas ruas as relações de poder e luta de classes, as injustiças sociais e o acúmulo de privilégios, no cotidiano que marcou sua trajetória. A capacidade e o empenho ao interpretar o mundo, advêm da sua história, de privações, sem as facilidades reservadas aos bem-nascidos (CERQUEIRA, 2013). Ao interpretar sua origem dizia:

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida [...] iniciei a minha aprendizagem 'sociológica' aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência em humana e a sociedade[...]Eu não estava sozinho. Havia minha mãe. Porém, a soma de duas fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela 'tempestade da vida' e o que nos salvou foi o nosso orgulho selvagem (FLORESTAN, 1994, p.123).

Não são poucos os pontos em comum entre Heleieth e seu professor, desde as dificuldades de acesso à educação, aluno trabalhador, ambos tiveram mães que protagonizaram uma história de luta, de trabalho e de desigualdade. Eis algumas dentre as características da trajetória intelectual de Florestan Fernandes e de Heleieth Saffioti, as quais demonstraram o tanto de investimento exigido, o perfil de estudantes potenciais, com a possibilidade que a universidade pública pôde abrir para o ingresso dos filhos de mães operárias.

Contudo, não se pode negar o custo ao resistir e seguir na contramão das estatísticas. O curso de Ciências Sociais, naquela época, era formado por professores estrangeiros, que ministravam aulas em seus idiomas de origem. Isso

resultou em baixo rendimento de Florestan no início da faculdade, aliado à dificuldade de acesso, o pouco tempo de dedicação e por ser aluno trabalhador. Florestan Fernandes enfrentou percalços para a sua formação, a Universidade não era uma alternativa para os filhos da classe trabalhadora e a forma como estava estruturada era altamente seletiva, dificultando a permanência dos alunos.

A aproximação de Florestan com Roger Bastide consolidou sua formação juntamente com os referenciais teóricos de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Para Fernandes (2008), a Sociologia não devia se limitar ao estudo das condições de existência social dos seres humanos. Porém, não negava ser esse um dos aspectos mais fascinantes ou importantes de seu objeto, o qual alimentou a própria preocupação de aplicar o ponto de vista científico para a observação e explicação dos fenômenos sociais. Florestan realizou investigações importantes como professor de Sociologia da USP, dentre as quais a questão racial, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a intervenção do Estado na consolidação da nova ordem social competitiva, tendo ainda um importante papel na institucionalização das Ciências Sociais.

Os estudos, em 1955, realizados por Florestan e Roger Bastide sobre as relações raciais, subsidiados pela UNESCO, foram de grande valia para a compreensão da formação social brasileira. Ele prosseguiu com a temática e orientou Octavio Ianni no mestrado e doutorado; Fernando Henrique Cardoso, no doutorado e tese de cátedra, dentre outros (FERNANDES, 2008)¹⁵.

Florestan inseriu, no debate intelectual, as possibilidades e os obstáculos ao desenvolvimento capitalista no Brasil e articulou a questão racial ao problema da democracia.

A preocupação de Florestan Fernandes com o problema do negro e da escravidão, a passagem traumatizante do ex-escravo para a condição de homem livre e de cidadão surge quando Florestan Fernandes inicia sua pesquisa com Roger Bastide sobre relações entre brancos e negros em São Paulo. Isto em 1951. Aí já se percebe a preocupação do cientista social com o problema, preocupação que irá se ampliando progressivamente. (MOURA, 1996, p.1)

¹⁵ Dentre os estudos, acrescentam-se Maria Sylvia de Carvalho Franco, em "Homens Livres na Ordem Escravocrata"; Roger Bastide e Florestan Fernandes, em 1971, com "Branco e negro em São Paulo"; Roger Bastide, Florestan Fernandes, 1951, "O Preconceito Racial em São Paulo". Ainda, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, "Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional", e Octavio Ianni apresentou "Raças e classes sociais no Brasil", 1960.

O Núcleo de Sociologia da Faculdade de Filosofia foi determinante para a consolidação de uma sociologia construída a partir da situação de um país periférico no desenvolvimento capitalista. Liderado por Florestan Fernandes, este núcleo buscou entender o Brasil, por meio das raízes dos problemas de uma sociedade marcada por desigualdades, de desenvolvimento e grupos diversificados no tempo histórico. Sobre sua atuação com seus alunos afirmou que:

No trabalho desenvolvido em toda a trajetória na Universidade ficou evidente que o empenho dele era no sentido de formar pesquisadores e pensadores livre. Ele não queria que seus alunos se tornassem discípulos, seguidores ou algo do gênero. Tanto assim que os seus colaboradores diretos da fase produtiva na Faculdade de Filosofia construíram seus próprios caminhos (LIMOEIRO *apud* CERQUEIRA, 2013, p 55).

Fernandes foi um dos responsáveis pela formação da sociologia crítica, a superação do discurso, até então vigente que concebia a democracia racial no Brasil, do deslocando o debate sobre os negros no país, que saiu do campo da cultura para o campo da organização social (MOTTA, 2017). As obras “Integração do negro na sociedade de classes” e “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” são reconhecidas como um dos mais importantes conjuntos de análises contemporâneas para interpretação da sociedade brasileira. A obra *Integração do negro na sociedade de classes* colocou o problema racial sob a perspectiva da formação da sociedade capitalista e demonstrou a sua importância na análise da sociedade como um todo.

O racismo e o patriarcalismo se cruzam numa dinâmica de interação e dependência mútua na desumanização desses grupos subordinados. As formas patriarcal e racista de dominação são estreitamente interligadas. Sua especificidade não nega seu inter-relacionamento com a dominação econômica, sobretudo em sociedades coloniais com economias fundadas no regime escravista. Por isso mesmo, a crítica à dominação racial se entrelaça implicitamente com a crítica ao patriarcalismo. (NASCIMENTO, 2003, p. 68).

As relações racistas e patriarcais foram imprescindíveis para a análise das relações de trabalho no país. A partir de Florestan e os demais intelectuais da USP¹⁶, foi possível considerar os sujeitos nas suas construções sociais, atentar para dentre os atores sociais, dentre eles o papel que a mulher branca pobre e a mulher negra ocupavam na sociedade escravocrata. Aspectos fundamentais destes pensadores,

¹⁶ Virginia Leoni Bicudo, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e os elencados acima.

desigualdade entre homens e mulheres, as quais estão presentes nas dimensões salariais, renda, ocupações, papéis políticos, controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva delas. Fortemente influenciada pela produção intelectual de Florestan Fernandes, Heleieth Saffioti ampliou o debate na obra *Mulher na Sociedade de Classes: mito ou realidade*.

1.4 DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Enquanto Heleieth concluía a Faculdade de Sociologia, seu esposo ficou entre idas e vindas de Araraquara a São Paulo, em virtude de ter aceitado o desafio de criar o Curso de Química no interior. Waldemar Saffioti¹⁷ foi designado para acompanhar a instalação do Curso de Química e do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FFCLA). O Curso de Química formou professores para o ensino secundário e foi responsável pela formação de muitos docentes que atuaram na região de São Paulo e do território brasileiro (SAFFIOTI, 1999).

Na década de 1960, a USP teve o papel de produzir conhecimento, e a universidade simbolizou um espaço de resistência intelectual, nos difíceis anos da ditadura, o espaço onde sobrevivia a liberdade restrita de pensamento. Na área das Humanidades, a centralidade do debate acadêmico era a construção do pensamento crítico a partir de diferentes matrizes filosóficas e políticas postas em questão. A década de 1960 esteve arraigada ao conservadorismo, na chamada moralização da família, com o suposto objetivo de proteger a cultura e o “bons” costumes, período de controle da propaganda comercial, ao mesmo tempo em que se liberavam jôqueis clubes em dias de semanas e, facultada por lei, a prática de jogos ilícitos.

Ainda que com uma atmosfera conservadora, Heleieth permaneceu em São Paulo para concluir o curso e o marido permanecia mais em Araraquara do que na capital. Ao se graduar em Ciências Sociais, decidiram que deveriam se mudar para

¹⁷ É de 21 de dezembro de 1959 a proposta de contratação do Prof. Waldemar Saffioti encaminhada pelo Prof. Paulo Guimarães da Fonseca (na época professor da Escola Politécnica da USP), primeiro Diretor da FFCLA, ao Prof. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, Reitor da USP e presidente do extinto Conselho Estadual do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Em documento de 28/01/1960, o CEES aprovou a contratação do Prof. Waldemar para "reger a cadeira de Físico-Química e Química Superior" da FFCLA. A ideia inicial era criar uma Faculdade de Química em Araraquara com o objetivo específico de implantar no interior do Estado de São Paulo, na época do governo Jânio Quadros, uma Escola de Química para a formação de professores destinados ao Ensino Secundário, em vista do pequeno número desses profissionais existente na época. (MASSABNI; MELIOS; FRANCO, 1999, p. 630).

Araraquara. Ela pediu liberação do Estado para não perder o concurso, que lhe foi negada, sendo justificado que já havia usufruído deste direito no decorrer da graduação.

Como a lei liberava integralmente os aprovados em primeiro lugar para aperfeiçoamento em nível superior, ela resolveu prestar vestibular novamente para Pedagogia, na nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Unesp/Araraquara. Esta foi a forma encontrada para forjar a liberação, pois como o ensino superior era uma premissa da elite, a lei era muito condescendente e amistosa aos seus pares. O ingresso nas universidades era de forma meritocrática, por meio da seleção dos “melhores” desempenhos, assim muitos alunos ficavam de fora.

No Brasil na década de 1960 um período denominado superlotação universitária como um fenômeno escolar, a partir da história dos ‘excedentes’. Excedentes eram os candidatos que obtinham a média nos vestibulares, mas não conseguiam se matricular nas escolas de nível superior, pois o número de aprovados extrapolava ao número de vagas disponíveis. Não raro, nos anos 1960, as manifestações juvenis tocavam nesse assunto e parte das reivindicações estudantis daquele período estava diretamente relacionada a esse ‘ponto de estrangulamento’ na trajetória escolar dos estudantes brasileiros: havia jovens buscando o ensino superior, eles atingiam as médias pedidas nos vestibulares e, ao final, por conta da insuficiência de postos universitários, não assumiam a vaga requerida (BRAGHINI, 2014, p.125).

Para Braghini (2014), em 1960, cerca de 30 mil estudantes prestaram vestibulares e não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados. Heleieth prestou vestibular e foi aprovada em primeiro lugar para o Curso de Pedagogia, criado pelo professor Luiz Pereira¹⁸.

A velha técnica de passar em primeiro lugar. Então, fiz vestibular para Pedagogia. Porque eu tinha pedido comissionamento não para a função docente, qualquer coisa que me mandassem fazer, como escrituraria, por exemplo, eu teria aceitado, mas como negaram fui eu para o vestibular. E, mais uma vez, ganhei (MÉNDEZ, 2010, p.60).

¹⁸ Luiz Pereira era formado em Licenciatura e Bacharelado em Pedagogia, mesmo este curso não tendo grande prestígio no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Ele conseguiu, em virtude de seus méritos como pesquisador curioso e disciplinado, obter lugar de destaque junto à equipe liderada pelo professor Florestan Fernandes. Pereira teve vinculação ao Centro Regional Paulista à Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP e acumulou as funções de pesquisador e coordenador de pesquisa, o que resultou em seus trabalhos de pós-graduação em Sociologia, sob a orientação de Florestan Fernandes, o qual o indicou para assumir uma cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Permaneceu de 1959 a 1963. Retornou a São Paulo para assumir o recém-criado Centro de Sociologia e Indústria e do Trabalho – CESIT, anexo à cadeira de Sociologia I da FFCL-USP, onde substituiu interinamente a direção em virtude do seu afastamento, embarcou para exílio logo após o Golpe Militar de 1964.

Assim que iniciou o Curso de Pedagogia, foi convidada para ministrar aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara¹⁹, uma vez que era comissionada pelo Estado de São Paulo. A história docente no ensino superior de Heleieth confunde-se com a do Campus de Araraquara. Sua caminhada no magistério superior se efetivou exatamente pela aprovação no vestibular da Faculdade de Filosofia de Araraquara²⁰, em sua primeira turma, por seu ótimo desempenho escolar e por ser graduada em Ciências Sociais na USP. Estes fatores foram determinantes para o ingresso como docente e, em vez de caloura de Pedagogia, passou a ser professora dos que seriam colegas de graduação.

Naquela época não havia concurso para professor; os interessados deviam prestar vestibular, classificar-se em primeiro lugar e receber um convite do catedrático, conta. O responsável pela cátedra era Luiz Pereira, o primeiro professor de Sociologia da FFCL. 'Ele me examinou de cabo a rabo e esperou até que eu fizesse o último exame para me convidar', segundo lembra Heleieth, que contou com um empurrão poderoso: a indicação de Florestan Fernandes, um dos mais influentes sociólogos brasileiros e seu grande mestre (SAFFIOTI *apud* MÉNDEZ, 2010).

Considerando a falta de professores qualificados, foi convidada para auxiliar o professor Luiz Pereira na recém-criada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara. Ao aceitar o convite de Luiz Pereira, já não seria mais uma estudante, mas sim professora, uma mudança significativa. Saffioti percebia suas limitações e definiu-se como: “[...] uma ilustre ignorante, afinal acabara de sair da faculdade, mesmo que tenha sido uma aluna excepcional, no curso de sociologia da USP ao concluí-lo como melhor aluna” (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p.72).

Esse período foi conturbado e marcado por disputas eleitorais, e já era presente a pressão do exército. Jânio Quadros elegeu-se com 48% dos votos para a Presidência da República, no final de 1960, substituindo Juscelino Kubistchek. Jânio assumiu em janeiro de 1961, ficou por 6 meses e foi substituído por João Goulart, em setembro do mesmo ano, devido a muitos conflitos. Sua marca de campanha foi moralização e austeridade da vida pública; aperfeiçoamento da democracia e desenvolvimento econômico. Ele defendia a democracia, a justiça eleitoral, pregou a

¹⁹ Era muito comum ocorrer com os professores servidores do Estado, no ensino secundário, serem comissionados no Ensino Superior, Gioconda Mussolini, Heleieth Saffioti e outros.

²⁰ Faculdade de Filosofia de Araraquara, antes Instituto isolado da Secretaria da Educação do Estado, que viria a se integrar, posteriormente, à Unesp.

moralização, a liberdade sindical, o direito à greve (dentro da ordem social), a conservação da liberdade, o bem-estar social e a independência da política externa.

Neste período, o Golpe Militar já estava sendo gestado, pensado, articulado, e no Brasil este processo se deu no primeiro ano da década de 1960. Com a renúncia de Jânio Quadros, os militares não olhavam com bons olhos o vice-presidente João Goulart, seu governo foi conturbado, com reivindicações populares, pressões dos conservadores da elite, que não via positivamente a relação do governo com a classe trabalhadora e partido comunista (VIEIRA, 2015).

Esta instabilidade se estendia por todos os espaços, nas universidades e faculdades não era diferente, com demissão de servidores, proibição de renomeação, mudança de horários de trabalho. Enquanto isso, na Faculdade de Araraquara os professores eram contratados sob demanda grande de trabalho e, para dar conta do desafio de ser professora, Heleieth passou a dormir três horas por noite, estudando intensamente. Luiz Pereira, responsável, pela iniciação da docente na faculdade, deu liberdade para a recém-formada e professora.

Juntamente com Fausto Castilho²¹, foram responsáveis pelo planejamento do curso de Ciências Sociais e Pedagogia. Segundo ela, os cursos foram bem planejados, com quatro anos. Heleieth afirmava que o Curso de Ciências Sociais da Unesp era considerado superior ao da USP-SP, universidade que a formou. Foi no ano de 1963 que efetivamente iniciou a docência em Araraquara, mesmo ano de criação do Curso de Ciências Sociais. Luiz Pereira permaneceu em Araraquara de 1959 a 1963, quando retornou a São Paulo para assumir o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT, anexo à cadeira de Sociologia I da USP, onde substituiu interinamente a direção em virtude do afastamento de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, embarcou para exílio logo após o Golpe Militar de 1964. No período que Luiz Pereira permaneceu na cidade, Heleieth ficou bem próxima dele, mas quando partiu houve, inevitavelmente, o distanciamento. Com a saída dele

²¹ Fausto Castilho estudou no Liceu Pasteur em São Paulo, fez Filosofia na Sorbonne, em Paris, retornou ao Brasil e foi lecionar em 1954 na Universidade Federal do Paraná –UFPR. Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado. Em 1965-66, foi assessor especial do Prefeito de São Paulo, brigadeiro Faria de Lima, para as áreas de educação e cultura. De 1967 a 1972, implantou a áreas de Humanidades na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e foi o primeiro diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, onde criou o grupo de linguística, posterior Instituto de Linguagem (IEL). Entre 1973-76 foi professor na Escola de Comunicação e Artes da (ECA –USP) e de 1977 a 1984 retornou à Unicamp, outorgou o título de professor emérito em 2000 (FUNDAÇÃO FAUSTO CASTILHO, 2020).

para a USP, ela sobrecarregou-se, uma vez que Sociologia contemplava quatro anos no curso de Pedagogia e um ano em Letras (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

O Cesit - Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, anexo à cadeira de Sociologia I, do professor Florestan Fernandes (1920-1995), dirigido pelo professor Fernando Henrique Cardoso, estava em fase de ampliação do número de projetos de pesquisa. Isso foi aí pelos fins de 1962, início de 1963. Na ampliação, um dos objetivos era incorporar a educação como tema de pesquisa associado aos projetos já em andamento, sobre o empresariado, o operariado e o Estado, relativos ao desenvolvimento econômico e social. Para ampliar o número de pesquisadores, foi convidado o professor Luiz Pereira, formado em Pedagogia, e não em Ciências Sociais, que havia sido aluno de Sociologia do professor Florestan e com ele fizera mestrado em Sociologia e, depois, o doutorado, na mesma semana em que Fernando Henrique e Octavio Ianni (1926-2004) fizeram os seus doutorados. Por indicação de Florestan, Luiz Pereira era professor de sociologia na Faculdade de Filosofia de Araraquara, então um instituto isolado da Secretaria da Educação do Estado, que viria a se integrar, posteriormente, à Unesp, quando de sua criação ²².

Com o retorno de Luis Pereira a São Paulo para assumir o Cesit, em 1963, o volume de trabalho em Araraquara aumentou, além das aulas em Pedagogia e Letras, que a cada ano cresciam, sem considerar que logo foi criado o curso de Ciências Sociais. No período, Heleieth lecionava em seis cursos anuais, ministrando sozinha a disciplina de Sociologia, em todos os cursos, contando apenas com o professor de Matemática (uma realidade precária da educação superior no país). Apesar da dura rotina, era considerada excelente professora, como revela uma de suas alunas, posteriormente colega de trabalho na Unesp de Araraquara:

A professora Heleieth, cientista social de prestígio nacional e internacional, foi, sobretudo, uma educadora. Minhas lembranças, enquanto sua discípula, baseiam-se, principalmente, nas aulas magistrais proferidas durante estes quatro anos. As imagens localizadas em minha memória são bastante nítidas. É como se a visse adentrando a sala de aula, com pontualidade exemplar, além do rigor, da clareza de exposição de conteúdo, muitas vezes difíceis, sobretudo no primeiro ano (SILVA, 2011).

Para que os alunos não ficassem sem aula, Heleieth se desdobrava em vários conteúdos. A estrutura de recursos humanos era precária, o que sobrecarregou sobremaneira a então inexperiente professora. Segundo Silva (2011), a imagem de austeridade da professora Heleieth escondia, na verdade, um carinho profundo aos seus discípulos. Silva, que foi sua aluna, tornou-se colega de Unesp-

²² Entrevista concedida a Conrado Pires de Castro. "Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins", publicada na revista Tempo social, em 2010.

Araraquara, salientando que seus ensinamentos valiam para a aula e para o conjunto da vida. Concluiu, assim, que a professora era um modelo a ser seguido.

Grande mestra, dessas que cativam os alunos já na primeira aula, fascinados por sua retórica e extasiados com sua competência de traduzir em linguagem fácil, textos difíceis e complicadas lições. Heleieth possuía ainda outros dons de cativar seus alunos. Suas aulas, como seus textos, eram densas, de uma erudição que desafiava os alunos a seguir-lhe o exemplo e que os deslumbrava. A professora não tinha complacência com a preguiça e o comodismo. Ensinava e exigia que seus alunos aprendessem. Nem aceitava a mistificadora confusão entre ideologia e ciência em nome da militância política primeiro ano (SILVA, 2011, p. 102).

No início, Heleieth foi contratada em tempo integral, tendo que elaborar um projeto de pesquisa, representando um desafio, era algo que nunca havia realizado. Mesmo inexperiente e o projeto de circulação restrita, entusiasmou-se com a temática e os dados coletados. Ali teve início o comprometimento com a questão que a acompanharia por toda a vida. A pesquisa foi desenvolvida com as professoras primárias e operárias da indústria têxtil. Na coleta, ela entrevistou maridos, companheiros ou namorados das trabalhadoras; e esse desenvolvimento ocorreu de forma instintiva, pois nunca foi instruída neste sentido. Para ela, tudo em sociedade era relacional, bastava saber o “bê-á-bá” da Sociologia para saber que era possível (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

Em 1964, instaurou-se o Golpe Militar²³ e, para a classe trabalhadora, ocorreu a perda de direitos trabalhistas e sociais, e a ampliação e o avanço do poder do lucro capitalista. Com a grave situação na política, o presidente João Goulart foi asilado no Uruguai. Deu-se início às ações militares e o Comando Revolucionário cassou deputados, senadores, governadores, prefeitos, desembargadores, embaixadores e demais ocupantes de funções de natureza pública (VIEIRA, 2015). Logo, o cargo de presidente foi declarado constitucionalmente vago.

A Ditadura teve apoio de vários grupos civis, anticomunistas, conservadores, intelectuais e membros da Igreja, tornando conciliar interesses similares e as contradições internas das Forças Armadas, já que uns queriam o fim do serviço

²³ “O Golpe Militar de 1964, no Brasil, depôs o presidente **João Goulart** (1961-1964) iniciando então um período longo da **ditadura civil-militar** que perdurou até 1985”. Esta terminologia civil-militar se deu em virtude de ter havido um “amplo” apoio dos setores civis da população brasileira. Eles tinham ideias de uma revolução conservadora e moralizante em defesa dos valores considerados tradicionais. Tinham como objetivo manter o catolicismo, os grandes latifúndios, as propriedades industriais e um vínculo com capital estrangeiro ocidental e a exclusão da população pobre e trabalhadores do processo decisório do país. Período de grandes tensões sociais, violência. (HISTÓRIA DO MUNDO, 2021; FGV CPDOC, 2021, grifos nossos).

público de atividade política, os ditos comunistas. Logo, trabalhar com referência marxista tornou-se um sério risco de se cair na mira do regime arbitrário.

Heleieth afirmava que o pouco que sabia de Marx tentava ensinar. Adotou como metodologia de trabalho, no primeiro ano, a seguinte dinâmica: os alunos se organizavam em grupos, cada um escolhia um tema e produzia uma hemeroteca do assunto escolhido. De forma astuta, ela partilhava com os alunos a responsabilidade pela escolha do assunto e atenuava a sobrecarga de trabalho, ficando sob a responsabilidade do aluno a escolha e a ela cabia relacioná-lo. Cada equipe produzia uma pasta com os recortes de jornais e realizava uma apreciação do artigo.

Esta era uma forma de “politização dos alunos”. Assim, uma hora por semana era dedicada à discussão da conjuntura brasileira. Foi uma prática pedagógica que possibilitava elencar questões problematizadoras. Para explicar, ela correlacionava a teoria marxista, uma forma de tentar criar uma “consciência política” nos graduandos, por meio das questões que emergiam de seus próprios interesses. Heleieth destacou esta experiência significativa como professora e para os alunos. Neste período, ela trabalhava com módulo de quatro horas, sendo que, para cumprir os conteúdos, raramente concedia intervalo. Sua experiência era de quem havia trabalhado duramente desde a infância.

Contudo, ela relatava não ter sido fácil trabalhar durante toda a noite ou dormir por apenas três horas para conseguir dar conta da demanda (GONÇALVES; BRANCO, 2011). A sobrecarga de trabalho se deu também em razão de que vários professores vinham de trem para o interior de São Paulo. A viagem tinha duração de oito horas e, em virtude do regime civil militar, muitos tiveram que deixar a universidade, pois esses intelectuais foram perseguidos, exilados, presos e torturados. Então, o que já era escasso ficou pior. Heleieth, que tinha muitas aulas, ficou ainda mais sobrecarregada. Da mesma forma ocorreu com o professor Waldemar Saffioti, que passou a assumir todas as aulas do Curso de Química, contando com a ajuda dos alunos mais adiantados nas séries.

Em 1964, na segunda turma de Ciências Sociais, entraram 30 alunos e concluíram somente quatro. Mesmo em situações adversas e dormindo poucas horas por noite, para dar conta da demanda, a ex-aluna Maria Aparecida Silva afirmou que Heleieth era uma excelente professora, comprometida, criteriosa, revelando que era nítida a lembrança das suas aulas:

É como se a visse adentrando a sala de aula, com pontualidade exemplar, além do rigor, da clareza de exposição de conteúdo, muitas vezes difíceis, sobretudo no primeiro ano. Ninguém ousava chegar em atraso a suas aulas (SILVA, 2011, p. 102).

FIGURA 5 - Formatura da 1ª turma de Ciências Sociais, curso que Heleieth ajudou a criar em Araraquara em 1966



Fonte: Giraldi (2010).

Na Unesp, havia uma norma que estabelecia – independentemente do momento em que o professor houvesse iniciado a carreira acadêmica – que até o fim do ano de 1966, data-limite para os docentes que não possuísem titulação, entregassem o título de doutorado ou de livre-docência. À época, podia-se ingressar diretamente em ambos. Nestas circunstâncias, Heleieth tinha de fazer uma tese, mas entendia que, sendo mulher e marxista, seria um prato cheio para a colocarem na rua. Para ela, os homens podiam até não fazer, muito menos os não marxistas, porém não era o seu caso (GONÇALVES; BRANCO, 2011; MENDÉZ, 2010).

As coisas melhoraram um pouco ao se conseguir uma verba para contratar uma auxiliar, mas sem pós-graduação, pois naquela época não havia no país muitos profissionais com titulação. Ao perceber que tal dinâmica não poderia prosseguir, ela não daria conta de fazer tudo. Com o novo regime, não quis perder a possibilidade de ingressar diretamente no doutorado, uma vez que isto ainda era possível e tudo levava a crer que se extinguiria. O regulamento da pós-graduação no Brasil permitia o processo acelerado. Para tanto, precisava-se ter um notório saber, um bom currículo e ter publicado alguns artigos. Ela entendia que o mestrado seria uma extensão da graduação, o certo a fazer, já que o doutorado demandava uma discussão com maior

densidade, exigindo uma contribuição teórica mais elevada que o mestrado (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

Apesar das circunstâncias, a professora se inscreveu para o doutorado com Florestan Fernandes, pois sabia que com Luiz Pereira, responsável por seu ingresso na carreira acadêmica, seria difícil. Ele não aceitava orientar mulheres e Heleieth considerava-o misógino²⁴, afirmando que ele só queria homem para ser seu assistente. Florestan Fernandes pensava ao contrário, que até poderia ser razoável, mas que não jogaria suas fichas em outro candidato. Ainda, afirmava que apostava na capacidade da ex-aluna Heleieth, tendo insistido no nome dela para Luiz Pereira e, como não conseguiu convencê-lo, acabou por orientá-la.

Florestan foi importante em sua carreira, apesar de Heleieth ser mais vinculada teoricamente a Antônio Cândido²⁵, justificando que, politicamente, Florestan Fernandes era socialista, mas não teoricamente, pelo que ela tinha algumas divergências com seu orientador (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

No doutorado, o curso era anual e, como não havia pós-graduação, o modelo que se adotou foi o francês, no qual o candidato produzia a tese e a defendia. Primeiro, se inscreveu para fazer a especialização com o Octavio Ianni²⁶, mas não havia tempo. Sendo assim, a decisão de fazer doutorado não ocorreu de forma democrática, tendo ocorrido em um cenário de perdas de direitos no âmbito das universidades, e fazer o doutorado era um imperativo para a continuidade das atividades docentes.

²⁴ Misógino: considera a mulher um ser fraco, inferior ao homem e indigno de exercer a cidadania. A mulher era considerada um diabo doméstico, a qual merecia sofrer surras eventuais quando se mostrassem dominadoras. Em sermões alegava-se que a mulher era atrativo irresistível aos homens para condená-los ao inferno. Diante dos tribunais eram consideradas vaidosas, levianas e mentirosas (GEVEHR; SOUZA, 2014).

²⁵ Antônio Cândido de Mello e Souza foi professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP por 50 anos, ingressou em 1942 e lá permaneceu até 1992. Foi um dos importantes pensadores ligados aos estudos sobre a formação do Brasil. Foi escritor, ensaísta e um dos mais importantes críticos literários brasileiros. Iniciou os cursos de Direito e de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Em 1941, formou-se em Ciências Sociais. Tornou-se livre-docente de literatura brasileira em 1945, doutor em ciências em 1954, e em 1974 passou a professor titular de teoria literária e literatura comparada da USP, cargo em que se aposentou em 1978. Além de professor emérito da USP e da UNESP foi também doutor honoris causa da Unicamp (IEA, 2013).

²⁶ Octavio Ianni, professor emérito da Universidade de São Paulo, foi um dos importantes integrantes da chamada Escola da Sociologia Paulista. Precursor da análise das questões relacionadas com a situação dos negros e os preconceitos raciais na vida brasileira. Foi um dos principais colaboradores de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Em 1961, defendeu a tese de doutorado "Metamorfoses do escravo", sob orientação de Florestan Fernandes. Participaram de sua banca Caio Prado e José Loureiro.

Quanto às divergências com o professor, Heleieth afirmava principalmente a produção de Florestan Fernandes, que garantiu a Livre-docência denominada “Fundamentos empíricos da explicação sociológica”. Para ela, Florestan tentou compatibilizar os três métodos pilares da sociologia – Durkheim, Weber e Marx – e era impossível tal feito, já que em seu entendimento eram incompatíveis. Heleieth justificava que Florestan Fernandes era um tanto quanto positivista em virtude de sua formação ter sido em etnografia e, para ela, a “realidade é dialética”, conseqüentemente, o método também (GONÇALVES; BRANCO, 2011). Todavia, reconhecia seus feitos e afirmava que o que ele pôde, ele fez. Florestan foi responsável pela tradução da primeira parte da “Ideologia Alemã” e se tornou referência nacional e internacional para a área da Sociologia.

Com divergências apenas em âmbito acadêmico, Heleieth era de natureza contestadora, mas reconhecia em seu orientador um grande ser humano. Florestan era uma figura pela qual tinha respeito e admiração, era honesto e desempenhou uma função histórica importantíssima no Brasil, sem a qual talvez ainda se estaria na época da crônica social. Logo, Florestan teve um papel indispensável para a sociologia crítica em âmbito nacional e internacional (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

Devidamente inscrita no doutorado, sob a orientação de Florestan Fernandes, redigiu a primeira versão da tese e entregou ao orientador. Nos relatos de Heleieth, foram cinco horas ouvindo críticas a respeito do seu texto. Tomou a orientação como um desafio, acatou algumas críticas – as que acreditava serem pertinentes, mas outras ratificou, uma vez que não lhe pareciam coerentes. Tratava-se de características inerentes à sua personalidade contestadora, forte e convicções teóricas seguras. Apesar das críticas realizadas pelo professor, ele determinou que ela não iria para o doutorado, mas diretamente para a livre-docência. Ela tentava recusar, afinal, diante das críticas do orientador, como haveria de ir para a livre-docência? Ela ficou temerosa com uma possível reprovação.

O sistema de confecção das brochuras era frágil, o trabalho constava com 520 páginas, divididos em três volumes. Florestan falou que poderia ser dispensado o terceiro volume para concurso de cátedra, que foi extinta em 1968 (MENDES; BECKER, 2011). Era o orientador quem sugeria os nomes para compor a banca e o Conselho Estadual de Educação fazia a aprovação. Então, além do orientador, ela escolheu Antônio Cândido; Ruy Coelho, que era o catedrático da Sociologia II;

Gioconda Mussolini²⁷, que havia sido sua professora de Antropologia na graduação, na USP, bem como Luiz Pereira, com o qual havia trabalhado.

O Conselho Estadual de Educação fez uma “guerra de nervos”, pois considerou que a banca era formada por comunistas, já que todos os que trabalhavam na USP eram assim vistos. A fama de comunista se deu porque ela trabalhou com Luiz Pereira, o qual já havia sido rotulado, efetivando-se a premissa: “diga me com quem tu andas que te direis quem és”, denominação que ocorria “por tabela”. Depois que se ganhava a adjetivação comunista, não havia quem retirasse esse estigma.

1.5 APRESENTAÇÃO AOS MESTRES E AOS ALUNOS

Com toda a pressão, Heleieth entregou a versão definitiva, mas ainda relutava junto ao orientador para fazer apenas o doutorado. No entanto, ele era inflexível e respondia que sim, ela iria para a livre-docência. A tese intitulada “A mulher na sociedade de classe: mito ou realidade” foi apresentada em 1976 e a postura da autora foi acolher as críticas que achou pertinentes, e as que não concordou contra-argumentou, tornando-se mais convincente.

O Conselho rejeitou duas indicações da banca, retirou Luiz Pereira e Gioconda Mussolini, porém não teve audácia de tirar Florestan Fernandes, Antônio Cândido e Ruy Coelho. Para substituir os integrantes da banca, foram designados Heraldo Barbuy²⁸, professor de Ciências Econômicas, Clemente Segundo Pinho, que trabalhou na USP com literatura portuguesa, porque ele também tinha curso de Letras e havia deixado a USP para trabalhar em Araraquara (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

²⁷ Gioconda Mussolini (1913-1969). Em 1933, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários que funcionava no Instituto Pedagógico "Caetano de Campos", e que, como a própria Gioconda escreveria num Currículo de 1965, "equivalia aos dois primeiros anos do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia" da USP. Foi a primeira mulher, no Brasil, a fazer da Antropologia Social a sua profissão, tendo sido docente e pesquisadora na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, desde 1935 até o dia da sua morte, em maio de 1969. Sua produção desdobra-se em três direções: primeiro, ela protagoniza os primórdios do ensino na disciplina, na FFCL da USP; segundo, contribuição que deu ao campo da "antropologia da doença", através da sua dissertação de mestrado, defendida em 1945; tornou-se referência para os estudos brasileiros sobre pesca, cultura e organização social de comunidades litorâneas em geral e das populações caiçaras do litoral de São Paulo, em particular. O campo da antropologia da pesca tem no nome de Gioconda Mussolini tida com "mãe fundadora". Suas reflexões são atuais e orientam muitos pesquisadores contemporâneos. Na primeira e na terceira dessas três direções, contribuiu as novidades teóricas, metodológicas e epistemológicas, as quais tentou introduzir na em sua produção acadêmica.

²⁸ Heraldo Barbuy, escritor de vários livros, formou-se em Filosofia pela Faculdade de São Bento – SP, e foi professor da Faculdade de Economia e Administração da USP.

Nos bastidores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, os alunos e alunas disputavam os lugares no anfiteatro, repleto de pessoas para assistir à defesa. Eles faziam parte de uma torcida fiel e silenciosa. Vestida com uma beca preta, sentada a uma mesa defronte à banca composta somente por homens, Heleieth foi a primeira mulher a defender uma tese marxista sobre mulheres, o que até então era impensável, pois havia doutores que adotaram este referencial, mas não em Sociologia e com o referido tema.

A mesma postura tomada durante as aulas repetia-se agora, em sua defesa. Não me lembro do conteúdo de suas argumentações. Talvez não fosse isso o que interessasse naquele momento a nós alunos. O importante era, a partir da platéia, torcer por ela. Desconhecíamos as lutas dos bastidores no momento da composição da Banca, as exigências do Conselho Estadual de Educação, a não aceitação de alguns nomes indicados pela Congregação da Faculdade. Acompanhamos o ritual durante os longos dias que pareciam arrastar-se além do tempo, até a decisão final (SILVA, 2011).

Diante da banca, ela detalhou conceitos, argumentou, articulou junto à banca na linguagem da Sociologia e traduziu em linguagem mais acessível ao público, demonstrando habilidade de interlocução com todos. Ao final, foi aplaudida em pé por todos, conforme relatam colegas e ex-alunos, como Silva (2011).

FIGURA 6 - Defesa da livre docência da tese A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e realidade, 1967



Fonte: Giraldi (2010).

Heleieth não pôde fazer concurso para professora titular, já não era mais cátedra, que foi extinta um ano após a defesa. Nem ela, nem outros professores puderam fazer em virtude de serem contratados, além de outros que eram contratados por meio de verba especial. Caso se inscrevessem para o concurso de titular, não tivessem êxito e fossem reprovados, a verba seria perdida. Para não correrem o risco de perder os recursos, optaram por não fazer o concurso de professor associado naquele momento. Os professores foram transformados em titulares pela Constituição de 1967²⁹. Todavia, Heleieth queria fazer o concurso porque, confiante, se considerava capaz, chegando a ironizar: “até quando não era capaz, me considerava” (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p.78).

É justamente nesse momento que as feministas encontram Heleieth, feminista pioneira desta onda, que já vinha antes, há quase duas décadas, desenvolvendo idéias, estudos e teses sobre a emancipação das mulheres na sociedade de classes. (1), Na área acadêmica, a despeito de todo o preconceito que colocava o assunto submerso no silêncio e na invisibilidade. Ela enfrentou, solitariamente, com coragem, competência e altivez, as críticas que lhe dirigiram as diversas forças políticas inclusive de intelectuais, que não a aceitavam, por se atrever a ser feminista, marxista e intelectual no espaço da Universidade. Ela era convicta de sua postura teórica e ideológica, não abria mão de seus princípios. Sofreu também uma certa desconfiança junto aos setores progressistas da oposição (TELES, 2011, p.1).

Ainda que em tempos de Regime Militar, Heleieth não tomou conhecimento, não alterou sua rotina, continuou a ministrar suas aulas da mesma forma, com personalidade marcante, sempre apontando sobre tudo o que pensava, mesmo com boatos sobre possível demissão. Ela relatou não saber por que o professor Waldemar e ela não foram delatados³⁰.

²⁹ O principal resultado do texto da Constituição Federal de 1967 foi uma extremada concentração de poderes e de prerrogativas institucionais: no nível da União, às expensas de Estados e Município, e no fortalecimento do Poder Executivo, em detrimento do Congresso Nacional e do Judiciário. A Constituição Federal de 1967 foi considerada um documento constitucional autoritário, que consideramos que teve como propósito institucionalizar um regime autoritário no Brasil. A construção do regime político que ocorreu no Brasil a partir de 1964-1967 se deu de forma gradativa e aparentemente não sincronizada; os fatos e fricções políticas levaram às primeiras medidas, mas, a partir do AI-2, ficou claro a decisão de separação do regime de 1946-64 e estruturar uma nova ordem política. Regime autoritário, onde se estabeleceu restrições as instituições e grupos políticos e grupos de interesse, O regime estabelecido em 1964, as massas populares foram afastadas das decisões políticas e suas mobilizações políticas foram reprimidas (SOUZA, 2017).

³⁰ Assim como Heleieth, Waldemar defendeu em 1967 a livre docência, ele já era doutor. A Constituição Federal de 1967 garantiu o direito de professor titular de carreira, com estabilidade, mesmo assim ele fez questão de fazer a solicitação formalmente para realizar o concurso para o provimento da Cátedra de Físico-Química, logo a após a conclusão da Livre –Docência, do que foi negada, para ele motivo de decepção e descontentamento. Não se sabe se foi retaliação.

Acredita-se que possa ser pelo domínio e especificidade do conhecimento do referido professor. Os dois tiveram ações passíveis de perseguição política – ele de forma combativa na ação sindical da Unesp.

O Prof. Saffioti, além de dedicar-se às suas atividades na área da Físico-Química, sempre foi um crítico austero da política universitária. Fundou a Associação dos Docentes da Unesp (ADUNESP). Após a sua aposentadoria envolveu-se na política local e nacional. Foi vereador, em Araraquara, na década de 70 e candidato a deputado federal, tendo obtido, em 1982, mais de 50 mil votos. Atuando sempre como defensor dos Direitos Humanos, participou ativamente das campanhas para a anistia de presos políticos. Apoiou os movimentos pelas reformas agrária e tributária e defendeu o programa pró-álcool (MASSABNI; MELIOS; FRANCO, 1999, p. 630).

Segundo Maria Aparecida de Moraes Silva, que foi sua aluna no Curso de Ciências Sociais, em 1966, entraram três militares, que assistiram às aulas fardados, em um regime repressor, autoritário e totalitarista, o que representava uma ameaça constante para o professor. Heleieth afirmou à sua colega de departamento que o diretor da Faculdade tinha “carta branca” para denunciar quem ele entendesse merecer, mas só não denunciou o casal, Heleieth e Waldemar, porque seriam fechados dois cursos de graduação (SILVA, 2020).

De fato, o casal praticamente “segurou” os cursos, pois sua retirada impactaria na continuidade de oferta de vagas. Eles tinham os requisitos que desabonavam o Regime Militar, militância e sindicalismo de Waldemar e o marxismo de Heleieth, o que era um “prato cheio” para os militares (BIFFI, 2018).

O que poderia ter nos acontecido. Nós quisemos saber do diretor: sendo nós duas pessoas muito incômodas, por que ele nos poupou? Ele disse: ‘bem, não foi pelos belos olhos de vocês, foi porque dois cursos seriam fechados! Foi só por isso!’. Claro, ele não queria sujar o currículo dele, fechar uma faculdade, porque fecharia. Existia o quê? Pedagogia, Letras, Ciências Sociais e Química. Fecharia cinquenta por cento! Escapamos por isso, pela vaidade de um cidadão que não queria manchar o seu currículo. (SAFFIOTI *apud* GONÇALVES; BRANCO, 2011, p.79-80).

Em uma das últimas entrevistas, Heleieth relatou uma situação marcante dos tempos sombrios de repressão militar, em Araraquara, que foi a demissão da Fanny Tabak, viúva, com filhos para criar.

Fanny³¹ foi delatada, sem querer, pelo próprio sogro. Alguns intelectuais considerados pelo regime como “subversivos” ficaram muitos anos escondidos em uma fábrica de propriedade do sogro de Fanny Tabak. Segundo Heleieth, não se conhecem os motivos pelos quais o sogro, sob segredo de confissão, disse que denunciou sua nora.

Por ser Araraquara uma cidade pequena, por Fanny ser do grupo intelectual local e seu marido ser da mesma área que Waldemar Saffioti, a família vivenciou toda a situação dos colegas, os conflitos, sofrimentos e as tensões com o Regime Militar. A família Tabak já havia saído do país anteriormente e depois retornado, mas foi muito difícil, pois sofreu severas ameaças e perseguições dos militares. Em 1967, Fanny foi lecionar na Faculdade de Filosofia e Letras de Araraquara (SP), juntamente com Saffioti. O contato com Fanny foi uma possibilidade de troca, como ocorria constantemente entre as intelectuais que saíram do Brasil em virtude do regime, já que tinham acesso à literatura, e o pensamento corrente na Europa, nos Estados Unidos, onde o movimento feminista socialista/marxista estava em ebulição e era socializado entre os grupos de interesses.

Fanny permaneceu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Unesp de Araraquara até 1970, na Cadeira de Política, trabalhando ao lado de Heleieth. Ela foi demitida e seguiu para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de onde também foi desligada; na sequência, ingressou na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu a tese de livre-docência, sendo outra vez afastada, em 1975, em razão de seu passado comunista, (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Heleieth Saffioti também estabeleceu uma rede de relações com intelectuais no Rio de Janeiro, ministrando

³¹ Em 1959, graduou-se em Ciências Sociais e pôs sua formação acadêmica a serviço do PCB, então na semilegalidade. Dirigiu a Escola de Quadros Comunistas, órgão subordinado ao Comitê Central. Traduziu obras marxistas para a Editora Calvino, pertencente ao partido. Em 1961, o casal Tabak mudou-se para Moscou, na Universidade Lomonosov, Salomão foi realizar pesquisas e fazer pós-graduação. Fanny defendeu a tese de doutorado intitulada “A estrutura social no Brasil: principais modificações” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Fanny Tabak importante intelectual brasileira, integrante do Partido Comunista do Brasil - PCB (1945-1947), teve grande atuação no movimento de mulheres, que explodiu no pós-guerra. Ela incentivou a criação de dezenas de núcleos de mulheres de bairros, denominados Uniões Femininas, os quais, em 1949, deram origem à Federação de Mulheres do Brasil. Fanny foi uma das fundadoras da liga “A luta contra a carestia, pela paz mundial e pelos direitos das mulheres”, mesclando questões gerais do povo e condições de vida e ampliação de cidadania feminina. Ela dirigiu a revista *Momentos Femininos*, de circulação nacional, que durante 10 anos divulgou a causa e as lutas gerais do povo por justiça social. Filiou-se à Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino - FBPF e à associação de Mulheres Universitárias, organizações feministas de expressiva atuação nas décadas de 1920 e 1930 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

cursos e atuando fortemente na UFRJ, onde criou o Núcleo Gênero, Etnia e Classe: Estudos Multidisciplinares (Gecem).

Assim como Heleieth Saffioti, Fanny atuou na Pontifícia Universidade Católica–PUC/RJ, onde permaneceu por 20 anos como professora do Departamento de Sociologia, bem como na UERJ, onde foi fundadora e dirigiu por 14 anos o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), sendo o primeiro núcleo criado em uma universidade brasileira, o qual, posteriormente, foi multiplicado por vários estados da federação (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). A família Saffioti certamente esteve na mira do Regime Militar, pois a esposa era declaradamente socialista e marxista e o marido era militante sindicalista.

A PUC-SP teve um papel importante, um mês após o Golpe Militar, um ato de punições foi promulgado e publicado, no qual muitos professores foram demitidos e proibidos de exercerem a profissão ou, ainda, aposentados compulsoriamente. A PUC-SP não aposentou compulsoriamente integrantes do seu corpo docente e, na contramão do processo, contratou e acolheu muitos intelectuais, pais e mães de famílias, como Fanny Tabak, na PUC, e Heleieth Saffioti foi acolhida na pós-graduação da PUC-SP, onde teve inúmeros orientandos. Dentre os beneficiados pela política da PUC-SP e que integraram o corpo da instituição, estavam:

Florestan Fernandes (Aposentado USP, 1969 – ingresso UC-SP 1977);
 José Arthur Giannotti (Aposentado USP, 1969 – ingresso na PUC-SP-1977);
 Maria Nilde Mascellani (Aposentado USP, 1970 – ingresso na PUC-SP-1971);
 Octavio Ianni (Aposentado USP, 1969 – ingresso na PUC-SP-1977);
 Paul Israel Singer (Aposentado USP, 1969 – ingresso na PUC-SP-1977);
 Paulo Freire (Aposentado Universidade de Recife, 1969 – ingresso na PUC-SP-1977³²).

A professora Heleieth relatou ser este um período muito difícil da História, um regime totalitarista. Segundo ela, foram preservados de uma delação de suas atuações marxistas, pela vaidade do diretor da época, o qual não queria manchar o currículo, mas também porque não os considerava comunistas. Também Heleieth não se considerava comunista, dizia ser socialista, mas foi “por pouco” que puderam continuar exercendo a docência na Unesp/Araraquara.

³² Em destaque, dos intelectuais, ex-professores da USP de Heleieth Saffioti defendiam os mesmos princípios e pressupostos teóricos, criadores do grupo de estudo de *O Capital*. - Comissão da Verdade PUC, Reitoria Nadir Gouvêa Kfourri. (PUC-SP, 2021).

As feministas que retomaram os movimentos na década de 1970, em sua grande maioria, eram originárias das organizações políticas de esquerda. Comprometidas, com as causas populares e com a transformação da sociedade, precisavam superar os desafios impostos pela ditadura. Mas também havia a rejeição da própria esquerda que considerava o movimento feminista um desvio da luta de classes. De um modo geral, não havia um acúmulo teórico sobre os feminismos. Eram escassos os materiais sobre o tema. Às vezes, chegavam papéis datilografados que continham as idéias das feministas do exterior. Tinham pouco alcance, havia dificuldade de circulação entre os grupos. Eram difíceis a reprodução e o debate sobre estes poucos textos: A Revolução mais longa de Juliet Mitchell ou A mais valia do Trabalho Doméstico de Isabel Larguia, dentre outros. Impunha-se a necessidade de conhecer as bases teóricas dos temas feministas e aprofundar os estudos e debates. Era imprescindível o apoio da esquerda. Mas como convencê-la a apoiar os feminismos emergentes? (TELES, 2011, p.1)

Assim, Saffioti se consolidou como docente na Unesp de Araraquara, tendo articulado, em 1978, a criação de um curso de pós-graduação. Acreditava que universidade que se preze tinha que oferecer uma pós-graduação de qualidade. Lutou durante cinco anos para implementar o projeto de pós-graduação e o mestrado teve início em 1981, tendo como linhas de pesquisa: Movimentos Sociais; Produção e Reprodução da Força de trabalho, Estado e Classes Sociais no Brasil.

Na segunda turma, uma aluna manifestou interesse em estudar violência contra mulheres, escolhendo-a como orientadora, visto que era uma temática que a intrigava muito. Assim, Heleieth, juntamente com a orientanda, iniciaram os estudos sobre este tema (MENDES; BECKER, 2011). Em 1983, ocupou-se da temática, realizando pesquisas bem mais densas sobre violência doméstica. Em 1984, recebeu um convite para ser pesquisadora associada, durante aquele ano, em Paris.

1.6 APOSENTADORIA E HOMENAGENS

Heleieth contabilizou 45 anos de atividades acadêmicas junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara e outras instituições, formou gerações de estudantes de graduação e pós-graduação. Ela era reconhecida pelos seus alunos como uma mestra exigente, cuidadosa e com precisão conceitual. Realizou pesquisas, conjuntamente com a USP e UFRJ, onde criou o núcleo Gênero, Etnia e Classe: Estudos Multidisciplinares (Gecem).

Graduou-se em Direito aos 50 anos, onde aprimorou os estudos sobre violência sexual contra mulheres e crianças e violência doméstica. Realizou pesquisas nesta área, algumas das quais com o apoio de agências de fomento. Em

2009, a Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Unesp de Araraquara concedeu-lhe o título de professora emérita (GIRALD, 2010).

FIGURA 7 - Entrega dos títulos de professor emérito a Francisco da Silva Borba, Heleieth Saffioti e Maria Teresa C. Biderman



Fonte: Stein *et al.* (2011).

1.7 DOCÊNCIA NA PUC-SP

Heleieth foi professora de Pós-Graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, desde 1989. Em 2006, redigiu uma resposta ao procurador Cícero Harada, que publicou um artigo condenando a legalização do aborto, o comparando a um assassinato. Na ocasião, ela era professora de pós-graduação da Instituição, ao ler o artigo do procurador afirmou o incômodo com a matéria: “Li o texto e fui tomada de uma tal indignação que escrevi uma resposta.” (SAFFIOTI, 2005, p.1). Logo, ela elaborou um texto em resposta, que defendia o direito da mulher ao aborto e condenava a posição católica em relação ao tema. Com uma postura crítica e ácida, sem meias palavras, entre outros argumentos afirmava de forma contundente que “[...] durante séculos a Igreja não proibiu o aborto, devido ao fato de que moças e freiras eram engravidadas por padres.” (SAFFIOTI, 2005, p.1)³³.

³³ Manifestação da professora doutora Heleieth I.B. Saffioti a respeito de posicionamento do Procurador do Estado de São Paulo Cícero Harada, veiculado pelo *mailing list* da OAB-SP, em 26.12.2005..

Estava criado o tumulto, pois o texto não repercutiu bem, uma vez que duas advogadas que leram o texto de forma privada pediram autorização para publicá-lo no site da OAB de São Paulo e a consequência foi imediata para matéria tão polêmica. O texto ganhou visibilidade na internet, com direito à tréplica de Harada. Uma denúncia foi efetivada na ouvidoria da PUC/SP, resultando na demissão da professora, encerrando-se, assim, sua trajetória naquela Instituição (GIRALD, 2010). Para a professora, sua demissão “foi totalmente ideológica”.

Saffioti jamais abandonou suas convicções, atuando de forma engajada e comprometida, por meio da dimensão teórico-prática, contra-hegemônica em uma totalidade sócio-histórica, de forma orgânica, constituída de capacidades para fazer análise crítica da dinâmica de funcionamento da sociedade. Ela não reproduziu, ela produziu e ampliou uma visão de mundo, ambicionando uma transformação da realidade vigente, por meio da dimensão educativa, que envolve os intelectuais e o povo, em seu caso, a defesa das mulheres, raça e classe trabalhadora (GRAMSCI, 2001).

“A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, defendida em 1967, configurou-se como a obra mais contundente e crítica quanto à atuação da Igreja na sociedade, para com a mulher pela autora.

Na questão feminina, a posição da Igreja Católica reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classes. Neste sentido, o comportamento da Igreja não tem diferido basicamente da atuação dos demais grupos empenhados na preservação do status quo capitalista. Como estes, a Igreja tem evidenciado um esforço de refinamento das técnicas sociais conducentes a manter, embora disfarçadamente, a mulher submissa ao homem (SAFFIOTI, 1976, p. 92).

Por sua vez, a direção da PUC/SP negou o pedido, afirmando que os critérios haviam sido previamente divulgados, tratava-se de uma medida de contenção financeira, mas foi ação deliberada de repressão ao que ela defendia.

Todavia, os alunos de Heleieth organizaram um abaixo-assinado reivindicando sua permanência no Programa de Pós-graduação, com a assinatura do ex-reitor Nadir Gouvêa Kfour³⁴, da deputada federal Luiza Erundina (PSBSP), além de centenas de professores dos cinco continentes. Heleieth afirmava: “Não

³⁴ Reitoria – Comissão da Verdade. PUC São Paulo, citado anteriormente, em nota.

posso aceitar trabalhar numa instituição que me censure”, e, ainda, “Sou uma pensadora, e se há uma liberdade da qual não posso abrir mão, é a de pensar e exprimir aquilo que penso”. A liberdade de pensamento orientou sua longa trajetória acadêmica como socióloga, militante, não tendo se filiado a nenhum grupo específico, a fim de preservar suas convicções individuais (GIRALD, 2010).

Após a morte do marido, Heleieth, que já morava em São Paulo, resolveu doar a chácara, antiga residência da família em Araraquara, uma área verde de 13 mil metros quadrados, bem localizada. Segundo ela, estava devolvendo aquele patrimônio à cidade como forma de retribuir à sociedade tudo o que ela e o esposo receberam do Estado ao longo da vida, já que toda a sua carreira acadêmica foi na rede pública³⁵.

Para tanto, impôs a condição de que o espaço se tornasse o Centro Cultural Waldemar Saffioti e, após a morte dela, seu nome fosse vinculado ao dele. Ela dizia ser o marido um grande homem, honesto, um cientista de categoria (STEIN *et al.*, 2011).

FIGURA 8 - Inauguração do Centro Cultural Waldemar Saffioti



Fonte: Giraldi (2010).

³⁵ Heleieth e Waldemar Saffioti tiveram apenas um filho, Sérgio, que segundo relato morreu muito cedo, não há muitas referências sobre ele, apenas dedicatória no livro objeto de sua defesa. Com a morte do marido em 1999, ela doou a propriedade, onde o casal residiu por 26 anos, em Araraquara.

O Centro Cultural Professor Waldemar Saffioti – CCPWS – foi instalado na antiga chácara Sapucaia, que depois se tornou Chácara Saffioti. O imóvel foi doado à UNESP de Araraquara por Heleieth Saffioti, com a condição de que, nos espaços, fossem desenvolvidos projetos educativos e culturais, beneficiando adolescentes e jovens adultos da comunidade, entre 14 e 25 anos de idade.

O Centro está vinculado ao Instituto de Química, ao Curso de Química, Faculdade de Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Faculdade de Odontologia - e de outras Unidades da Unesp (STEIN, 2011).

FIGURA 9- Chácara Sapucaia – Atual Centro Cultural Waldemar Saffioti - Araraquara



Fonte: UNESP (2021).

Após o falecimento da socióloga, em 2010, a responsável pelo Centro Cultural manifestou interesse no acervo pessoal de Heleieth, visando alocá-lo na antiga chácara, atual Centro Cultural Waldemar Saffioti.

A família aceitou fazer a doação à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FFCLAr), e o acervo passou a fazer parte da Biblioteca da Faculdade, à disposição do público, tornando-se um dos maiores acervos de estudos de gênero do país, composto por 7.238 livros.

FIGURA10 - Inauguração da Biblioteca Heleieth Saffioti, com a presença do irmão Herbert Ivis Bongiovanni - 2015



Fonte: Luiz Borges Gomide do Nascimento (UNESP, 2015).

Heleieth Saffioti teve e tem uma contribuição teórica indiscutível para compreender a sociedade capitalista ao fazer uma análise contundente da mulher. Sua publicação, resultante da produção para a livre docência, é pioneira no campo dos estudos sociais sobre a mulher no Brasil, na perspectiva marxista. Ela foi combatente da Ditadura não na luta armada, mas com seu pensamento crítico, com sua produção teórica, e foi na incorporação na e pela educação que fez a diferença. Sua morte, em 2010, foi sentida com pesar no meio acadêmico, com inúmeras notas em revistas, com dossiês temáticos e jornais.

A morte de Heleieth, a nossa eterna mestra, traz lembranças daqueles anos em que prevalecia o obscurantismo na vida social e política do país. A esquerda atuava na clandestinidade ou no exílio. Era um tempo de prisões arbitrárias, torturas, mortes e desaparecimentos forçados. É bom lembrar que Heleieth à época, professora da UNESP de Araraquara,

visitava os presos políticos do Barro Branco (Presídio de Presos Políticos, em São Paulo). Um dos presos que ela gostava muito, era o Reinaldo Morano³⁶, que era de Araraquara (TELES, 2011, p.1).

A trajetória de sua vida se configurou na possibilidade de o ser singular incorporar, na práxis, a defesa dos interesses da sua categoria, tenha-se em mente que seu caráter particular não significou que tratou apenas o ser singular, uma vez que representou o interesse de um grupo, uma categoria, uma classe.

Nesse sentido, sujeito-objeto não é dado, ou sujeito-objeto não são dados, no entanto, derivam da atividade, do viver a vida, do produzir e reproduzir a vida em todas as dimensões. Parafraseando Marx, a história da Humanidade é a história da luta de classes, todavia, esta luta antagônica, no que diz respeito a homens e mulheres, foi ampliada por meio do patriarcado.

Este capítulo procurou demonstrar a trajetória pessoal e intelectual de Heleieth Saffioti, o contexto em que ela esteve imersa, os aspectos sócio-históricos que foram consolidando a sua prática profissional. A reflexão crítica, as emoções que integram a teoria e as práticas políticas que constituem a condição essencial para a formulação, interpretação e reinterpretções explicativas e adequadas à condução das transformações sociais.

Desta forma, compreende-se que a sociabilidade masculina não é igual à feminina, em função da organização social do gênero, aspectos particulares objetivos e subjetivos implicaram de forma direta ou indireta na produção do conhecimento, na apreensão dos fenômenos.

À vista disso, compreende-se que Heleieth Saffioti, como sujeito singular, a partir da teoria de Marx e Engels tenta compreender o antagonismo entre homens e mulheres, tendo o patriarcado como uma ideologia dominante que passou a ser ideia dominante.

³⁶ Reinaldo Morano Filho nasceu em 1945, na cidade de Taquaritinga, interior de São Paulo. Na década de 1960, mudou-se para a capital paulista para fazer o curso superior e, em 1966, engajou-se movimento estudantil. Formou-se em Direito pela PUC-SP, iniciou o curso de Medicina na USP, mas foi preso no terceiro ano de curso, antes ele já havia sido preso em setembro de 66, como participante do Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE/SP) em São Bernardo do Campo, e em outubro de 1968 como participante do 30º Congresso da UNE em Ibiúna/SP. Em 1970, foi preso novamente, condenado e cumpriu pena de 6 anos e meio por militar na Ação Libertadora Nacional (ALN). Passou por diversos cárceres da cidade de São Paulo, dentre eles, o Deops/SP, DOI-Codi/SP, Casa de Detenção, Presídio Tiradentes e Presídio Barro Branco. Após a soltura, em 1977, concluiu a Faculdade de Medicina da USP, especializou-se em psiquiatria, exerce a profissão de psicanalista em São Paulo. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2021).

CAPÍTULO 2

PONTO DE PARTIDA DE SAFFIOTI – MARX, ENGELS E A LUTA DE CLASSES

O modo de participação na classe social, entretanto, nem sempre é o mesmo para o homem e para a mulher.

Saffioti (1976)

A obra de Heleieth “A Mulher na Sociedade de Classes”, publicada em 1969, apresentou a categoria sexo entendida como uma extensão da sociedade, atravessando/cruzando a divisão social de classes, situada no sistema produtivo. É compreendida como um fenômeno histórico que não se apresentou de forma acabada, em cada uma de suas concretizações, em virtude de fatores específicos de cada sociedade. O livro foi escrito a partir dos estudos das obras de Marx e Engels para compreender os fatores agravantes no processo de “integração” da mulher na sociedade, bem como a contemporaneidade entre eles e Floran Tristan.

Nesta tessitura, Marx e Engels não figuraram de forma comedida, mas como substância teórica, em que Heleieth Saffioti realizou um diálogo constante, às vezes calmo, às vezes sinuoso, questionador, substância da própria dialética materialista. Este processo, que ela realizou para compreender a constituição da formação econômica e social da sociedade brasileira, teve como referência o capitalismo industrial discutido por Marx e Engels.

Como um certo oportunismo eleitoral, as primeiras manifestações do marxismo no Brasil deram-se no final do século XIX, com a criação do Partido Operário, que não era exatamente um “partido de classe” no sentido revolucionário. Estes socialistas brasileiros eram mais pró-forma, uma sigla que possibilitaria participar das eleições e eleger “representantes” dos trabalhadores no poder legislativo. Porém, neste momento, o Brasil estava muito distante do que vivera a Europa imersa no sistema capitalista.

Os primeiros contatos de Heleieth Saffioti com a obra de Marx e Engels deram-se na década de 1960, uma vez que muitos intelectuais daquele núcleo eram professores, participantes e integrantes do grupo de Florestan Fernandes. O Seminário, formado por um grupo restrito de intelectuais da USP majoritariamente masculino, realizou o famoso estudo da obra “O Capital”.

Foi um esforço coletivo, de forma que a interpretação fosse problematizada e debatida, realizada pelo professor assistente Joaquim Giannotti, da Filosofia,

Fernando Antonio Novais, da História, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Candido da Sociologia e, posteriormente, da teoria literária. Com o Golpe Militar de 1964, coube a Celso Furtado dar continuidade. Já o segundo grupo, herdeiro do primeiro grupo da USP, foi articulado por Roberto Schwarz, por volta de 1963; mais eclético, contou com 9 homens e 5 mulheres³⁷. Imersa nesta atmosfera acadêmica Usiana e com as redes de relações, Heleieth teve acesso ao pensamento de Marx e Engels.

Para Heleieth Saffioti (1976), o aparecimento do capitalismo se deu em condições totalmente adversas para a mulher, no processo individual de produção inaugurado pelo sistema capitalista, elas contaram com a desvantagem social:

Superestrutural: (cultura, religião, moral, direito, Estado, Política), supervalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina, ordem gerada pela ordem social,

Estrutural: (forças produtivas, meios de produção), neste sentido, a mulher foi marginalizada das funções produtivas.

A partir de Marx, Heleieth vai elaborando novas reformulações interpretativas para compreender a desigualdade entre homens e mulheres, o processo de opressão e exploração que o sistema capitalista imputou para a mulher.

2.1 UM CONTEXTO DE REVOLUÇÕES AO ENCONTRO DA INVOLUÇÃO

A teoria de Marx e Engels foi produzida na primeira metade do século XIX e teve como foco o exame das relações de produção e do poder burguês no sistema capitalista. Buscou a compreensão para uma possível transformação revolucionária que conduziria o ser humano à libertação como um todo. Tratava-se de um projeto ousado, para tanto, era preciso evidenciar a causa mais geral da opressão da classe trabalhadora pela sociedade burguesa.

Naquele momento, era imprescindível deixar de lado algumas formas individuais dos fenômenos, sendo para Marx primordial compreender o antagonismo de classes, gestado na sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista. Marx e Engels já apresentavam elementos no interior das classes

³⁷ Ruy Fausto, Paul Singer, Sergio Ferro, Zé Chico, Emir Sader, João Quantim de Moraes, Claudio Vouga, Francisco Weffort, Paulo Sandroni, Emilia Vioti da Costa, Lourdes Sola, Célia Quirino, Beth Milan.

sociais, os quais agravavam a situação da mulher na classe trabalhadora e na sociedade como um todo.

Desta forma, cabe compreender as abordagens da mulher na sociedade de classes à luz do materialismo histórico-dialético, bem como compreender os processos ideológicos de opressão e exploração da mulher. Para Saffioti, a condição do trabalhador, do homem livre na sociedade capitalista foi um requisito essencial para a realização histórica do modo de produção inerente ao sistema posto, situação para ambos os sexos.

Na transição do século XVIII ao XIX, à medida que as mulheres foram mais requisitadas para ingressar na indústria, ampliavam-se as insatisfações femininas, as quais eram exploradas na esfera familiar e no mercado de trabalho, não sendo consideradas cidadãs. A igualdade³⁸ ficou somente no discurso, o que frustrou os anseios do sexo feminino, principalmente as mulheres pertencentes à burguesia e à intelectualidade da época, que também reivindicaram seus direitos civis e políticos.

A Revolução Industrial, por sua vez, não gerou bem-estar econômico, ao contrário, concentrou renda nas mãos dos capitalistas, ampliou a miséria da população, gerando revoltas e protestos da classe trabalhadora.

Nos regimes sociais anteriores,

[...] as mulheres da burguesia exerciam atividades econômicas. Nos burgos da Inglaterra medieval a mulher casada podia engajar-se no comércio, independentemente do marido, sendo, pois, responsável por seus atos enquanto pessoa jurídica. O casamento com um membro de uma guilda mercante conferia à mulher os direitos e os privilégios de seu marido como sua sócia ou coadjuvante, partilhando-a da vida social e religiosa da guilda. Em caso de falecimento do marido, herdava o negócio e tinha o direito de dirigi-lo segundo lhe aprouvesse. As moças solteiras, todavia, eram raras como aprendizes da guilda mercantil. Como um organismo fechado para fora, a guilda mercante dificultava a penetração das mulheres que não fossem levadas ao comércio por um homem (SAFFIOTI, 1976, p.33).

Neste seguimento, a Revolução Industrial (1760-1860) delineou-se como fenômeno econômico-social que transformou toda a vida europeia e do mundo ocidental. Foi resultante de um “complexo feixe de eventos”, desde a Revolução Agrícola, a acumulação do capital, o qual promoveu a invenção das máquinas, a

³⁸ Aqui alusão à Revolução Francesa (1789–1799), que marcou a História do Ocidente, a derrubada da monarquia absolutista, rompendo definitivamente com os costumes aos quais eram submetidos camponeses, feudais. Resulta, assim, a burguesia, que irá comandar o século XIX.

mudança da força de trabalho dos campos para as cidades, bem como o crescimento mundial do mercado, sendo na Inglaterra o início deste processo (CAMBI, 1999, p. 369-370).

Assim como na Inglaterra, também na França,

[...] durante todo o antigo regime, a mulher gozou de todas as capacidades necessárias ao exercício das atividades comerciais. Em qualquer dos dois países, contudo, as liberdades femininas se circunscreviam às atividades da mulher negociante. Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não (SAFFIOTI, 1976, p.33).

No século XVIII, nos EUA, a participação da mulher no mercado de trabalho representou uma ameaça aos homens, a luta das mulheres juntou-se à causa abolicionista, uniu circunstancialmente mulheres brancas e negras. Todavia, surgiram fracionamentos no decorrer dessa luta. Houve uma longa batalha do movimento feminista que foi conhecido como “As Sufragistas”, que se expandiu rapidamente por todo o mundo. As mulheres começaram a se unir para exigir direitos iguais na lei, na educação, no emprego e na política. O movimento se ampliou, mas não se consolidou como um movimento unificado, em virtude das diferentes abordagens políticas, com variações de padrões. Esta primeira onda do movimento feminista se configurou como pequeno burguês.

A nova ordem social, instituída sob a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade, negou, entretanto, parcialmente, seus princípios. Na medida em que se tratava de uma sociedade de classes, o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico; de fato, diferenças gritantes anulavam a igualdade formal. No que tange aos sexos, a sociedade capitalista não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres.

[...] a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina (SAFFIOTI, 1976, p. 106-107).

Neste período da Revolução Francesa, 1789 até 1848, Bonaparte acolheu o programa de reconstrução burguesa da sociedade francesa, modernização do controle do Estado, o qual passou a ser mais burocrático, a racionalidade técnica foi

difundida pelo império e por toda a Europa, todavia, a restauração não eliminou as transformações administrativas e econômicas, tampouco a desigualdade social (CAMBI, 1999).

2.2 MARX E ENGELS, O ENCONTRO INTELECTUAL COM UMA CONVIDADA ATRASADA

No calor do processo das revoluções, Marx e Engels produziram os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, nos quais davam os primeiros sinais quanto às transformações no sistema produtivo. As mulheres começaram a participar das atividades remuneradas, porém mostravam-se preocupadas com suas condições de trabalho nas tecelagens inglesas, ao mesmo tempo em que denunciavam o crescimento do comércio do corpo.

Para Marx (2004), a prostituição era somente umas das expressões particulares de prostituição universal do trabalhador, a tal ponto que se tornou uma prostituição não somente o prostituído, mas também o prostituidor, sendo este último ainda pior. Considera, ainda, o questionamento como o rompimento da ordem social nos diferentes domínios, reprodução (a família), produção material (economia) e a regulação (política), a qual tem o papel regulador e restringe o espaço da mulher.

Como Marx não considera o problema da mulher algo isolado da sociedade e de seu tipo estrutural, recusa-se a admitir qualquer medida que objetive proteger os elementos femininos ou eufemizar seus sofrimentos através de paliativos; é à causa mesma da degradação da mulher que pretende chegar. Vê as instituições burguesas como instituições profundamente farisaicas, pois o burguês faz as leis para que outros as cumpram. Como a transgressão das leis é apanágio seu, o burguês transgride as leis que regem o casamento, a família e a propriedade, e estas instituições permanecem intactas, pois são o próprio fundamento da sociedade de classes (SAFFIOTI, 1976, p.74).

A proposição de Marx para compreender o sistema capitalista de produção foi de uma genialidade ímpar, porém é preciso que se pondere que suas produções são datadas e, portanto, as classes sociais, o valor do trabalho e o processo produtivo impactaram sobremaneira a sociedade e o mundo acadêmico. Marx tratou o antagonismo de classes e as questões inerentes a todo o processo. Contudo, mesmo não sendo o objetivo, Marx e Engels deram pistas das mazelas sociais e econômicas a que a mulher estava submetida no modo de produção capitalista.

A estrutura familiar passou por profundas modificações, exercendo outras funções. Atividades que antes eram realizadas na casa, como a produção de pão, confecção, tecido, dentre outros, passaram a ser produzidos pela sociedade. Para Marx e Engels se produz em determinadas condições certos tipos de famílias, comunidades e Estados (MARX; ENGELS, 1977).

Sendo assim, o sistema capitalista de produção interferiu na sociedade como um todo, agravando ainda mais as desigualdades, agora além dos homens, as mulheres e crianças. Com isso, ampliou-se o acúmulo de capital, de um lado, e de outro, a miséria econômica e estrutural da classe trabalhadora que degradou toda a família.

Para Hobsbawm (2017), a sociedade capitalista não consistia somente nas fábricas, empregadores e proletários ou que tudo tivesse se transformado pelo poder da indústria. O centro têxtil representava metade da produção total dos teares dos artesões, decerto o que ocorria em regiões menos avançadas em organização industrial de forma simultânea, reiteramos que corrobora o que pensou Saffioti, sobre que outras formas anteriores de produção com as novas formas coexistiam³⁹. No entanto, os centros urbanos cresciam com o trabalho industrial e a nova estrutura organizacional.

Este desenvolvimento urbano e industrial impulsionou manifestações das mulheres representantes da burguesia, por direitos e educação. As mulheres da aristocracia que tiveram acesso à educação começaram a manifestar as insatisfações, queriam igualdade, participação política, civil, começaram a escrever, na imprensa e nos panfletários, a opressão e exploração a que estavam submetidas.

Estas mulheres representantes da burguesia reivindicaram direitos e denunciavam as contradições sociais, dentre elas destacou-se Flora Celestine Therèse Henriette Tristan (1803-1844), ou simplesmente Flora Tristan. Embora Tristan pregasse ideias utópicas, ela avançou em direção ao socialismo científico, anterior a Marx Fourier⁴⁰.

³⁹ Já mencionado no início do capítulo, somente reiterado com o pensamento de Hobsbawm (2017).

⁴⁰ Fourier, entretanto, vai muito além de Saint-Simon, propondo, nas *Théories des quatre mouvements et des destinées générales*, em 1808, que a sociedade ofereça à mulher educação idêntica à do homem e que a liberte definitivamente dos trabalhos domésticos através da organização de uma cozinha central e de um infantário que se ocupe das crianças. Pretendendo o estabelecimento de uma era de plena concorrência entre os gênios, não exclui as mulheres de nenhuma função na sociedade. E Fourier denuncia não apenas a submissão das mulheres, mas também a alienação do homem (SAFFIOTI, 1976, p.84).

O socialismo utópico desempenhou a função de agitar o problema da mulher; sua fragilidade teórica intrínseca, no, entanto, impediu-o de encontrar mesmo as soluções mais precárias. Por outro lado, essas primeiras manifestações do pensamento socialista condicionam, em parte, o aparecimento de uma líder feminista que, embora ainda pregasse ideias utópicas, avança em direção ao socialismo científico. Antes de Marx e melhor que o próprio Fourier, Flora Tristan vinculou, teórica e praticamente, a libertação da mulher à causa do proletariado (SAFFIOTI, 1976, p.108).

Apesar de algumas críticas de Saffioti (1976) a Tristan, ela reconheceu em sua produção uma reflexão inovadora para a época; em um contexto em que as mulheres estavam à margem da participação política, apresentou elementos para compreender a divisão sexual do trabalho⁴¹, apesar de não ter conceituado, ela evidenciou essa questão.

Não vê outra maneira de promover a unidade da humanidade senão em proclamando a igualdade dos direitos de homens e mulheres. E, sobretudo, não oferece proteção nem ao proletariado, nem à mulher, [...] entende que a obra de libertação dos trabalhadores e das mulheres deva ser realizada pelos próprios interessados. Na educação feminina, cuja necessidade foi tão ressaltada por todas as líderes feministas, Flora Tristan vê uma das condições da própria libertação dos trabalhadores (SAFFIOTI, 1976, p.108).

Para Saffioti, Tristan aponta as muitas gerações posteriores, o fundamento o que a Sociologia definiu como “feminização” das profissões e ocupações, com discurso totalmente contemporâneo. Ela tentou convencer o homem e a sociedade sobre o quão bom seria se as mulheres gozassem de direitos iguais a eles. Exigia, então, direito à educação, à formação profissional, à livre escolha do marido, sem intervenção dos pais; defendeu o direito ao divórcio e igualdade legislativa para mães “solteiras” (ALAMBERT, 1986).

Flora Tristan, mesmo sendo anterior a Marx e Engels, dirigiu suas publicações para a classe operária, principalmente para as mulheres, denunciando a degradação fisiológica da mulher operária (TRISTAN, 2015). Ela propôs igualdade absoluta ao homem e à mulher operária.

⁴¹ Divisão sexual do trabalho não aludia a um pensamento determinista, ao contrário, trata-se a dialética entre invariantes, variações trazem como evidência os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio em estudar simultaneamente seus deslocamentos e rupturas e, ainda a emergência de novas configurações podem questionar a própria existência dessa divisão. Feministas francesas optaram pela utilização do termo “relações sociais de sexo”. Para Kergoat (2010), esta concepção se insere numa leitura materialista e histórica, percebendo a relação social de sexo como uma “relação de produção material e ideal” As relações sociais de sexo estão presentes em todas as sociedades e estruturam o campo social. Desta forma, a terminologia deve considerada para as análises das relações de dominação. Em contraposição ao determinismobiológico implícito nas noções de ‘sexo’, ‘diferença sexual’ e ‘papel social’, é que surgiu o termo ‘gênero’.” (KERGOAT, 2010, p. 94).

Todavia, ela mesma já presumira que a transformação social não seria suficiente para resolver todos os problemas da mulher. Não chegou a pensar, simultaneamente, que existia o antagonismo entre proletário masculino e o feminino, tendo essa percepção na prática, mas não a conceituar. Ficou evidente sua denúncia para com a desvalorização do trabalho feminino.

[...] na fiação do algodão, ou seda, para ligar os fios; em uma palavra, em todas as ocupações em que é necessária certa leveza nas mãos as mulheres são excelentes. Um gráfico me disse um dia com uma ingenuidade característica: – Pagamos a elas a metade porque é justo, elas são mais rápidas que os homens, elas ganhariam muito se pagássemos a elas o mesmo preço. ‘Sim, não pagamos a elas em função do trabalho que elas realizam, mas em função das poucas despesas que têm, devido às privações que são impostas a elas’. – Operários, vocês não veem que consequências desastrosas resultarão para vocês mesmos de tal injustiça cometida em detrimento de suas mães, irmãs, mulheres e filhas. – O que acontecerá? Que os industriais, vendo as operárias trabalharem mais rápido e pela metade do preço vão demitir a cada dia os operários de suas oficinas para substituí-los por operárias (TRISTAN, 2015, p.117).

Tristan denunciou a exploração das mulheres e a exclusão da vida política. Sua produção, denominada “União operária”, tendo como interlocutores os operários e operárias⁴², obteve a tiragem de 4000 mil exemplares. Em um dos capítulos, intitulado “Porque menciono as mulheres”, além de contribuir para o feminismo socialista a autora teve a perspectiva de que libertar as mulheres das amarras da dominação deveria ser obra da própria classe operária.

Para tanto, proferiu um discurso contundente acerca da desvalorização e precarização do trabalho do sexo feminino, tanto na família como na indústria. Defendeu a igualdade salarial entre homens e mulheres, destacou a inferioridade intelectual das mulheres em virtude da falta de instrução oferecida a elas; defendeu, ainda, a necessidade de acolher a mulher imigrante, e uma mudança de mentalidade e costumes.

⁴² “[...] As mulheres do povo em geral são rudes, bravas e até mesmo brutas. – É verdade; mas de onde provém este estado de coisas se não está em acordo com a natureza doce, boa, sensível e generosa das mulheres? Pobres operárias! Elas têm tantos motivos para se irritar! Primeiro o marido. (Convenhamos, há bem poucos lares de operários que sejam felizes). – O marido tendo recebido mais instrução, é o chefe por lei e também graças ao dinheiro que traz para casa, ele se acha (e ele de fato é) superior à mulher, pois ela só aporta o pequeno salário de sua jornada e na casa não passa de uma humilde serva. [...] É preciso considerar que em todas as profissões exercidas por homens e mulheres a jornada da operária é paga com a metade da jornada do operário, ou se ela trabalha por tarefa, seu pagamento será ainda menor. Não podendo supor uma injustiça tão flagrante o primeiro pensamento que nos vem à mente é: em razão de sua força muscular o homem faz sem dúvida o dobro do trabalho da mulher. Mas não! É justamente o contrário que acontece. – Em todas as profissões em que é preciso destreza e agilidade os dedos das mulheres fazem exatamente o dobro do trabalho dos homens.” (TRISTAN, 2015, p.116-117).

Para Tristan (*apud* ALAMBERT, 1986, p.12), “[...] um homem oprimido, pode oprimir um outro ser, que neste caso, a sua mulher, ela é proletária do proletário” Saffioti denominou esse comportamento de “ordem das bicadas”, ou seja, a supremacia masculina perpassa a classe social e a discriminação racial e, neste caso, a última posição cabe às mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987).

Assim sendo, Tristan trouxe reflexões teóricas importantes para o contexto histórico da época, atuando como interlocução de Saffioti e de Marx e Engels, pelo engajamento na classe operária e na mulher operária. Suas ideias socialistas foram ousadas na tentativa de compreender a situação da classe operária e pela defesa de uma união da trabalhadora⁴³. Seu livro foi publicado, com grande tiragem, 10 anos antes do “Manifesto do Partido Comunista” (1948) por Marx e Engels e, assim como a obra dela, eles tinham a classe trabalhadora como interlocutora (ALAMBERT, 1986).

2.3 O REALISMO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA

Engels, no livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1844), apresentou a degradação dos operários diante do sistema capitalista, evidenciando a desigualdade, a perversa desvalorização e a barbárie a que mulheres e crianças foram submetidas. Ele expôs as mazelas do novo sistema, do abismo social imposto em todas as dimensões humanas.

Numa família em que todos trabalham, cada um pode contentar-se com um pagamento proporcionalmente menor e a burguesia, com vistas na redução dos salários, aproveitou-se largamente da oportunidade, propiciada pela mecanização, de empregar mulheres e crianças (ENGELS, 2010a, p.119).

Engels (2010a) apresentou, ainda, as mudanças do regime anterior e o mal do capitalismo, bem como os efeitos da industrialização, as estratégias sórdidas em que mulheres e crianças tornaram-se força’ de trabalho barateada e as condições precárias e desumanizadas em que vivia a população trabalhadora, submetida à degradação humana. A forma como o sistema foi cooptando todos os membros da

⁴³ No Brasil, Leandro Konder (1994) lançou uma biografia intitulada “Além de uma vida de mulher, uma paixão socialista”. Em 2015, foi editada pela Fundação Perseu Abramo o livro de Flora, Tristan União Operária.

família, reduzindo os salários do homem, obrigou as famílias a venderem “barato” a sua força de trabalho, num regime de escravização pelos patrões.

Assim, o autor denunciou doenças físicas e mentais que acometeram as mulheres e seus filhos, o emprego de narcóticos para manter crianças sossegadas, bem como o aumento da mortalidade infantil e de mulheres, as condições degradantes em que viviam, a exemplo de muitas viúvas e seus filhos, os quais submetiam-se à desumanização do trabalho degradante, visando a sobrevivência.

Engels (1844) examinou a progressiva eliminação do homem adulto da fábrica mediante o crescente emprego das máquinas na produção industrial, de modo que quanto mais emprego da força hidráulica ou vapor, menos a necessidade do esforço muscular dos homens, os quais podiam ser substituídos por mulheres e crianças, sendo estas mais hábeis e poderiam receber salários menores. Tais afirmações foram constatadas por ele, nas indústrias têxteis, onde foi incorporado o tear mecânico.

FIGURA 11 – Revolução Industrial: Mulheres-Crianças nas tecelagem



Fonte: Apolinário (2007).

Marx e Engels realizaram argumentações críticas e contundentes à sociedade capitalista, que tinha como sustentáculo do seu desenvolvimento a exploração desenfreada da classe operária. Em diferentes momentos, de forma dispersa em suas obras, pode-se encontrar reflexões sobre a família-burguesa, as condições de vida na sociedade capitalista, sobre o papel da religião e da moral, não de forma interligadas.

Que todos reflitam: na área mais luxuosa da cidade mais rica do mundo, noite a noite, inverno a inverno, vivem mulheres, jovens em idade e envelhecidas pelos pecados e pelo sofrimento, expulsas da sociedade, atoladas na fome, na doença e na sujeira. Que todos reflitam e compreendam, não para construir teorias, mas para agir. Sabe Deus que atualmente há muito que fazer ali (ENGELS, 2010a, p.76).

Aqui se configura um aspecto da contradição entre o mundo burguês e a miséria da classe operária, a busca do olhar atento destas duas realidades distintas. Para Marx e Engels (2007), a linguagem é tão antiga quanto a consciência, a linguagem é a consciência real prática, que existe para todos, sendo uma característica da dimensão prática e a forma dialética de pensar social.

O início da parceria entre Marx e Engels resultou na importante obra “A Sagrada Família”, uma vez que novos pressupostos foram rompidos com a concepção idealista de argumentação moral, a questão feminina foi apresentada claramente como uma questão social, presente em alguns dos capítulos. A obra apresenta determinações que questiona a natureza da filantropia, a fidalguia do dinheiro que causa constrangimento, que serve o jogo, a diversão da aristocracia, a tentação e o orgulho. Filantropia vista como um dever cristão e por outro lado como apaziguamento da consciência (MARX; ENGELS, 2011).

Os autores seguem, ainda que de forma discreta, denunciando o aspecto desumano da situação da mulher na sociedade daquele momento.

As reclamações, na condição de pequeno soberano, ele é um grande protetor das relações de servidão. A reflexão de Rodolfo está ainda mais longe de compreender os aspectos desumanos da situação geral da mulher na sociedade de hoje. Completamente fiel a sua teoria desenvolvida até agora, ele não sente a falta de nada além de uma lei que castigue o sedutor e associe o arrependimento e a penitência a uma pena terrível (MARX; ENGELS, 2011, p.219).

Desses elementos que Marx e Engels apresentam em sua obra, na qual eles denunciam os princípios da moral, família e Igreja, Saffioti faz um paralelo com a situação do Brasil em sua constituição, como sociedade escravocrata. Não se pode falar em organização familiar da população marginalizada, empobrecida, se a constituição da família legal estava atrelada à elite e à manutenção da propriedade privada, “da moralidade”, “da castidade”.

Saffioti teceu duras críticas à Igreja e ao Estado ao apontar que essas instituições visaram a manutenção do poder, da desigualdade e dos privilégios,

inclusive dos homens sobre as mulheres. Com discurso aparente pautado na moral, no regramento, da pureza e da castidade, a Igreja virou as costas para o que ocorria no interior da casa grande.

É óbvio que a castidade da imensa maioria das mulheres da camada senhorial foi possível graças à prostituição de outras mulheres. Filhas de brancos pobres, sem herança e cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistem recorrendo ao comércio do próprio corpo. Não apenas nas cidades grassava a prostituição; existia também ao lado dos vadios, nos menores arraiais. Era este o destino de grande parte dos elementos femininos daquele contingente populacional economicamente instável, vivendo da economia de subsistência e/ou de expedientes. A esses fatores de ordem econômica acresce ainda mais um do mesmo gênero e outro de ordem social para dificultar a organização familiar dessa camada da população. Não apenas os emolumentos cobrados pelo clero para celebrar o matrimônio eram excessivamente altos comparados à pobreza da camada populacional em questão, como também, frequentemente, se praticavam abusos. Assim, a precária situação econômica do contingente humano em apreciação era um óbice à constituição da família legal. Além disso, certas irmandades leigas sancionavam, com a expulsão, os irmãos que contraissem matrimônio com mulheres de condição social inferior (SAFFIOTI, 1976, p.169).

Para Marx, a família se configurou em um grupo social que opera uma estrutura social que transmite os valores nucleares. Marx e Engels apontam que, além de interesse, a família faz parte de uma realidade social básica, onde o indivíduo vai se desenvolver e ser educado; a família é compreendida como a base de procriação, não somente por meio de amparo físico e moral, mas a trindade constituída pelo pai, mãe e filhos. Sendo assim, a família faz parte de uma superestrutura importante na manutenção e garantia da preservação dos valores, da moral e da ordem vigente.

2.4 PARALELO ENTRE DOIS MUNDOS

Os séculos XVIII e XIX, correspondentes ao Brasil Colônia, foram pensados e discutidos na década de 1960. Os estudos voltaram-se para a formação econômica do Brasil, de forma que se tentava compreender a constituição da sociedade brasileira, os contextos, tempos diferentes, pois tardiamente, um século depois, os fenômenos eram os mesmos.

Desta forma, a sociologia crítica da USP, liderada por Florestan Fernandes, pensando a sociedade brasileira em processo de industrialização, considerando o agravante histórico da abolição da escravatura tardia no Brasil, produziu a obra “A

integração do negro na sociedade de classes”. Heleieth Saffioti contribuiu e participou deste processo com a obra “A mulher na sociedade de classes” mito e realidade.

A obra de Fernandes conseguiu, ao menos em nível teórico, confrontar o construtor anterior do mito da democracia racial. Heleieth Saffioti, apesar de apresentar elementos importantes para a compreensão da construção da sociedade brasileira, ainda tem sido pouco discutida entre os pares, os quais têm feito um esforço para divulgar e dimensionar sua produção.

Ao esboçar um paralelo entre as obras de Heleieth Saffioti e as de Marx e Engels, alguns aspectos podem ser evidenciados na produção da socióloga na década de 1960. Na Sagrada Família, os autores reivindicaram criticidade e o reconhecimento de como era desumana a condição da mulher, salientando a questão da emancipação da mulher como indissociável da emancipação humana. Para eles, não se separa a questão da mulher do contexto social, porquanto ela se consolidava pelos múltiplos determinantes (econômicos, políticos e sociais), o que implicava, ainda, fatores objetivos ou subjetivos.

Adulterio e sedução honram o sedutor, são de bom tom... Contudo, pobre moça! E o infanticídio, que crime! Se a moça seduzida quer seguir na condição de honrada, ela tem de apagar as manchas de sua desonra, e se sacrificar seu filho aos preconceitos do mundo, a ignomínia que cai sobre ela é ainda maior e ela se exposta aos preconceitos da lei...

[...] A jovem, por acaso ela não é uma mercadoria oferecida à venda a quem melhor pagar para adquirir a propriedade exclusiva sobre ela?

[...] A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade, já que é aqui, na relação entre mulher e homem, entre o fraco e o forte, onde a vitória da natureza humana sobre a brutalidade, que ela aparece de modo mais evidente. O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral terrível (MARX; ENGELS, 2011, p.220).

A concepção marxista passou a considerar um equívoco pensar a emancipação humana no sistema capitalista de produção sem a compreensão de que esta só seria possível com a superação do sistema. Já naquele momento da produção de Marx e Engels, eles evidenciaram que a superação do discurso idealista foi pautada na questão moral, realizando uma crítica contundente à família, o trato do adultério, a sedução, a desonra moral compreendida de forma diferente, distinta pela sociedade.

Ainda, corroboraram que a igualdade de fato e a supressão das diferenças entre homens e mulheres estão além do campo jurídico. Nem mesmo os sindicatos respeitavam as trabalhadoras, muitas vezes nem aceitando mulheres.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então quanto a mulher como veículos mais ou menos inconscientes da exploração de sua própria força de trabalho nas sociedades de classes. Nem através do sindicalismo, nem através da legislação trabalhista talvez possa a mulher deixar de ser uma trabalhadora marginal nas formações econômico-sociais capitalistas, na medida em que estas técnicas operam em uma economia cujas características fundamentais são a insegurança e as repetidas crises. Neste sentido, ganha nova dimensão a afirmação de que a emancipação da mulher exige uma emancipação convergente do homem (SAFFIOTI, 1976, p.65-66).

Nos Manuscritos, Marx traduz o domínio feminino pelo masculino apenas como um princípio de iniquidade das relações sociais evidencia as razões da subordinação da mulher na sociedade capitalista. Ao analisar o trabalho alienado, Marx evidencia, naquele momento, que a igualdade jurídica e política seria insuficiente para a emancipação da mulher, o que equivocadamente foi pleiteada bem mais tarde pelas feministas (CISNE, 2018). Para Marx, o elemento constitutivo para emancipação das mulheres se centrava na conexão entre a emancipação dos oprimidos e a superação política do sistema capitalista, baseado na propriedade privada e no trabalho alienante (ALAMBERT, 1986).

Não se pode falar em emancipação política sem educação, sendo assim, o direito à educação foi uma reivindicação das mulheres, sendo também um elemento de análise da constituição da sociedade brasileira por Saffioti. A educação a que as mulheres tiveram acesso na Europa e mesmo no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, se configurou como de exceções, poucas romperam com o destino imposto, algumas dentre as que tiveram acesso já davam indícios de instrumentalização da educação que impulsionou manifestos, reivindicação, insurgência com o determinismo imposto socialmente a elas. Porém, o movimento não expressava os interesses da classe trabalhadora, dos marginalizados socialmente.

É preciso compreender que a questão feminina não emergiu, na esfera mundial, como um fenômeno capaz de despertar a atenção imperativa dos

estudiosos. Este fenômeno foi revestido de particularidades no decorrer da história, através dos séculos. Não ocorreram transformações capazes de fazer emergir a problemática da mulher como evidente. Esta situação ficou latente, posteriormente, por fatores objetivos e subjetivos articulados.

Quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto mais a indústria progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumento de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo. Depois de sofrer a exploração do fabricante e de receber seu salário em dinheiro, o operário torna-se presa de outros membros da burguesia, do proprietário, do varejista, do usurário (MARX; ENGELS, 1999, p.19).

No “Manifesto”, Marx e Engels expõem a dissolução familiar desencadeada pela indústria, constituindo-se em objeto, mercadoria, condição degradante dos operários em vender-se, diariamente, por um valor ínfimo, e as mulheres e crianças valendo ainda menos. A subordinação das mulheres não foi colocada em dúvida, seja como instrumento de produção ou por serem arrastadas à prostituição oficial e não-oficial. A situação obscurecia a identidade de classe. No “Manifesto”, encontra-se em destaque a condição da mulher, sua força de trabalho transformada em produto de comércio como mercado, instrumento de trabalho.

As condições de vida da velha sociedade já se encontram degeneradas nas condições de vida do proletário. O proletário, não possui nada; suas relações com a mulher e os filhos não têm nada mais em comum com as relações dos familiares burgueses; O trabalho industrial moderno, a submissão moderna ao capital é a mesma na Inglaterra, e na França, e na Alemanha – despojaram-no de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião são, para ele, meros preconceitos burgueses por intermédio dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses (MARX; ENGELS, 1999, p. 24-25).

Percebe-se que a família da classe trabalhadora perde o valor sagrado, moral e social, tendo sido cooptada pelo sistema. Saffioti (1976) parte da compreensão de Marx e Engels no que diz respeito ao trabalho das mulheres e à sua inferiorização social, o que favoreceu o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.

Neste viés, as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista arrancar das mulheres o máximo de

mais-valia⁴⁴ absoluta por meio da intensificação do trabalho, da jornada diária e de salários mais baixos que os dos trabalhadores, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida por meio do emprego da tecnologia daquele momento.

Assim, a máquina elevou a produtividade do trabalho humano, mas não a ponto de saciar a sede voraz de enriquecimento da classe burguesa, bem como a substituição da força de trabalho do homem pela da mulher, e ambos passam a concorrer entre si, sendo a força de trabalho considerada mercadoria com valor reduzido, inferior, mais barato. Neste contexto, a família foi destituída do valor.

O pensamento de Saffioti trouxe elementos novos para a reflexão da mulher na sociedade de classe, já que estava em sintonia com os prescritos de Marx e Engels, os quais evidenciaram a subordinação da mulher como instrumento de produção. Ela foi lançada à produção, principalmente nas indústrias têxteis, sem instrução, sem formação profissional, sem proteção, sujeitada, sobretudo, à concorrência e agressividade dos homens, tanto em casa como no trabalho.

Nas fiações inglesas, estão ocupados apenas 158.818 homens e 196.818 mulheres. Nas fábricas de algodão do condado de Lancaster, para cada 100 trabalhadores há 103 trabalhadoras, e na Escócia, até mesmo 209. Nas fábricas de linho inglesas de Leeds contavam-se, para cada 100 trabalhadores masculinos, 147 femininos; em Dundee e nas costas leste da Escócia, até mesmo 280 [mulheres para cada 100 homens. Nas fábricas de seda inglesas, muitas trabalhadoras, nas fábricas de lã, que requerem mais força de trabalho, mais homens. Também nas fábricas de lã, que requerem maior força de trabalho, mais homens. Também nas fábricas de algodão norte-americanas estavam ocupados, no ano de 1833, cerca de 18.593 homens e não menos de 38.927 mulheres. Com as transformações no organismo do trabalho, coube, portanto, ao sexo feminino um novo círculo de afazeres [...] as mulheres [ocupando] uma posição economicamente mais autônoma [...] ambos os sexos aproximados um do outro nas suas relações sociais (MARX, 2010, p.32).

Por consequência, o desenvolvimento das forças produtivas no regime de produção capitalista provocou o alijamento da mulher, na medida em que a tecnologia material avançou e tornava-se conveniente ao detentor dos meios de produção substituir a força de trabalho por maquinaria, tendo em vista que ela lhe

⁴⁴ Mais-valia - a Extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capital, a diferença específica do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e exploração (BOTTOMORO, 2012). O mais-valor ou mais-valia resulta da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, cria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma (MARX, 2011).

permitiu a apropriação de mais-valia, em que a produção foi favorecida pela elevação da produtividade do trabalho (SAFFIOTI, 1984).

A exemplo do que já havia ocorrido na Inglaterra, a penetração em massa de mulheres na indústria francesa, na segunda metade do século XIX (a França assiste a esse fenômeno bem depois da Inglaterra em virtude da persistência por longos anos da indústria doméstica), envolve substituição de trabalho masculino por trabalho feminino pior remunerado.

Os grupos ameaçados, do ponto de vista imediatista, pela extensão do trabalho feminino alcançam graus diversos de compreensão do problema da mulher enquanto vendedora de sua força de trabalho. Trabalhadores franceses nas indústrias gráficas da segunda metade do século passado deflagram greve toda vez que uma mulher é admitida numa oficina do ramo. Desejam a supressão pura e simples do trabalho feminino, invocando o papel de guardiã do lar que, no pensamento proudhoniano, definia a mulher (SAFFIOTI, 1976, p.42).

Neste sentido, justifica-se a situação da mulher como guardiã do lar e o homem como provedor, porém, ainda há mulheres sem lar, viúvas, mães sem os pais de seus filhos, separadas e prostitutas. O boicote das mulheres a suas demissões também fundamentou a inércia de uma política que garantisse o direito à educação das mulheres, retardando a emancipação política e econômica e civil ainda em curso.

A igualdade, neste caso, é apenas uma utopia nesta relação em que a disputa da divisão da força de trabalho é considerada mercadoria. Neste processo, todas as mulheres perdem. A desigualdade não é somente uma questão da classe trabalhadora, pois essa opressão é anterior ao capitalismo, o qual apenas tomou novas formas e fortaleceu o sistema capitalista, possibilitando mais valia e favorecendo o domínio masculino - do homem sobre a mulher. Ocorre que a opressão se ampliou quando ficou evidente que a mulher seria uma concorrente na nova ordem. Nesta perspectiva, ampliaram-se os espaços de submissão, não somente restritos ao âmbito familiar.

Ressalte-se que, neste contexto, o processo de industrialização acirrou o abismo entre as mulheres com mais prestígio econômico das mulheres da classe trabalhadora. Contudo, todas indistintamente sofrem a opressão pelo fator o sexo. Evidencia-se um antagonismo, no interior da classe operária e no interior da classe burguesa, entre homens e mulheres.

2.5 O SUICÍDIO COMO UM ATO DA OPRESSÃO SOCIAL

Marx deu algumas pistas sobre a questão da mulher quando publicou o texto “Sobre o Suicídio” (1846), enquanto estava no exílio em Bruxelas. Com características singulares em relação ao conjunto de sua obra, ele fez anotações à medida que realizou a leitura das memórias de Jacques Peuchet⁴⁵, as quais foram posteriormente excertos compilados para uma redação final. O resultado foi um texto conciso, um prenúncio das críticas que suscitaram o amadurecimento intelectual. Para ele, o suicídio estava atrelado, de certa forma, às contradições do capital e, neste texto, ficou evidente mais humanidade.

Em síntese, Marx descreveu como fenômeno do suicídio, o qual inseriu dentro do processo de produção da vida material. Neste sentido, representou um fenômeno da realidade social daquele momento, em especial das relações de produção, desenvolvimento das forças produtivas e uma crítica mordaz à sociedade burguesa. Ele fez uma análise da vida privada, das relações produzidas em sociedade e os antagonismos a que estão sujeitos. Marx exemplificou quatro suicídios, sendo três de mulheres, bem como as razões que conduziram ao triste desfecho.

O primeiro caso tratava-se de um casal que, um dia antes do casamento, se desfrutou um do outro, porém, ao ser descoberto, aconteceu o triste desfecho com a jovem. Marx denunciou o moralismo e o patriarcado, regras que levaram a jovem a culpar-se e, posteriormente, a cometer o suicídio. No segundo caso, tratava-se de uma jovem esposa consumida de ciúmes do marido, que acabou por suicidar-se. Trata da denúncia ao casamento, a infidelidade permissiva aos homens, a opressão e a desvalorização das mulheres, o que culminou em depressão e desgosto pela vida, levando a jovem ao ato extremo. A terceira mulher engravidou de uma relação que a sociedade desaprovada na época e que a condenaria moral e socialmente. Desta forma, ela optou por colocar fim à própria vida.

Novamente, a falsa moral burguesa de uma sociedade patriarcal permissiva ao homem e implacável contra a mulher. O último caso trata-se de um homem, com

⁴⁵ Jacques Peuchet (1758- 1830), um monarquista, policial, estatístico e ex-arquivista que intrigado com os registros de suicídio (Departamentos de Administração e de Polícia), analisou e dedicou um capítulo inteiro ao tema (*Du suicide et de ses causes*), em suas Memórias. O ensaio é instigante, mas a primeira reação que emana de suas páginas é a estranheza; um certo desconforto para os que se encontram familiarizados com a obra Marx, o qual se valeu das investigações de Jacques Peuchet.

idade avançada, que se vê desempregado, tomado pela vergonha e sentimento de impotência, e que foi levado ao suicídio (MARX, 2006).

Segundo Löwy (2006), cada situação narrada por Marx foi elaborada com argumentos atrelados, o que configurou um protesto profundo contra o patriarcado, a sujeição das mulheres, a família burguesa, a tradição moral, a hipocrisia de toda ordem e a ausência de garantias legais. Para ele, os covardes, incapazes de se contraporem, são intolerantes e, tão logo possam lançar mão da autoridade absoluta, fazem mau uso dela e de forma grosseira para o servilismo e a subordinação, nos casos específicos ilustrados, como a que mulheres e idosos estão submetidos (MARX *apud* LÖWY, 2006).

O suicídio, fato em comum entre as mulheres, não teve como causa principal o fator financeiro, mas a mulher estava submissa, sujeitada de toda ordem, inclusive juridicamente. A categoria patriarcal é um fator claro e evidente, no sentido de que a condescendência é social ao homem e o julgamento implacável à mulher. Esta é uma categoria imprescindível para Heleieth Saffioti, como se verá no capítulo seguinte.

Em 1859, iniciou-se um trabalho com novos conceitos, causando uma ruptura com o pensamento de Hegel que constou no “Prefácio de A Crítica da Economia Política (1849). Nesse período ampliou-se a participação das mulheres no sistema capitalista de produção, o que gerou mudanças em suas vidas, pois o sistema produtivo requereu cada vez mais a mão de obra feminina, por ser mais barata.

[...] o emprego de mulheres em países de capitalismo industrial tem tido um desenvolvimento que não nasceu nem da exigência do trabalho das mulheres na indústria por parte da sociedade, nem de uma necessidade inerente às mulheres para trabalhar, mas, principalmente, do desejo dos empreendedores de utilizar trabalho barato com o fito de aumentar os lucros merece reparos. A sociedade, enquanto sociedade capitalista, exige, não de modo uniforme e institucionalizado, mas periodicamente, certos trabalhos femininos e, constantemente, certos outros, embora de reduzido prestígio (SAFFIOTI, 1976, p.38).

Assim, a grande massa feminina foi jogada na produção, sem ter instrução, formação profissional, proteção legal, assujeitadas ao livre arbítrio do patrão. As mulheres passaram a sofrer todo tipo de opressão e exploração, concorrência e agressividade no ambiente de trabalho e nos seus lares, por seus maridos (ALAMBERT, 1986).

2.6 A ORIGEM DA FAMÍLIA E DA PROPRIEDADE PRIVADA: NOVAS POSSIBILIDADES

Os autores amadurecem, apresentam e trazem novos elementos para o centro do debate. A obra “A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado”, publicada por Engels em 1884, tornou-se um clássico da literatura em Teoria da História, principalmente a História Antiga. Em 1860, não se poderia sequer pensar em uma história da família. As ciências históricas se encontravam sob a influência bíblica, com riquezas e minúcias, adotadas sem reserva como a mais antiga história, como se a família não tivesse evolução.

No máximo, admitia-se ter havido um período de relações sexuais não reguladas. Neste processo, foram adotadas por Marx e Engels as descobertas e contribuições de outros especialistas, como Lewis Henry Morgan Antropolo e Georg Ludwig Von Maurer, fundadores de novas disciplinas científicas (ALAMBERT, 1986).

A publicação do livro por Engels foi uma tentativa de apresentar ao público os resultados da pesquisa de Morgan, complementando-os com as de Marx e as suas. Nesta obra, ficou evidente que, primeiramente, a família é matrilinear, posteriormente passou a patrilinear, justamente neste processo que se evidencia o maior infortúnio do sexo feminino.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como forma mais elevada de matrimônio. Ao contrário ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim (ENGELS, 2010b, p.87).⁴⁶

Saffioti (1976), em sua obra, consolidou suas convicções, que foram a base de sua proposição teórica, processou e reelaborou conceitos relacionados à monogamia que para a autora derivou da propriedade privada, a forma monogâmica da família tornou-se mais sólida e unilateral a relação. A regra de fidelidade conjugal somente para mulheres, conforme Engels, objeto da monogamia, desta forma procriar filhos “de um uma paternidade incontestável”, que herdarão a fortuna paterna, como herdeiros diretos.

⁴⁶ Constante na obra “Ideologia Alemã”: a primeira divisão do Trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.

Desta forma, neste raciocínio ela vai solidificar a base do seu pensamento e a conceber novas formulações, a propriedade, seja como objeto, seja como pessoas, ou a própria combinação entre ambas é responsabilizada pela opressão que a mulher será alvo na família monogâmica (SAFFIOTI, 1976, p. 75).

Pode-se admitir que a família monogâmica tenha suas estreitas vinculações com a propriedade privada, ou melhor, com o modo de produção capitalista, sobretudo em seu aspecto reprodutivo, ou seja, no que tange ao direito de sucessão. Todavia, seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da interiorização da mulher na sociedade. Por outro lado, parece ainda mais discutível que as relações entre o homem e a mulher sejam da mesma natureza que as relações entre as classes sociais (SAFFIOTI, 1976, p.76).

A família monogâmica era baseada no predomínio do homem, sua finalidade era de procriar os filhos, cuja paternidade fosse incontestável, em razão de herança, propriedade, patrimônio do seu pai. Neste caso, os laços conjugais são muito maiores, e não podem ser rompidos por quaisquer das partes, de modo que somente o homem pode rompê-los. Ao repudiar a mulher, ao homem é concedido o direito à infidelidade conjugal⁴⁷, desde que não traga a concubina ao domicílio familiar (ENGELS, 2010b).

Nesse sentido, Saffioti segue seu raciocínio,

A complementaridade da relação entre os sexos no momento da reprodução constitui, pois, importante dado a ser levado em conta na análise da condição da mulher nas sociedades de classes. As categorias de sexo não apresentam aquele mínimo de autonomia necessário à sua existência contínua; ao contrário, seriam apenas capazes de produzir sua força de trabalho, não de reproduzi-la. Engels deixou-se iludir por um elemento comum às relações entre as classes sociais e as relações entre os sexos a dominação. Este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno propriedade. Se, por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais, por outro lado, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada (SAFFIOTI, 1976, p.77).

Heleieth Saffioti passou a defender a concepção de patriarcado e capitalismo como um único sistema, não são sistemas independentes, nem mesmo interligados, porém, são um mesmo sistema (SAFFIOTI, 1992).

⁴⁷ Direito sancionado menos pelo costume, mas pelo Código de Napoleão.

Na obra de Engels, ele afirmou que a violência e a opressão que as mulheres sofreram estão arraigadas na família desde o início da sua efetivação. Por conseguinte, o crescimento do núcleo familiar se configurou como a “derrota mundial histórica do sexo feminino”, em que a mulher foi considerada escrava do marido e instrumento de reprodução de filhos. O autor assinala que a mulher foi entregue ao poder do marido, sendo ela sua propriedade e, se ele a matasse, estaria apenas exercendo os seus direitos. Novamente, o poder patriarcal sendo evidenciado e o papel de servidão da mulher. Os homens da classe dominante funcionavam como mediadores no processo de marginalização das mulheres, de sua mesma classe e da estrutura ocupacional.

A monogamia não aparece na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher, tampouco como forma superior de matrimônio. Ao contrário, a monogamia surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, estabelecendo um conflito entre os sexos, algo ignorado nos períodos anteriores. Marx e Engels são categóricos e revelam uma sociedade classista, com relações monogâmicas imprescindíveis à manutenção da propriedade privada. Ou seja, uma família disciplinada para viabilizar a transmissão hereditária, garantindo, assim, o sistema de produção dominante.

Em sua narrativa, Engels (2010b) demonstrou que a organização familiar e a moral sexual sofreram mudanças ao longo da história, pois a organização não era estática, todavia, tais mudanças estavam diretamente vinculadas às desigualdades sofridas entre homens e mulheres.

[...] o primeiro antagonismo de classe apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2010b, p.87).

Engels e Marx deixaram implícito que a desigualdade das relações entre homens e mulheres era fundamental para a manutenção do regime capitalista, a sociedade de classes e a manutenção da propriedade privada. Sendo assim, a emancipação da mulher não se torna possível dentro do regime capitalista, uma vez que a contradição de classe, no decorrer da história, é concomitante ao desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento

monogâmico, coincidindo, assim, a opressão de sexo feminino por parte do masculino (SAFFIOTI, 1976, 1992; INÁCIO, 2013; ANDRADA, 2011; CISNE, 2018).

2.7 O CAPITAL, DIALÉTICA NECESSÁRIA PARA A COMPREENSÃO DA ORDEM ESCRAVOCRATA-SENHORIAL

“O Capital” é um conjunto de livros reunidos, sendo o primeiro de 1867. Nesta obra de Marx, foi possível visualizar várias contribuições que possibilitou a compreensão da questão da mulher operária que está muito presente a respeito das mazelas em que mulher da classe trabalhadora estava submetida, desumanizada pela cobiça.

De forma realista, “O Capital” iluminou, além da perspectiva do materialismo histórico e dialético, o desenvolvimento teórico e a análise sobre a acumulação do capital e a teorização do conceito de valor, para que se pudesse pensar e rever a forma de exploração do sistema, em que homens e mulheres estavam imersos, evidenciou a exploração/dominação das mulheres dentro desta engrenagem perversa.

Os trabalhadores consistem em adultos e crianças de ambos os sexos. A idade das crianças e jovens percorre todos os estágios intermediários desde 8 (em alguns casos, desde 6) até 18 anos. Em alguns ramos, meninas e mulheres trabalham também no turno da noite com o pessoal masculino [...] ‘E agora é expressamente admitido que, em razão da ganância dos fabricantes, que querem manter sua maquinaria em funcionamento por mais de 10 horas, introduziu-se na Inglaterra a prática de empregar crianças de 8 a 13 anos, de ambos os sexos, até as 8 e meia da noite, ao lado de homens adultos, após todos os adolescentes e mulheres terem deixado a fábrica (MARX, 2011, p.235, 250).

Enquanto na Europa a industrialização estava a pleno vapor, mulheres e crianças foram submetidas à escravização moderna, que absorveu toda a família à desumanização e à exploração não somente dos adultos, mas de seus filhos. Heleieth Saffioti fez um movimento histórico na tentativa de compreender o que ocorreu na Europa em relação à constituição da sociedade brasileira no século XIX, em que o regime de mercantilização, por meio da exploração de riquezas naturais, minerais e agrícolas, com a utilização da mão de obra escrava, sofreu distinções ao longo da história.

Assimilando o escravismo brasileiro ao antigo, diversos autores deixaram de perceber a natureza altamente racional do emprego da força de trabalho do escravo negro para a consecução do objetivo de acumular capital. Na verdade, a escravidão moderna não apresenta o mesmo sentido que a escravidão antiga. Nesta, o escravo era basicamente uma presa de guerra e, embora se fizesse também o comércio de homens não-livres, nunca se chegou a estabelecer uma corrente comercial regular de escravos com vistas à exploração econômica capitalista. Na conjuntura do capitalismo comercial moderno, ao contrário, o escravo não apenas se constituía numa mercadoria capaz de mobilizar grandes capitais comerciais, como também se transformava num capital fixo, portanto, em meio de produção para as grandes explorações agrícolas empenhadas na acumulação de capital. Evidentemente, para fins de acumulação de capital, a força de trabalho escrava não constituía a melhor solução (SAFFIOTI, 1976, p.87).

Este fator pode aludir à verdadeira natureza da economia brasileira, mostrando as características adversas do escravismo da Antiguidade, como as do mundo mercantil de exploração do ser humano. Ao discutir a constituição da sociedade brasileira partindo de Marx, Saffioti problematiza questões importantes:

A riqueza das sociedades onde reina o modo capitalista de produção aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias', e a mercadoria singular como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria'; Essa é a primeira frase d' O capital. Note-se o caráter histórico da análise, que supõe o conceito de modo de produção. Mas a forma deixa de lado toda a história de sua gênese. Não são diferentes condições em que o sistema capitalista se instala na Europa, nos Estados Unidos e nos países periféricos, muitos dos quais, aliás, retomaram a escravidão? Não é necessário distinguir assim o movimento das categorias que se compõem a si mesmo e as condições históricas nas quais vêm a ser? Essa dualidade não afeta a própria concepção de história esboçada por Marx? (SAFFIOTI, 1976, p.57).

Para a autora, os aspectos formais não são vazios, se reproduzem no ciclo produtivo; desta forma, todos os insumos já aparecem sob a forma de mercadorias, resultante no processo capitalista de produção, sendo uma categoria importante para explicar a origem do excedente, o valor. Na sociedade capitalista, no modo capitalista de produção outros modelos de produção coexistiram, como já foi afirmado.

A leitura de Saffioti assentada na obra de Marx (2011) reafirma a intensificação da mecanização da produção (industrial e agrícola na Europa) e, portanto, o crescimento da produtividade que resultou em mais-valor relativo. Com a automação produziu-se o máximo de mercadorias pelo preço mais baixo, extraindo assim o máximo de lucro, sendo uma tendência irresistível do capitalismo.

Naturalmente, este processo está intrinsecamente atrelado a exploração crescente da força de trabalho.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Lança mão tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 1976, p.34).

Marx denunciou com precisão as jornadas de trabalho excessivas, nas quais se percebem desde os limites físicos e a desvalorização da vida humana à ambição de extração ao extremo de trabalho, com o menor contingente possível. O autor ilustra a forma como mulheres e crianças foram submetidas aos horrores da desumanização:

Na fase de implantação do capitalismo, o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho de homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital, nesta fase, não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque haja a nova sociedade subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração. Mesmo quando emprega todos os membros do grupo familiar, a indústria capitalista da fase em questão distribui entre toda a família o valor da força de trabalho de seu, chefe (SAFFIOTI, 1976, p.38).

Nestas circunstâncias, a família, enquanto um valor instituído, não se estabeleceu neste seguimento destituído de humanidade, sendo apenas mais uma peça da engrenagem. Na maquinaria, a apropriação do trabalho de mulheres e crianças aumentou a quantidade de pessoas expropriadas pelo capital, de maneira a confiscar todo o tempo vital do operário mediante a expansão da jornada de trabalho. Diante do “progresso” que permite fornecer um produto imensamente maior, num tempo cada vez menor, acaba por servir como meio sistemático de liberar, em cada momento, uma quantidade maior de trabalho, ou de explorar a força de trabalho intensamente (MARX, 2011).

A força muscular ao tornar-se prescindível na maquinaria foi convertida na utilização de trabalhadores com pouca força muscular, ou corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Desta forma, o trabalho feminino e infantil passou a ser requerido para ser absorvido para aplicação capitalista da maquinaria. A

substituição dos trabalhadores transformou-se num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, ao comando imediato do capital. Esta situação “[...] usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico”, dentro de limites para a própria família (MARX, 2011, p. 317).

Para Saffioti (1976), era necessário compreender as condições de existência da mulher na sociedade brasileira do presente e do passado e, ainda, os papéis femininos, tal como foram desempenhados na sociedade capitalista, evidenciando, simultaneamente, características inerentes à sociedade brasileira, uma vez que a economia esteve dependente ao centro de dominância do conjunto de países integrados pelas democracias ocidentais .

A escravidão negra no Brasil constituiu uma estrutura econômica no país, com novas determinações capitalistas, uma vez que, com a utilização do trabalho escravo – ainda que incompatível com a economia capitalista plenamente desenvolvida –, se absorveu um certo montante de capital fixo. Considerando-se que a realização no produto do trabalho se faz de modo lento e fragmentário, é preciso considerar que há, na produção escravista, um trabalho apropriado pelo empresário, que resulta em um excedente, e dada a sua magnitude, não é consumido como renda pelo capitalista. Assim, a apropriação, por parte do empresário agrícola exportador, do mais valor criado pelo trabalho escravo, permitia a reinversão de capital e, portanto, a acumulação.

O escravo não constitui somente parcela do capital fixo. Desde que a distinção entre os tipos de capital não se atenha meramente ao pelo qual penetram a circulação (e a circulação de mercadorias diz respeito a valores previamente existentes), é possível apreender, no momento da produção, a produção mais-valia, fonte da acumulação capitalista. Embora o capitalista desembolse, de uma só vez, no ato da compra do escravo, o valor correspondente ao preço deste, necessita, se de fato pretende utilizar a força de trabalho adquirida para sempre, produzi-la diariamente e mínimo de condições para a sua reprodução. Na verdade, pois, o pagamento de mão de obra escrava se faz também através de capital variável, capital esse que se troca por força de trabalho criadora de valor. Qualquer que seja a forma assumida por esse capital variável, cuja função é permitida a produção e a reprodução da força de trabalho do escravo, ele reside a explicação da acumulação capitalista (SAFFIOTI, 1976, p. 145).

Na sociedade escravocrata do Brasil, a situação da mulher escrava se distinguia do homem escravo, uma vez que:

Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, a mulher escrava se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica (SAFFIOTI, 1976, p. 165).

Saffioti apresenta distinções entre escravos homens e mulheres, de acordo com as inúmeras possibilidades de “exploração” da escrava para a sociedade, além da reprodução. A exploração sexual era uma constante, o que configurava contraditória à idéia de família, já que servia aos senhores na casa grande. Por sua vez, a Igreja fazia vistas grossas, com distinção entre as mulheres negras escravas e as mulheres negras livres, que já desempenhavam ofício e dominavam a vida pública. Neste contexto, o casamento não era uma condição, e as mulheres da classe dominante tinham a vida restrita ao universo privado, sem acesso à vida pública, com raras exceções, e o casamento era uma condição indispensável e considerado seu único objetivo.

Para Saffioti (1976), na sociedade capitalista a ampliação elevada de produção deste sistema se consubstanciou em dois tipos: trabalho necessário e trabalho excedente, sendo que a ênfase passou a ser no último, ou seja, no acúmulo. O desenvolvimento tecnológico exigiu a igualdade jurídica entre os homens, sendo assim a força de trabalho, enquanto mercadoria, o que se pressupunha a condição de proprietário. Todavia, criou-se a ilusão de que a liberdade de fato extravasasse trocas de capacidades e produtos, mercadorias.

O escravo, o servo e o trabalhador assalariado reproduzem constantemente seu próprio fundo de trabalho, isto é, produzem e reproduzem sua força de trabalho repetidamente, ao lado de criarem, com seu trabalho excedente, um valor de que se apropria o senhor de escravo, o senhor feudal ou o empresário capitalista (SAFFIOTI, 1976, p.27).

Na produção de Saffioti, é constante a intertextualidade com o pensamento marxiano, o qual, ao desvendar a essência do sistema de produção capitalista Marx e Engels, deixou contribuições e experiências analíticas, na perspectiva crítica, que alicerçam o debate feminista, criando abordagens e compreensão do processo de exploração e subordinação da mulher na sociedade de classes. Suas teorias são atuais e capazes de desnudar as relações diretas do capitalismo e das faces da mesma moeda nos processos de opressão e exploração.

Apesar de o trabalho doméstico não ser discutido, Marx aborda o trabalho imposto pela demanda familiar ao diminuir este trabalho em detrimento da indústria, havendo uma precarização econômica da família. Sendo assim, o trabalho doméstico tem um custo. Ao citar a venda de crianças para o trabalho, as mulheres são exploradas como reprodutoras. Marx evidenciou a estrutura familiar da classe trabalhadora, que difere da classe burguesa. Para a classe trabalhadora, a infidelidade conjugal não era um problema moral, mas comum: “Grande parte das mulheres têm filhos ilegítimos, e muitas numa idade tão precoce que até mesmo os familiarizados com estatística criminal ficam horrorizados.” (MARX, 2011, p.371).

Desse modo, Marx naturalizou o trabalho doméstico, que tem raízes mais profundas, muito anteriores ao sistema capitalista. O sistema aperfeiçoou as formas de exploração de mulheres e crianças, ampliando os lucros ao pagar menos a elas. A classe trabalhadora não era, nem é, homogênea, na medida em que há uma opressão no interior da classe operária, do sexo feminino pelo masculino, assim como os interesses e os anseios das mulheres não são homogêneos. A mulher da classe trabalhadora vive uma sobreposição de opressões e exploração como mulher e como operária.

O intenso processo de urbanização que a revolução industrial inaugurou desalojou do campo imensas massas de trabalhadores rurais, minou as bases da fabricação doméstica e do artesanato independente; cavou, enfim, um profundo abismo entre o trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho, promovendo o assalariamento de crescentes massas humanas provenientes de uma economia campesina ou de burgo. O trabalho independente foi sendo, cada vez mais, limitado a um grupo restrito de empresários capitalistas. É evidente que, para o produtor independente, o processo de proletarização (assalariamento) envolve perda de status. Todavia, é preciso considerar esta questão de dois ângulos diversos. Primeiro, que se houve perda de status, este fenômeno não afetou apenas a mulher, cujo trabalho passou a ser assalariado, mas também o homem (SAFFIOTI, 1976, p.21).

Saffioti alerta para o empobrecimento da população, de um modo geral, com a industrialização, que acometeu homens e mulheres. Neste processo, em que a mulher se tornou uma presa fácil ao sistema, o capitalismo buscou e busca por força de trabalho barata, a ampliação dos lucros, fomentando a exploração da mulher, em especial, da classe trabalhadora.

Por outro lado, o proletariado feminino, com o objetivo de ajudar maridos e filhos, tornou-se parte do mecanismo da vida econômica. Elas buscavam

prosperidade para a família, todavia, a miséria se estabeleceu, de modo que as mulheres proletárias estavam cada vez mais distantes dos seus filhos, o que, para Saffioti, acarretou novas demandas sociais, que não podem ser encargo único das mulheres.

De uma parte, os objetos necessários à vida humana, como os alimentos, por exemplo, são obtidos pela família em estado de semi-elaboração, necessitando, portanto, um acabamento final, antes de serem consumidos. De outra parte, certos serviços, como cuidar dos filhos menores, são imprescindíveis à continuidade da própria família. Ou a sociedade organiza um sistema de serviços públicos, para atender a essas necessidades, e as sociedades ocidentais o têm feito em certa medida, ou esses serviços são realizados por pessoas especialmente assalariadas para tal, ou ainda, senão na totalidade pelo menos em parte, eles são executados pelo próprio casal (na maioria dos casos, só pela mulher), cujo trabalho remunerado é responsável pelos rendimentos da família (SAFFIOTI, 1976, p.36).

Para a autora, compreender os papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução, desde o início da formação da sociedade brasileira até o processo de industrialização, implica a interpretação da formação econômico-social.

As relações de produção no Brasil no século XX, nos moldes capitalistas, esteve assentada na propriedade privada dos meios de produção, como constituição de uma formação econômico-social, cuja expressão máxima, com a mecanização, fez com que as mulheres fossem “igualadas” aos homens trabalhadores, e o trabalho feminino gerou o mesmo resultado ainda mais danoso que o masculino, com baixo custo. Com o barateamento da força de trabalho, as mulheres tinham uma formação para a submissão, sendo raro se colocarem contra o sistema capitalista, ampliando-se e modificando-se as formas de dominação do sexo feminino.

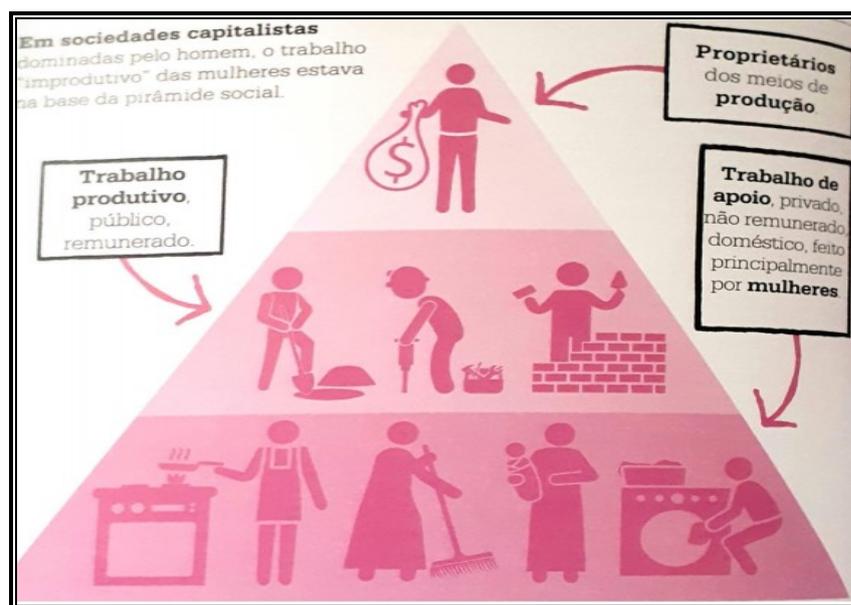
Se durante a Era da Família, o homem tinha direito [...] de domar sua mulher com chicote, o capitalismo está, agora, domando-a ainda mais. Antigamente, o governo de um homem sobre a mulher era amenizado por sua relação pessoal. Entre um empregador e um empregado, entretanto, existe apenas o vínculo financeiro. O proletariado feminino ganhou sua ‘independência’, mas nem como ser humano, nem como mulheres ou esposas elas têm a possibilidade de desenvolver sua individualidade. Para suas tarefas como esposa e mãe, restam apenas as migalhas que a produção capitalista deixa cair da mesa (ZETKIN, 1896, p.1).

Para Zektin, “onde há desejo, há um caminho”. Era enfática no discurso do desejo da revolução mundial, logo, deveria se encontrar o caminho de alcançar as massas das mulheres exploradas e escravizadas, seja os contextos históricos fáceis

ou difíceis. Clara Zetkin assevera, em suas contribuições para a análise da história do movimento feminista, que a questão das mulheres era e é essencialmente uma questão social.

Assim, evidencia-se a fluência de ideias entre ela e Heleieth Saffioti, ao questionar o objetivo dos movimentos feministas. Saffioti problematiza: “[...] o feminismo esgotou suas possibilidades de atuação social, de outro, se a ordem social capitalista é compatível com a ideologia de plena igualdade entre os sexos.” (SAFFIOTI, 1976, p.105). Zetkin teve uma contribuição original, uma visão comunista do problema do ingresso de mulheres no sistema capitalista, apresentando características diversas mediante a situação concreta de classe dos diversos grupos sociais (*apud* ALAMBER, 1986). Zetkin (1896, p. 1) afirmou que: “[...] na família, o marido representava a burguesia e a esposa o proletariado”.

FIGURA 12 - Estrutura das classes e hierarquização da divisão sexual



Fonte: McCANN (2019, p. 54).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social resultante das relações sociais de sexo, a qual foi adaptada e desenvolvida historicamente em cada sociedade. Tem como característica ser privilegiada aos homens, que desempenham a função produtiva, enquanto a mulher foi designada à esfera reprodutiva. Desta forma, ainda há apreensão pelos homens das funções de forte valor social, como política, religião, atividades militares, medicina, a ciência, o domínio do conhecimento, as artes, dentre outras.

Segundo Zetkin (1977), a história do passado e do presente ensinou que a propriedade privada tem sido a causa mais profunda da posição de privilégio do homem em relação à mulher. A violência e a opressão que as mulheres foram submetidas estão arraigadas na família, a instituição familiar como foi constituída foi uma regulamentação social na qual a mulher foi instrumento do marido e de mera reprodução, a mulher saiu do poder do pai, que a entregou ao poder do marido.

Ao final da década de 1960, o termo divisão sexual do trabalho reacendeu o debate, sendo Saffioti a precursora no Brasil, na perspectiva marxista, a discutir a condição da mulher na sociedade de classes. A elaboração da sua pesquisa objetivou, segundo ela, “[...] expor incongruências sobre o mundo em mudança e as concepções consagradas sobre a condição da mulher nas sociedades competitivas.” (SAFFIOTI, 2014, p. 33). Evidenciou a heterogeneidade das classes sociais, trazendo para o centro do debate acadêmico brasileiro o patriarcado e o racismo como fatores que atravessam as classes de formas distintas, operando como fatores de opressão e exploração.

No contexto sócio-histórico, a luta das mulheres prescinde o reconhecimento das diversas formas de opressão instituída pelo patriarcado, o que resultou na desigualdade na divisão sexual do trabalho, e que são mediações necessárias, que exacerbaram a opressão das mulheres nas relações capitalistas de produção. Para a superação do trabalho alienado e das classes sociais no sistema capitalista de produção, faz-se necessária a eliminação da divisão sexual do trabalho e do patriarcado para uma conquista de igualdade social substantiva e a superação das desigualdades sociais, a superação do sistema capitalista.

Para Saffioti (2004), a teoria é fundamental para que seja possível operar profundas transformações na sociedade. Fizeram-se urgentes e contínuas, em sua trajetória como pesquisadora, as reflexões e formulações teóricas que pudessem situar e transformar a relação entre homens e mulheres. Porém, a categoria dominação/exploração tem uma relação íntima com engrenagem patriarcal, anterior ao sistema capitalista do modo de produção.

Segundo Saffioti, o novo sistema se reapropriou das formas antigas de dominação, de forma que as mulheres passaram a ser exploradas no âmbito da família e no âmbito do trabalho. A produção intelectual de Marx e Engels sobre o desenvolvimento do sistema capitalista permitiu que Saffioti buscasse o entendimento acerca da constituição da sociedade brasileira escravocrata senhorial.

Desta forma, ela entendia o passado histórico da sociedade e poderia analisar o presente com a industrialização do Brasil na década de 1960, mas sempre partindo do mais desenvolvido para a analisar sua gênese.

Assim, também o faz com a opressão e exploração da mulher vivida na sociedade industrial do capitalismo europeu com o que o Brasil viveu na década de 1960. Para tanto, a autora vai dar ênfase ao longo período de ausência de educação para o sexo feminino, sendo este um fator de alijamento de todas as funções sociais de emancipação política e econômica, a ser abordado no capítulo a seguir, considerando o patriarcado como uma categoria fundamental neste processo de inferiorização da mulher e como se consolida socialmente a institucionalização deste processo na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 3

O PENSAMENTO DE HELEIETH SAFFIOTI E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NA OBRA A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES

A coincidência do mudar as circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante.

(MARX; ENGELS, 2007)

Neste capítulo, analisam-se os processos de atribuição de valores entre homens e mulheres, com a inferiorização das mulheres pelo patriarcado. Esses valores foram legitimados pela “ciência”, religião, estado e educação de forma a transformar as práticas sociais de opressão e exploração, alijando da educação e do sistema produtivo as mulheres na sociedade capitalista.

Desta forma, Heleieth Saffioti seguiu a tradição uspiana e analisou a posição da mulher na ordem escravocrata-senhorial, sendo o patriarcado (ordem patriarcal) uma categoria analítica fundamental para compreender a posição da mulher na constituição da sociedade brasileira, como a Educação, o Estado e a Igreja figuram como elementos que auxiliam a compreender as relações dominantes, de uma ideologia dominante, as quais foram consolidando as práticas e a naturalização e inferiorização do papel feminino.

Os primeiros trabalhos acadêmicos e as publicações de intelectuais e pesquisadoras brasileiras, influenciadas pela tradição marxista, que discutiram as relações entre a classe social e sexo primeiramente foram feitas por Heleieth Saffioti (1969) *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* e Eva Alterman Blay (1973), *A Mulher na Indústria paulista*, ambas que defendeu sua tese de doutorado na USP.

Neste capítulo, discutem-se aspectos da obra “*A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*”, de Heleieth Saffioti, que teve a 1ª edição publicada, em 1969, pela editora Quatro Ventos; a 2ª edição, em 1976, pela editora Vozes; já em 1978 teve publicação em inglês pela editora Monthly Review Press. E depois de 37 anos, a obra teve 3ª edição e 4ª edição, em 2013 e 2015, respectivamente, pela Expressão Popular.

FIGURA 13 – Edições das obras de Saffioti



Fonte: A autora.

A edição 1976 constou de 384 páginas e a de 2013 constou de 528 páginas; o livro de Saffioti é complexo e, dadas as circunstâncias, tornou-se impossível contemplar sua totalidade, os aspectos que a produção suscita, sendo possível abordar apenas alguns nesta tese, que é circunstanciada. A obra em questão é constituída de três partes, cada uma independente, mas interligadas. Há uma abrangência de elementos históricos e geográficos, dentre outros, difíceis de serem abarcados e articulados cronologicamente, sendo delimitados os aspectos educacionais.

Deixa-se claro que a obra apresenta inúmeros aspectos e informações que demandam pesquisas de várias áreas do conhecimento, contudo, neste estudo, restringiu-se à primeira e à segunda parte, uma vez que nelas se encontram a predominância dos elementos abordados, ficando a terceira parte sem abordagem, por apresentar uma diversidade maior de referências, o que ampliaria sobremaneira a discussão, ficando para um momento posterior. Neste sentido, a partir da obra tomada como referência nos estudos de Heleieth Saffioti, elencou-se como categoria de análise o patriarcado, entendido como a dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres.

3.1 O PATRIARCADO NA ORDEM ESCRAVOCRATA SENHORIAL NO BRASIL E A SOCIEDADE DE CLASSES

Na obra “A Mulher na sociedade de classes”, a autora não tratou sobre o termo patriarcado propriamente dito, mas de relações patriarcais, sem denominá-las, como categoria patriarcal. Contudo, esta relação esteve presente o tempo todo, não somente na Família como na Igreja e no Estado, de forma a articular as ações,

visando dificultar ou impedir o acesso da mulher a estruturas de participação social, como a educação.

A sistematização da autora colocou o patriarcado como importante perspectiva analítica, com dimensão específica ao ser analisado, a partir da formação social brasileira, por meio do pensamento social (FREYRE, 2004; FERNANDES, 2008, 2006; SAFFIOTI, 1969, 1976, 2004). A literatura sociológica esteve fortemente influenciada pela historiografia:

Florestan Fernandes, seu orientador, havia publicado, nos primeiros anos da década de 1960, *Ensaios de sociologia geral e aplicada* (1960), *Sociologia em uma era de revolução social* (1963) e *A integração do negro na sociedade de classe* (1964); Caio Prado Junior publicou, em 1966, sua influente obra *A revolução brasileira*; Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil* (1963), *Introdução à revolução brasileira* (1963), *As razões da independência* (1965) e *Ideologia do colonialismo* (1965). Na área da economia, Celso Furtado, neste período, publicou alguns de seus mais importantes livros, como *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961); *Formação econômica do Brasil* (1963) e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) (PINTO, 2014, p. 323).

A produção de Heleieth Saffioti somou à produção do grupo de intelectuais da Sociologia, ao ampliar o debate sobre o patriarcado na tradição analítica sociológica, dada a inexistência deste debate. Quanto à questão da mulher, até então era preciso, nas Ciências Sociais no Brasil, esmiuçar os pressupostos teóricos clássicos e aplicá-los ao contexto para a compreensão das relações entre homens e mulheres.

Para Faoro (2001), o patriarcado brasileiro cedeu lugar a um estado patrimonialista, observando que, ao contrário de vários países de origem anglo-saxã e sistema liberal de governo, o modelo de organização política do Brasil foi pautado pela dominação do público sobre o privado. Desta forma, Faoro (2001) se rebelou contra o argumento de que uma das principais instituições sociais brasileiras independentes do Estado é a família, conforme as interpretações de Silvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, entre outros (AGUIAR, 2000).

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento,

apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia (FAORO, 2001, p.870).

Nesse sentido, o patrimonialismo foi a transformação do patriarcado, por meio da diferenciação construída a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários hierarquicamente. Diferentemente do que ocorreu no feudalismo, em que se organizou a partir de uma associação entre iguais, o patrimonialismo se configurou pela subordinação dos funcionários despossuídos ao senhor, uma relação que se assemelhava a escravidão.

Em seus estudos, Heleieth Saffioti considerou o patriarcado como perspectiva analítica e teve como elemento estruturante da obra publicada em 1969, na qual construiu uma tessitura que evidenciou o papel do homem, do pai como o chefe da família. Para a manutenção das relações de poder social, manteve as mulheres em situação de subordinação social, com papéis determinados, independentemente de sua posição. Apresentou as distinções entre homens negros escravizados e as mulheres negras escravizadas, sendo que a mulher negra em relação ao homem negro tinha maior valor agregado.

Embora homens e mulheres escravos apresentassem componentes existenciais basicamente semelhantes, as funções diferentes, que foram obrigados a desempenhar, conferiram-lhe papéis de importância diferencial no solapamento da ordem social estabelecida. Nem o emprego de técnicas mais refinadas no tratamento do escravo artífice, objetivando a satisfação de interesses econômicos do senhor, nem a utilização da mulher escrava enquanto instrumento de prazer sexual (quer diretamente pelo seu senhor, quer indiretamente quando, numa exploração econômica típica, seu senhor a alugava a outros brancos) seriam capazes de formar, no escravo em geral, a consciência de sua condição e condicionar uma atuação social apta a superá-la. Há que se buscar nos produtos dos papéis sociais dos escravos de ambos os sexos, como objetivações materiais que são destes papéis, a participação diferencial que uns e outros, inconscientemente, tiveram no solapamento da sociedade de castas (SAFFIOTI, 1976, p. 164-165).

As relações de produção predominantes na ordem escravocrata senhorial, mesmo apresentando inconsistências culturais, evidenciaram elementos decisivos

nos papéis que as mulheres, pobres brancas, ex-escravas e escravas negras e os papéis que elas desempenharam na sociedade brasileira da época. Nesse sentido, a alienação social da pessoa do negro se processou, inicialmente, como alienação social da pessoa do escravo, porém precisou ser esmiuçada quando se referiu ao elemento feminino da escravaria, pois não foram relações homogêneas.

Não obstante os brancos tenham negado aos negros a condição de pessoa humana, objetiva e subjetivamente, pela valorização diferencial das funções de escravos no processo produtivo, dispensaram tratamento diferente, ou mais ou menos humanizado ao escravo que tinha o domínio de um ofício distinto, como o artesão, e outros ofícios específicos, uma vez que este representava um modo mais refinado da exploração da sua força de trabalho, evidenciou-se a reificação parcial do escravo, no nível aparente.

Desta forma, edificou-se a realização da mais-valia e, portanto, o funcionamento de um sistema de produção parcialmente determinado pelo capitalismo, o que não anula a vigência da estratificação em castas⁴⁸, acrescenta inconsistências culturais no sistema de casta no Brasil, visando, assim, evidenciar a verdadeira natureza da sociedade em formação e posterior constituição da natureza da sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 1964; SAFFIOTI, 1976).

A década de 1960 foi um momento de produção intensa da Sociologia Uspiana, na qual buscaram apreender as situações sociais como um conjunto significativo de relações em um esforço coletivo, na construção da formação da sociedade brasileira. Florestan Fernandes trouxe para o debate da sociologia marxista, o negro à margem das classes sociais, rompeu com o mito da democracia racial, contradizendo a produção da sociologia anterior de Gilberto Freire.

Heleieth Saffioti ampliou o debate, iniciado, por Florestan, sob a orientação dele, propôs discutir, na mesma perspectiva teórica, “A mulher na sociedade de classes”, onde a articulação das marcas naturais como sexo e raça considerados

⁴⁸ Florestan utilizou três conceitos de estratificação: classe, estamento e casta, pois os negros na sociedade brasileira, segundo ele, constituem uma casta. Os escravos, não era uma classe, mas os agentes sociais responsáveis pela produção e acumulação primitivas, sob o capitalismo mercantil. Por outro lado, eles assumiam funções que deveriam ser exercidas pela esfera estamental, sob o Estado Patrimonial. Os escravos, entretanto, são alienados do sistema de benefícios patrimoniais, subseqüentemente foram marginalizados pela ordem competitiva da sociedade de classes. Florestan utilizou o conceito weberiano de casta, transplantando-o culturalmente, para indicar a condição dos negros, diferenciando-a do estamento ou da classe. SAFFIOTI, 1969 adotou o mesmo conceito, porém apresenta um certo desconforto, desconfiança, ela já apontava que o processo de miscigenação racial indicava a existência de um intercuro social entre brancos e negros, o que seria interdito numa sociedade de castas (AGUIAR, 2000).

como fatores para um movimento, ora de absorção, ora de alijamento nesta sociedade. Estes estudos tiveram um papel fundamental, para a compreensão da constituição da sociedade brasileira e a ordem patriarcal ou paternalismo⁴⁹, representados na figura do senhor, pai, branco, fazendeiro, dominador, proprietário de escravos, sobre o seu domínio, a mulher, o filho, o índio, o negro, a negra, posteriormente, o imigrante todos submetidos ao poder desta ordem patriarcal.

A análise implicou uma admissão teórico-metodológica que partiu de grupos periféricos, desta forma, evidenciou-se o movimento da sociedade, para assim perceber os princípios que a articulam (BASTOS, 2015). Assim, Florestan Fernandes procedeu a análise com o negro e Heleieth Saffioti com a mulher.

Para Saffioti, as realizações históricas do sistema capitalista se mostraram maleáveis que permitiram mudanças institucionais, às quais se opuseram a tradição e o estilo de vida como na família. Entretanto, a elasticidade que este sistema imprimiu, encontrou e encontram limites no próprio capital, ela levou a compreensão de que os preconceitos que pesaram e, ainda, pesam sobre a mulher foram responsabilizados pela precariedade de sua integração na estrutura de classe da sociedade capitalista.

As contribuições teóricas da autora, na medida em que a articulação, as características como sexo e raça e as formas que estes operaram como marcas sociais, de forma a hierarquizar posições, justificam as marginalizações no sistema produtivo. Na estrutura capitalista, estas marcas sociais resultaram em preconceitos, os quais desempenharam um papel relevante, quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital e na marginalização da mulher na estrutura produtiva e na desigualdade econômica.

⁴⁹ Paternalismo, ou dominação paternalista, diz respeito a relação de um grupo dominante, considerado superior, o que pressupõe um grupo subordinado, inferior. Neste processo de dominação a troca da submissão por proteção, trabalho não-remunerado por subsistência. Seu processo histórico vem das relações familiares desenvolvidas sob o patriarcado, onde o pai detinha poder absoluto sobre todos os membros da casa, este, por sua vez, devia a obrigação de apoio econômico e proteção. Esta relação se assemelha ao sistema de escravidão, podendo se reproduzir em relações econômicas, em indústrias, dentre outras. Nas relações familiares a subordinação das crianças, mulheres e esposas é vitalícia, as filhas saem desta condição de submissão, ao pai, somente quando passa a ser protegida por outro homem, assim subordinada novamente, agora ao marido, em todos os aspectos, serviço sexual, doméstico não-remunerado. Paternalismo - substantivo masculino. Doutrina de acordo com a qual as relações, entre empregador e empregado, devem ser baseadas em normas familiares, sendo os empregadores completamente responsáveis pelos empregados. Regime em que a autoridade do pai prevalece ou que nela se baseia; paternalidade. [Por Extensão] Política. Sistema político que disfarça o autoritarismo através de medidas de proteção. Etimologicamente, a origem da palavra *paternalismo*: Paternal + ismo.

A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado os grupos marginalizados não foi integrado ao sistema de produção capitalista.

[...] não possibilitam nem uma solução completa, nem uma solução duradoura ou permanente para o problema da mulher. Deste ângulo, somente até certo ponto é verdadeiro afirmar-se que as liberdades femininas se dilatam em função do desenvolvimento econômico-social das sociedades de classes. O emprego remunerado da força de trabalho feminina, que encontra um limite relativamente elástico no processo de maturação das economias nacionais, pode ver-se drasticamente restringido, no futuro, na medida em que aquela elasticidade é dada pelo subdesenvolvimento social e econômico de extensas áreas periféricamente situadas no sistema capitalista internacional (SAFFIOTI, 1976, p.131).

As premissas advindas do ingresso das mulheres no sistema produtivo, no qual o desenvolvimento econômico levaria as mulheres aos postos de trabalho, não se efetivaram. Ao contrário, ao demonstrar que, além de não ter sido o capitalismo que inseriu a mulher no mundo econômico, nem mesmo a sua versão mais desenvolvida, tendo em vista que as mulheres se encontravam marginalizadas ou integradas periféricamente.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p.35).

No sistema capitalista, a mulher foi e é submetida a novas formas de violência e, neste sentido, a opressão à mulher não pode ser vista apenas como uma questão cultural, mas é imprescindível que se evidenciem as contradições e as desigualdades sociais impostas pela sociabilidade, agravadas e potencializadas pelo capital. Essas desigualdades estão na esfera pública e privada, onde o patriarcado é um dos mecanismos de sustentação desse sistema no qual a mulher é duplamente explorada.

O debate sobre a relação entre o patriarcado e o capitalismo tem origem na tradição feminista socialista do final da década de 1960, e foi sendo retomado pelos movimentos feministas em todo o mundo. Saffioti foi no movimento da História delineando seu pensamento e, para tanto, não se pode falar em organização familiar da população marginalizada, empobrecida, sendo que, em grande parte, a

constituição da família legal estava atrelada à elite e à manutenção da propriedade privada e da “moralidade”.

Saffioti teceu duras críticas à Igreja e ao Estado, como instituições que visaram a manutenção do poder, das desigualdades e dos privilégios. Inclusive dos homens sobre as mulheres, com discurso aparente, pautado na moral, no regramento, na pureza e na castidade, e a Igreja virou as costas para o que ocorria no interior da casa grande. Ela traçou um eixo de interpretação da sociedade brasileira com grande impacto, tomando a sociedade escravista do Regime Imperial como ponto de partida histórico.

Desta forma, classificou-a simultaneamente como escravocrata e senhorial⁵⁰, período que, para a autora, o poder estava consolidado pelos chefes de parentela, levando o estado patrimonial a se assentar muito mais num tipo de patrimonialismo patriarcal do que em um patrimonialismo estamental.

3.2 FAMÍLIA NA ORDEM ESCRAVOCRATA SENHORIAL E A SOCIEDADE DE CLASSE

A História das formas de organização familiar no Brasil se apresentou como um determinado tipo de organização doméstica, a família patriarcal, uma liderança fixa que, uma vez definida, somente era substituída no decorrer das gerações, de modo que nada ameaçava sua hegemonia: “um trono onde brotavam outras relações sociais” (CORREIA, 1981, p.6). As famílias se instalaram nas grandes unidades agrárias de produção e mantiveram, com a incorporação de novos membros, preferencialmente parentes legítimos para assegurarem a indivisibilidade de seu poder:

A expressão ‘família patriarcal brasileira’ foi principalmente difundida por Gilberto Freyre, também seu mais extenso pesquisador no Brasil. ‘Família Conjugal Moderna’ expressão utilizada por Antônio Cândido de Mello Souza em sua caracterização do ponto terminal da trajetória histórica da família brasileira (CORREIA, 1981, p.6).

A família patriarcal configurou-se como uma importante estrutura para a compreensão da história brasileira e do imaginário social, considerando as distinções entre mulheres brancas e negras e os espaços de atuação na sociedade.

⁵⁰ Assim como ela também classificou o período histórico de escravocrata e senhorial: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, dentre outros.

Diante disso, a pesquisa de Saffioti inaugurou novas formas de análises, as quais encaminharam diferentes olhares aos processos de opressão/dominação. Seus estudos apresentaram um novo olhar para a produção do conhecimento nas Ciências Humanas, considerando que

A determinação comum sexo exprime, nas sociedades de classes, uma relação subordinada em cuja operação não se inscreve a explicação do funcionamento do sistema social; ao contrário, é nas determinações essenciais do sistema que se podem encontrar as raízes do modo pelo qual é sacrificada uma categoria de sexo. Todavia, é preciso não esquecer que, entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele, medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos. (SAFFIOTI, 1976, p. 79).

As relações entre os sexos e a posição da mulher na família foram constituintes de um sistema de dominação amplo que consolidou preconceitos. A exclusão da mulher das atividades produtivas na sociedade e o discurso de vocação ou destino natural tratou-se de um plano ideológico vinculado às demandas do sistema capitalista. O pensamento de Saffioti contribuiu para um processo de desconstrução “das ditas habilidades naturais” dispensadas à mulher, além desvelar implicações das relações patriarcais, as quais são anteriores ao sistema capitalista de produção, porém aprimoradas pelo novo regime.

Algumas violências às vezes são sutis, outras não. Ainda assim, instituem um processo ideológico que naturaliza destinos, violências, injustiças que foram e são silenciadas, uma das faces da história negada, a escravidão da mulher pelo homem, do escravo(a) negro pelo homem branco, da classe trabalhadora pela classe burguesa.

Por conseguinte, evidenciou-se a legitimação do poder de opressão e exploração, a suposta superioridade intelectual do homem em detrimento da inferioridade da mulher, a qual se percebeu construída e legitimada pela Igreja e pelo Estado. Logo, ao agirem assim, ambas as instituições feriram a sua própria existência.

A sujeição da mulher ao homem é, pois, princípio inatacável e de validade eterna para a Igreja. O grau e o modo desta sujeição da mulher ao marido, diz Pio XI, podem variar segundo a variedade das pessoas, dos lugares e dos tempos; e até, se o homem menosprezar o seu dever, compete à mulher supri-lo na direção da família (SAFFIOTI, 1976, p.94-95).

O silenciamento a respeito da história das mulheres, ou mesmo a sua ausência, diz muito sobre as instituições e a centralidade das políticas e suas representações ao longo dos processos históricos, em que se considerou o sexo masculino e negligenciaram-se as mulheres, os negros, as negras, imigrantes e crianças da classe trabalhadora. Torna-se sólido, no imaginário individual e coletivo, o mito da inferioridade intelectual do sexo feminino, da fragilidade da mulher que ainda paira, transpassando o tempo quanto à contribuição história, econômica e social brasileira deste seguimento marginalizado.

Insurge-se, portanto, contra a sabedoria convencional na medida em que esta faz parte constitutiva do conjunto de mitos que situam a mulher, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, num plano inferior àquele em que está colocado o homem e que tentam explicar tal inferioridade em termos de uma evolução desarmônica da sociedade (SAFFIOTI, 1976, p.13).

A gênese da operação das relações de exploração/dominação englobadas aos fatores como gênero, raça e classe, a partir das formulações históricas, pode ser entendida no contexto nacional. Da mesma forma, ocorreu com os escravos e as mulheres, as quais foram alijadas ou incorporadas periféricamente no sistema produtivo.

Saffioti (1976) defendeu a necessidade interpretativa da sociedade produtiva e, ainda, a condição da mulher na sociedade nacional. Para ela, era imprescindível a análise das condições de existência da mulher na sociedade brasileira e, assim, fornecer subsídios para a compreensão dos papéis femininos, aspectos considerados relevantes para compreender como a Igreja e o Estado marginalizaram o acesso da mulher à educação. Assim como a escravidão impediu não somente os cativos, mas homens livres pobres de serem incluídos em uma relação social econômica capitalista, também as mulheres se viram alijadas da instrução e da participação econômica e política.

Um forte caráter das relações patriarcais arbitrarias no interior da família se configurou e se configura na violência de toda natureza contra as mulheres, o que ocorreu de forma impune ao homem, que, por sua vez, alegava defesa da honra. Estado e Igreja negligenciaram a violência a que a mulher foi e é submetida, em que o homem exerce o poder sobre ela, abonando um caráter de escravidão das mais antigas, que ainda não foi abolida, resiste e não respeita classes sociais.

A Igreja⁵¹ e o Estado se conformam como instituições de caráter opressor do sexo feminino, atribuindo o direito divino do homem sobre a mulher. O Iluminismo promoveu os princípios igualitários e individuais, mas pautou a codificação dos direitos aos homens, o que resultou em maior desigualdade para as mulheres (MCCANN *et al.*, 2019). Neste seguimento, regras educacionais básicas religiosas no Brasil Colônia podiam ser expressas pelo verbo doutrinar, seguido de ensinar orações. Observa-se a forma de atuação da Igreja Católica no processo de colonização e a hegemonia no campo educacional. Para tanto, reitera-se o pensamento de Marx quanto à religião, em que tudo se justificava pela vontade do “homem imortal”, o que muda de acordo com as circunstâncias.

Há que se ressaltar que a Igreja foi uma ordem marcada pela vigilância mental, com clara discriminação e opressão para com as mulheres, muitas das quais eram consideradas analfabetas no século XIX. Esta situação de discriminação da mulher não foi registrada somente no Brasil, pois mesmo na Europa, que vivera a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, ainda não havia ocorrido uma revolução em que, de fato, a mulher pudesse romper com o determinismo social lhe imposto, ao contrário, assim pensava a Igreja do Brasil na era das revoluções. Portanto, a Igreja teve um importante papel tanto na evangelização como na educação.

[...] criando-os no temor a Deus, apartando-os do mal, chegando-os para o bem, ensinando os machos a ler, escrever e contar, as fêmeas a coser, lavar e fazer renda e todos os mais misteres que as mulheres por suas mãos usam; e a todos os bons costumes. Esta medida não representava nenhuma discriminação para com as mulheres da Colônia; na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira heresia social. O ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas (SAFFIOTI, 1976, p. 189).

Não obstante a Igreja Católica ser a religião oficial no Brasil, houve a participação de outras instituições que oportunizaram, ainda que de forma tímida, novas práticas educacionais, outras escolas confessionais religiosas, com características mais dinâmicas, implicando outras configurações, incorporação de práticas, modos, redistribuição de espaço, mesmo que de forma minoritária. Então, “[...] introduziram a co-educação, educação dos sexos nos estabelecimento de

⁵¹ Esclarece-se que a abordagem da Igreja, neste trabalho, é tão somente enquanto instituição.

classes mistas” (SAFFIOTI, 1976, p.216). Contudo, os novos grupos religiosos não chegaram a ameaçar a hegemonia da Igreja Católica⁵².

Altamente eficaz, a instrução moral é amalgamada à instrução religiosa, de modo que os princípios elementares regularam as relações humanas, mesmo que muitas vezes sombrias, devendo permanecer totalmente obscuras e estranhas aos que não tiveram acesso à instrução. Neste sentido, sob a forma de dogmas misturados à religião, incompreensível de imperativo arbitrário, despido de fundamento (MARX; ENGELS, 1978). Assim, a ideologia católica fez parte da base estrutural brasileira, de modo que a Igreja

[...] só esbarrava com a autoridade do senhor que, dentro da família patriarcal, dominava a mulher e os filhos. Em nome de Deus, contudo, iam [...] conquistando os elementos dominados da família senhorial. Como representavam a única força capaz de se contrapor aos excessos da autoridade do patriarca, sancionavam positivamente o regime e, hábil e sutilmente, doutrinavam os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas. (SAFFIOTI, 1976, p. 187)

Outrossim, a história do Brasil foi marcada pelo catolicismo, poderosa argamassa das formas de sociabilidade e na composição das relações entre as “elites”, as esferas de poder, especificamente os aparatos estatais, com a sociedade civil, seus setores sociais subalternos, rurais, urbanos. Logo, um catolicismo herdeiro da contrarreforma e fortemente enraizado e constituído ao longo de séculos de organização social (IANNI, 2000).

3.3 ESTADO E EDUCAÇÃO NA ORDEM ESCRAVOCRATA SENHORIAL E A SOCIEDADE DE CLASSES

Historicamente, o trabalho feminino sofreu pressões, controle ideológico, atrelado ao modelo de normatização imposto pelas regras masculinas, e o poder esteve concentrado nas mãos dos homens há milênios. O patriarcado é anterior ao capitalismo. Ao regulamentar o tipo de educação, ou mesmo a ausência dela, a mulher ficou agregada à família, como uma única condição de sua realização,

⁵² “[...] o projeto educacional jesuítico obteve resultados significativos, tais como: a transmissão de uma educação homogênea — mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de ‘homem culto’, ou seja, letrado e erudito — plasmando, de norte a sul, uma identidade cultural; a catequese como processo de aculturação, embora destrutiva, de filhos de colonos e órfãos, trazidos de Portugal, com meninos índios e mestiços, elidindo a distinção de raças e dissolvendo costumes não europeus; a contraposição da escola e da Igreja à autoridade patriarcal da casa-grande.” (OLIVEIRA, 2004, p.946).

responsável pela procriação e sociabilização da geração imatura. Logo, a educação reforçou os papéis sociais da mulher e os espaços de atuação na esfera do lar, da família.

Na parte referente ao ensino primário consta o seguinte do projeto [...] As meninas, além da instrução comum, aprenderão em classes especiais trabalhos de agulha e lavar e mais que constitui prenda do sexo feminino. [...] é permitido à mulher matricular-se em qualquer escola e nelas obter os diplomas e grau e graus científicos. Em todos os estabelecimentos de ensino haverá lugares separados para os alunos do sexo feminino e, sempre que possível entrada e saída (MOACYR, p.410,418 *apud* SAFFIOTI, 1976, p. 209).

Sendo os homens representantes legítimos do poder, cuidaram para manter sua hegemonia e seus privilégios, assegurando uma supremacia sobre as mulheres. Isso foi acentuado pelo controle que o sistema social pretendia, corroborando o sistema capitalista, o qual pode explorar de forma a desvalorizar sua força de trabalho, o que se dá por meio do desconhecimento de direitos, dos arranjos da vida no espaço produtivo, regulamentando a divisão sexual do trabalho.

Para Saffioti (1987), foi o capitalismo que – com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho – criou a “possibilidade” de as mulheres saírem de casa para trabalhar, o que não quer dizer que antes do advento do capitalismo elas fossem ociosas. Ao contrário, trabalhavam na produção e conservação dos alimentos, teciam, costuravam, atividades que agora são realizadas pela indústria. À medida que essas atividades foram industrializadas, as mulheres defrontaram-se com a necessidade de sair de casa para ganhar seu sustento e de seus dependentes, as crianças, para complementar a renda familiar; as quais passaram também a serem utilizadas na produção. Desta forma, não se pode dizer que as mulheres se transformaram em trabalhadoras ou mesmo passaram a trabalhar, penetraram no mundo do trabalho em outros regimes.

A ausência de uma educação para o sexo feminino agravou a marginalização profissional e, conseqüentemente, atuações periféricas e má remuneração, bem como depreciação das condições intelectuais e de atuação social fora do âmbito familiar. A educação foi e é um espaço privilegiado, mas ratificou a manutenção dos mitos de inferioridade intelectual da mulher. Além da precarização da formação educacional do sexo feminino, não lhe foi permitido desempenhar

habilidades da vida social, da remuneração, da venda da força de trabalho, tão pouco foram instruídas para este fim.

O Estado deve regular com medidas legislativas a educação feminina, deve preparar os elementos para o ensino oficial e então poderá entrar em concorrência. A popularização não se descarta de instruir o sexo feminino. A prova aí está nos colégios particulares que pululam em todas as freguesias; a prova aí está nas avultadas pensões que se pagam mensalmente. Qualquer mulher com alguns atestados oficiosamente concedidos, com ligeiros fragmentos de instrução e de moral, abre um colégio e acha-se em condições legais de tomar conta de nossas filhas. Qualquer congregação religiosa tem direito de inaugurar, sem programa oficialmente aprovado e fiscalizado, um estabelecimento de instrução em que a preceptora que nem é esposa lança o vácuo no coração da infância pela ausência do sentimento de família (MOACYR, p.517,557 *apud* SAFFIOTI, 1976, p.213).

Demarcadas pelas regulamentações do Estado, as leis deram uma demonstração de como se formaram certos complexos sociais presentes ao longo da história, de inferioridade intelectual das mulheres, preconceitos que legitimaram os “determinismos biológicos”, a exclusão do sexo feminino de tarefas ou funções e ocupações reconhecidas como femininas como habilidades naturais.

O princípio da segregação sexual, integrante da tradição ibérica validada pela Igreja Católica, iria assim, pesar profundamente na formação da personalidade feminina, fazendo da mulher um ser sedentário, submisso e religioso, de restrita participação cultural (SAFFIOTI, 1976, p.188).

A análise que Heleieth Saffioti fez em relação ao ensino teve a finalidade de mostrar como a mulher esteve tutelada à Igreja e ao Estado, os quais determinaram o que deveria ser ensinado, bem como a manutenção da ordem vigente, que naquele momento era garantir a reprodução. O Estado e a Igreja influenciaram na vida privada, conceitos de religião, de família, de propriedade presentes na intimidade moral dos sujeitos. A família e a Igreja figuram como micropoderes que atuam no corpo social visando assegurar a moral e ordem (MARX, 2010). O Estado normatizou as desigualdades no âmbito educacional, não diminuiu as discriminações entres os sexos, ao contrário, regulamentou-as, empobreceu o currículo para o sexo feminino, diferentemente do currículo destinado para o sexo masculino.

O arquétipo do eterno feminino a reduz à condição de trabalhadora doméstica não remunerada, à socializadora dos filhos e à garantidora da prosperidade da família como se a economia doméstica tivesse o poder de exterminar a pobreza. (SAFFIOTI, 1976, p.93).

A produção de Saffioti contribuiu na medida em que a sua concepção crítica trouxe elementos para a compreensão da escola, enquanto instituição que, ao longo de sua história, atuou no processo de consolidação dos mitos atribuídos a mulher. Uma ordem marcada pela vigilância mental, com clara discriminação e opressão para com as mulheres, sendo por muito tempo alijadas da educação e, em outros momentos, inseridas precariamente.

A reforma eleitoral proposta pelos republicanos não foi muito diferente da Lei Saraiva, no Império, e o voto, entendido como função social, antes de um direito, foi concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. Tanto no Império como na República, ambos excluíram os pobres, seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização. As mulheres, tanto as pobres quanto as da classe burguesa, foram marginalizadas da participação política. Assim, ficou excluída da participação política a grande maioria da população, pelo fato de ser mulher.

A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização (CARVALHO, 1987, p. 44-5).

Desse modo, os acontecimentos históricos não se deram de forma instantânea e estática, logo, as condições políticas “evoluíram”, mudaram-se os personagens e os problemas se sucederam. A partir da República consumada, o problema essencial era o da estrutura do Estado, o qual herdou a sistemática tentativa de evangelização, pela tríade democracia, federação e educação, as quais constituíram categorias indissociáveis para a redenção do país.

A República recebeu, ainda, o acervo valioso para pensar e repensar um programa de educação (NAGLE, 1976. p. 261). A coeducação encontrou resistência de homens públicos, da sociedade, forjada na segregação entre os sexos, inviabilizando toda e qualquer participação feminina. Para alguns políticos do governo, a coeducação era uma medida econômica, ao passo que para outros feria a moral, como para a Igreja, ao entender que contrariava os preceitos defendidos em todos os tempos.

O próprio Ruy Barbosa não compreenderia que as leis preenchem funções altamente inovadoras nos países novos, cabendo-lhes, pois, contrariar os costumes a fim de promover a evolução. O Brasil não constituiria exceção dentro daquilo que a história tem registrado: nos países essencialmente católicos, é difícil e penosa a implantação do sistema de co-educação dos sexos. Nesses países, chega-se a adotar a co-educação mais por medida de economia que por ter-se, realmente, apreendido o significado social de tal sistema de educação conjunta dos sexos. Deste ângulo, a escola normal foi [...]o emprego dos mesmos métodos, pelos mesmos mestres, e nas mesmas aulas, e isto num país onde os dois sexos vivem em completo divórcio de ideias e de costumes, consequência de uma educação tradicional. (MOACYR *apud* SAFFIOTI, 1976, p. 202).

A educação das mulheres se deu com currículos diferenciados, empobrecidos, e jamais para atender as suas necessidades, mas ao assujeitamento à demanda de trabalho que o estado queria, a educação da nação que não ameaçasse a sua atuação na esfera familiar. A regulamentação geral do ensino ocorrida em 1827 perdurou por longo período, regime político (Império, República), demonstrando o conservadorismo que consolidou, ou melhor, o que sua implementação causou a categorias sociais, como negros e mulheres.

[...] os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens (MARX; ENGELS, 2007, p.537).

Havia, e ainda há, uma mentalidade habitual de promover a inferiorização da mulher, que ultrapassou o tempo. A superação deste estigma é uma tarefa de várias gerações, as que passaram, as que estão presentes e as que virão, e isso dependerá também da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico, político e sociocultural. A construção social do mito da passividade feminina se consolidou em profecia intrínseca à mulher, ratificada por livros “científicos”, pela literatura e pela instituição escolar. A objetificação da mulher ultrapassou o tempo e as classes sociais, o homem, ao objetificar a mulher, submetendo-a a inúmeras violências físicas, sexuais,

[...] não reconhecer o ser humano, o que nega a sua própria condição. O salto ontológico para a sua constituição como ser social é limitado, pois ao tratar uma mulher como ‘presa’, evidencia-se que há uma preponderância da sua dimensão animal. Assim, ao tratar a mulher como coisa, o homem também se coisifica, ao passo que se desumaniza, ‘pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade’ (SAFFIOTI, 1976, p. 73-74).

A ação política, uma vez articulada, foi um fator de legitimidade de todos os processos de opressão, de disputa no poder do Estado, que sempre defendeu o interesse do homem e de sua supremacia, bem como das barreiras para a emancipação econômica, política e social do sexo feminino. A escola se consolidou como uma instituição que ideologicamente legitimou a desigualdade entre os sexos e a divisão sexual do trabalho, reforçando estereótipos.

[...] o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. [...] em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

A sociedade de classes se renovou e se renova constantemente, limitando potencialidades humanas, naturais, o que é compreendido como discriminação social. Não se trata de mecanismos independentes, ao contrário, em uma visão mais ampla, a sociedade de classes pode ser compreendida como mecanismo que permite a realização histórica do sistema capitalista de produção.

Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. Todavia, o equilíbrio da mulher não pode ser pensado exclusivamente como o resultado do exercício de uma atividade ocupacional. Seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais, nas sociedades capitalistas. Sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe da família. Por tudo isso e ainda pelos arquétipos femininos que a sociedade constrói e alimenta, a adaptação da mulher às duas ordens de papéis que lhe cabe executar (se simultaneamente, de modo intermitente em grande parte dos casos) é tarefa complexa (SAFFIOTI, 1976, p.58-59).

Nesta compreensão de Saffioti, novos elementos estratificadores das classes sociais, preconceitos de raça e de sexo não representavam somente uma incapacidade da superestrutura ideológica de acompanhar as mudanças sofridas pela infraestrutura econômica, alimentando-se da seiva que esta última propagava,

contrariando, diferenciando-se de acordo as conveniências da base econômica da sociedade. Pode-se entender que, neste universo conceitual, a superestrutura ideológica, em última instância, subordina para que a infraestrutura econômica sobre a condição social da mulher no sistema capitalista seja evidenciada.

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. As invariâncias ou determinações simples, exatamente pelo fato de serem repetitivas, não contêm, em si mesmas, a explicação nem da totalidade na qual se inscrevem, nem das determinações essenciais do sistema social em questão, nem ainda do modo de operação de si próprias (SAFFIOTI, 1976, p.30).

O trabalho como elemento de subordinação ao capital, o qual é exercido pelo ser humano de forma alienada, tem sua expressão máxima revelada na perda do que o indivíduo produz, por meio do trabalho, e no próprio ato da produção, no qual ele é excluído. Assim, a estrutura social progressivamente amplia os preconceitos por fatores como raça, sexo, pobreza. A alienação do trabalhador se dá quando o trabalho é algo exterior a ele, quando se torna uma atividade que não satisfaz nenhuma necessidade imediata, mas apenas um meio para garantir um salário no final do mês. Neste processo de produção material, o trabalhador se distancia do que produz.

Porém, a produtividade crescente do trabalho acompanha, como vimos, o barateamento do trabalhador e, portanto, uma taxa crescente de mais valor, mesmo quando o salário real aumenta. Este nunca aumenta na mesma proporção da produtividade do trabalho (MARX, 2011, p. 446).

Em que pese se ter avançado na legislação trabalhista, na década de 1960, muitos direitos da classe trabalhadora foram reivindicados, inclusive creches para os filhos das operárias e licença maternidade, configurando uma demanda das mulheres. Saffioti levou para o debate acadêmico questões importantes quanto à integração da mulher na sociedade de classes, as quais não deveriam ser restritas somente à classe trabalhadora, mas à sociedade de um modo geral. Aspectos como gravidez, amamentação, fatores de ordens diversas, seja natural ou de ordem social, foram muitas vezes utilizados para a marginalização da mulher na estrutura social produtiva.

[...] a capacidade de trabalho da mulher sofre grande redução nos últimos meses do período de gestação e nos primeiros tempos que se seguem ao parto. O aleitamento tornaria ainda insubstituível a mãe junto à criança pequena. Estes fatos biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda a sua existência, o que, por vezes, tem consequências extremamente desastrosas quer para o equilíbrio da personalidade feminina, quer para a socialização dos filhos, quer ainda para as relações conjugais (SAFFIOTI, 1976, p.50).

Todavia, mesmo que se tenha avançado quanto à garantia legal de direitos das mulheres para a sua condição de trabalho, os direitos legais muitas vezes foram tornados como elementos de coação, de assédio e violência, ou mesmo de exclusão do mercado formal de trabalho na sociedade brasileira e em geral. A situação já era denunciada por Heleieth Saffioti em 1969,

A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres (SAFFIOTI, 1976, p.50).

Fatores de ordem natural têm sido também responsáveis por discriminações no mercado de trabalho, afastamento do meio acadêmico, escolar, impeditivos das ascensões profissionais do sexo feminino. A este respeito, Saffioti apresentou dados de países desenvolvidos, em que os fenômenos se repetem, deixando evidente que não se tratava de uma questão de país subdesenvolvido. O capitalista vê nestes fatores redução de lucros, sendo na iniciativa privada o maior investimento na qualificação da mão de obra masculina.

O debate teórico apresentado por Saffioti, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, contribuiu na compreensão de que a classe trabalhadora é heterogênea. Ela elaborou elementos de uma tessitura que demonstrou a estratificação, as hierarquias entre homens e mulheres. No âmbito da produção acadêmica, evidencia-se a importância de se considerar os fatores como sexo e raça aspectos importantes para a compreensão dos fenômenos pesquisados. Em todas as esferas em que as mulheres venham a atuar na sociedade, “[...] arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo.” (SAFFIOTI, 1976, p.58).

Ao longo da formação histórica da sociedade brasileira, da Colônia à República, a educação foi um importante instrumento ideológico para a manutenção da ordem vigente, por meio da Igreja e do Estado. Na família, o único objetivo para a

mulher era o matrimônio, a filha ou era tutelada ao pai ou ao marido. A educação apresenta-se como um espaço privilegiado para o debate das realidades e desigualdades entre homens e mulheres, e a conscientização deste processo de opressão e exploração são determinantes para a construção de uma sociedade que supere a ordem vigente, tanto do sistema capitalista quanto do patriarcado.

Visa-se, assim, a superação do mito de inferioridade, da fragilidade, para que as mulheres rompam com o determinismo biológico tão arraigado no imaginário coletivo.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGEL, 2007, p.47).

As ciências são ditadas pelas determinações da classe dominante, elas não são neutras. Desta forma, história, antropologia, psicanálise, medicina, bem como outras áreas do conhecimento, consolidaram mitos que foram superados cientificamente, mas seu mal ainda está presente no imaginário individual e coletivo. A produção de Saffioti situa-se contraideologicamente, motivada pela superação da ordem vigente, numa humanidade de fato vislumbrada, uma integração da mulher na sociedade de classes e, mais do que isto, na superação desta – a única condição possível para a emancipação humana.

A história é androcêntrica, isto é, feita conforme a visão masculina. Por isso, a mulher aparece como uma sombra, um apêndice, e até o começo do século XX seu mundo se restringia aos limites domésticos, sendo-lhe negada a dimensão pública. Apesar das conquistas, em muitas partes do mundo ela ainda vive em condição subalterna (SAFFIOTI, 1976, p.19).

Na produção da obra que motivou esta tese, Saffioti ambicionou a natureza teórica, o que possibilitou um olhar diferenciado para a abordagem do fenômeno, o encaminhamento teórico que fez, a maneira como são operadas as relações entre as determinações sexo e o sistema capitalista de produção, a divisão de classes, bem como a divisão sexual do trabalho. A autora demonstrou que a luta da mulher deve ser uma luta da classe trabalhadora, da sociedade, indistintamente, observando que o trabalho da mulher não deve ser mais barato somente pelo fator sexo ou raça.

Como se dizia nos movimentos da década de 1960: salário igual para trabalho igual⁵³.

[...] as formas de controle social, especialmente uma, de significação particular para o comportamento feminino: os mitos. Com efeito, nas sociedades competitivas, os mitos femininos preenchem funções precisas e, neste sentido, representam uma das possibilidades, e talvez uma das mais simples, de controlar o comportamento das mulheres, de modo a contê-lo dentro de certos limites de variação e de motivá-las a aderir aos padrões exigidos pelo sistema, na medida em que funcionam como legitimações destes mesmos padrões (SAFFIOTI, 1976, p. 309).

Saffioti (1976) atentou para a opressão e dominação patriarcal anterior ao capitalismo; para ela, a ordem social funcionou como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina, na qual se sustenta a divisão social do trabalho, a distribuição muito restrita das atividades, atribuídas a cada um dos sexos. O sistema de ensino da sociedade capitalista, pautado no racionalismo burguês, configurou-se em uma elite privilegiada, os homens que ditaram as normas, as quais deviam ser seguidas sem discussão.

O sistema produtivo não constituiu a única fonte de alienação, embora seja a mais potente de fato no terreno material. Mas a superestrutura ideológica apresentou alta capacidade de alienação dos seres a ela submetidos. Neste sentido, para Saffioti (1984), não bastava estar alheio ao sistema produtivo para não ser alienado. A mais importante consequência deste raciocínio, do ponto de vista da estratégia das feministas, residiu no equívoco de pensar a mudança social sem os seus agentes.

⁵³ Desde 1957, os tratados europeus consagraram o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual entre homens e mulheres no mesmo local de trabalho (atualmente, artigo 157º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)).

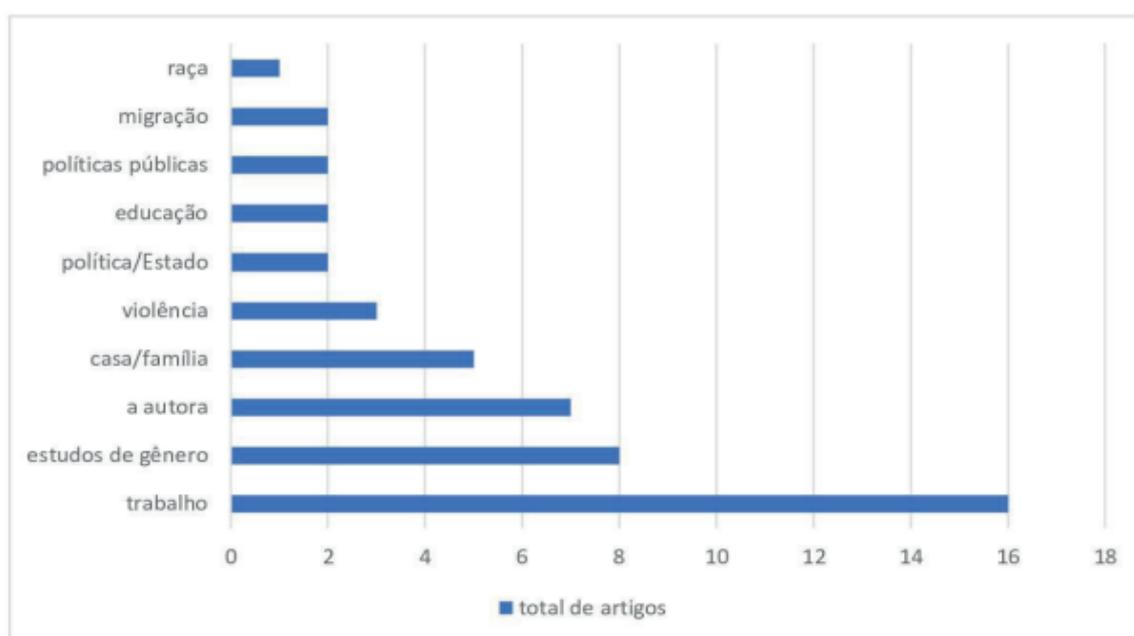
3.4 HELEIETH SAFFIOTI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO

Não há como negar o caráter encorajador da publicação “A Mulher na Sociedade de Classe”, de Heleieth Saffioti, de 1969, ao defender sua pesquisa num contexto de domínio masculino e discutir a mulher na perspectiva marxista. Não se pode deixar de considerar que a obra é datada. Porém, sua produção é reconhecida por pesquisadoras dentro e fora do marxismo.

O livro de Saffioti, desde seu título, é tributário dessas condições de emergência. Antes de ser uma obra feminista, *Mulher na sociedade de classes* [...] é um estudo marxista sobre o capitalismo subdesenvolvido, em que a mulher é vista como uma prova da distância entre a aparência e a essência na relação de dominação (PINTO, 2014, p.323).

A obra foi reeditada em 2013 e tem sido uma referência na área das Ciências Sociais, mas ainda faz parte de um nicho específico de discussão e de interesse. Na área de Humanas, especificamente em Educação, o livro é pouco conhecido e divulgado, como se pode observar no levantamento realizado recentemente. Constam apenas duas citações nesta área, sendo que gênero e trabalho têm um número de citações bem mais expressivo, 8 e 16, respectivamente, o que se percebe nos dados de Sorj e Araujo (2021), como segue na Figura 14:

FIGURA 14 - Número de artigos que citam o livro MNSC nas revistas generalistas e feministas por temática abordada



Fonte: Sorj e Araujo (2021).

Constata-se uma baixa adesão das produções educacionais das obras de Saffioti. Na década de 1990, no livro: Estado da Arte e Bibliografia, realizado por Rosemberg, Piza e Montenegro (1990), a Mulher na Sociedade de Classe: mito e realidade, as autoras evidenciaram a contribuição para a área de educação, elencaram aspectos como a instrução feminina, o caráter histórico, o papel da educação como “estimuladora ou facilitadora da profissionalização docente” e a estrutura educacional integrante da superestrutura. As autoras acrescentam que:

A utilização social de caracteres raciais, assim como sexuais, permite dar aos fenômenos de natureza econômica, tais como o posicionamento dos indivíduos no sistema produtivo de bens e serviços, uma aparência inibidora da percepção de sua essência (ROSEMBERG; PIZA; MONTENEGRO, 1990, p. 76).

Evidencia-se que os trabalhos que discutem feminização do magistério, as questões de gênero, não trazem Heleieth Saffioti como referência, todavia, ela é precursora e uma das maiores estudiosas de questões de mulheres sobre inúmeros aspectos, sendo essa temática presente no decorrer de 45 anos de pesquisa em sua vida acadêmica. Na década de 1960, não existiam estudos que abordassem questões relacionadas à instrução das mulheres, os impactos no mercado de trabalho e os aspectos ideológicos imbricados neste processo, sendo a autora precursora e uma das principais investigadoras da temática feminina.

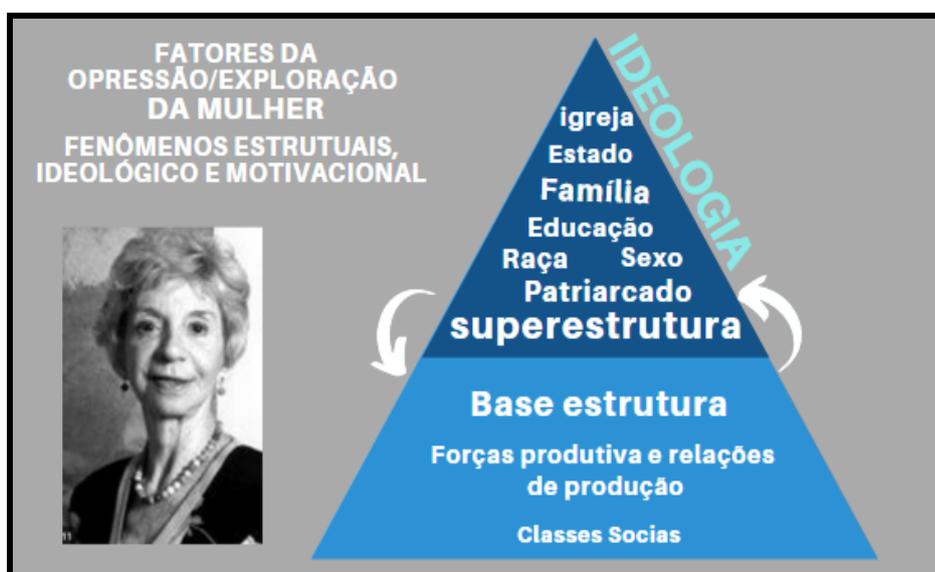
A discussão apresentada por Saffioti era e é atual, uma vez que o sistema capitalista de produção foi contemplado como um dos fenômenos analisados, bem como o alijamento do sexo feminino na esfera produtiva. Utilizou, para tanto, o referencial marxista, o que se configurou como uma inovação e um diferencial que agregou elementos à discussão das dimensões da classe trabalhadora no Brasil, porém cabe esclarecer que as obras subsequente Saffioti ampliou o debate e dialoga com inúmeros autores de correntes diversas ampliando conceitos, ela tem a prerrogativa de não fazer do referencial marxista uma camisa de força ou um dogma.

Saffioti antecipou discussões que se ilustram ainda de forma mais nítida e precisa nos tempos atuais, de modo que as estratificações sociais por classe, gênero e raça estão bem mais evidentes como fenômenos altamente relevantes, como características desvalorizadoras da mão de obra, com agravantes raciais para homens negros em relação aos homens brancos, quanto as mulheres

desprestigiadas em relação aos homens, com agravantes raciais entre as mulheres. Ou seja, há sobreposições de preconceitos, os quais refletem o processo de desvalorização profissional, que são fenômenos tão bem abordados pela autora.

As contribuições que Saffioti apresentou para a educação são as marcas discriminatórias socialmente construídas, sendo elaborado por um conjunto de dimensões. Ela, ao discutir sobre a instrução da mulher na sociedade brasileira, evidenciou os elementos que formaram a superestrutura para a manutenção da desigualdade entre os sexos, bem como a manutenção da “vocação natural do destino biológico” e a inferiorização delas, deixando claro como isto fez parte de um projeto estatal.

FIGURA 15 - Fatores de Opressão e Exploração na obra “A Mulher na Sociedade de Classes”



Fonte: A autora.

A superestrutura, construção ideológica que se apresenta por meio de fenômenos políticos, religiosos, culturais e educacionais, compõe as ideias dominantes das classes dominantes, sendo a estrutura os meios sociais de produção, a divisão social do trabalho. Tanto a superestrutura quanto a estrutura estiveram sob domínio masculino, o qual garantiu os seus privilégios e exclusividade e impediram as mulheres do acesso aos meios de produção e às esferas de poder.

Na análise criteriosa realizada por Saffioti, quanto à formação da mulher na sociedade brasileira, um elemento importante a ser considerado, em sua produção, foi a totalidade dos fatores abordados, considerando tanto a estrutura como a superestrutura. Isso apresenta um diferencial na abordagem educacional, não

somente quanto ao difícil acesso à instrução feminina, mas seu reflexo no sistema produtivo, a atuação da mulher na esfera reprodutiva, como exército de reserva, são contribuições a serem consideradas para a educação.

À abordagem da instrução feminina a autora dedicou uma parte significativa do livro, no sentido de que os processos de alijamento de acesso do sexo feminino à educação representam fatores relevantes na constituição e na formação social e econômica brasileira, e seu impacto na sociedade capitalista. A compreensão da atuação da mulher na esfera produtiva, em alguns momentos, não expressa a realidade da mulher da classe trabalhadora, pobre, arrimo de família, a qual é invisibilizada. Na abordagem a seguir, a mulher se apresenta em um contexto geral. Todavia, denuncia a mulher marginalizada na esfera produtiva pelo fator sexo na estrutura de classes:

[...] a sociedade capitalista não coloca o trabalho feminino como via de objetivação da mulher, nem cogita de determinar sua força de trabalho, permanentemente, como mercadoria. Quando indica o trabalho como terapêutica das neuroses femininas, decorrentes, muitas vezes, da perda de funções no lar, com a emancipação dos filhos, ou da monotonia dos serviços domésticos, não o tem, frequentemente, como solução definitiva, mas provisória, nem o pensa, via de regra e necessariamente, em sua forma remunerada. [...] nem garantem à mulher a independência econômica de que todos os seres adultos necessitam nas sociedades competitivas para sua própria estabilidade emocional, nem a determinam como um trabalhador comum que sofre de modo típico o processo alienador do modo de produção capitalista. Tornando a mulher um trabalhador especial, a sociedade de classes salva sua aparência de reino da liberdade ao mesmo tempo em que permite o livre operar dos fatores naturais que, uma vez socialmente elaborados, representam limitações ao pleno desenvolvimento da personalidade feminina. Contrariamente ao que frequentemente aparece na consciência masculina, o processo de marginalização da mulher da estrutura de classes não traz benefícios aos homens, porquanto, como unidade de consumo, a família acaba por auferir rendimentos inferiores quando seus membros femininos são conservados no lar, afastados dos trabalhos remunerados. Assim, não apenas a consciência feminina está mistificada, mas o próprio homem se deixa levar pelos mecanismos de defesa do sistema capitalista de produção como se a manutenção de seu domínio sobre a mulher compensasse as desvantagens de uma distribuição extremamente desigual dos produtos do trabalho social. Nestas condições, o problema da mulher nas sociedades competitivas não é somente seu, mas um problema de homens e mulheres (SAFFIOTI, 1976, p.371-372).

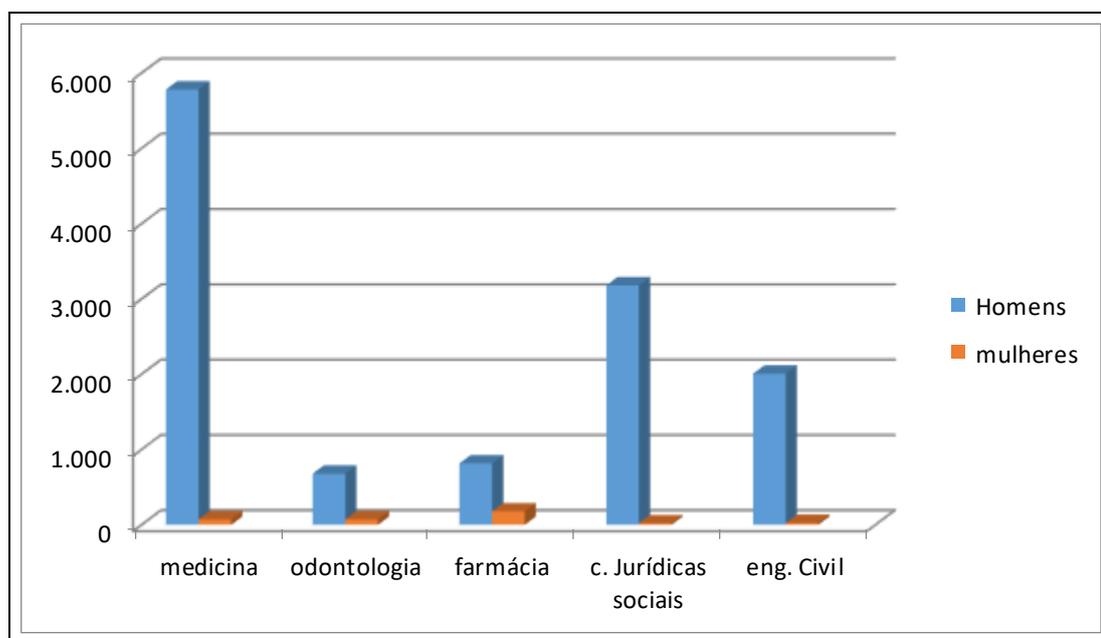
Nesta perspectiva, a força de trabalho feminina sofreu e sofre as flutuações econômicas e é assujeitada à percepção de salários correspondentes e subsidiários, não somente de menor qualificação técnica, como desenvolvimento da personalidade feminina, dos traços característicos do trabalho no sistema capitalista

de produção, fatores que precarizam ainda mais a situação da mulher da classe trabalhadora, com agravantes sociais sobrepostos ao fator sexo, juntamente ao racial.

Para Saffioti (*apud* BELTRÃO; NOVELLINO, 2002), a mera qualificação técnica da força de trabalho não se constitui na condição básica para a profissionalização e atuação feminina. Nessa época, pode-se até observar que houve uma expansão quantitativa do sistema educacional, mas pouco qualitativa. Não obstante a taxa de alfabetização da população brasileira tenha crescido durante a República Velha (1889-1930), ainda preservava altos níveis de analfabetismo, com a exclusão educacional maior para as mulheres negras.

Em 1930, a representação da educação feminina nos cursos superiores demonstrava o processo histórico de marginalização das mulheres na educação. Esta hegemonia masculina nas áreas do conhecimento, acabaram por legitimar condutas e práticas. Porém, mesmo sendo de seguimentos prestigiados economicamente, algumas raríssimas mulheres furaram o bloqueio e matriculam-se nos cursos superiores, o que era a exceção. O curso superior na década de 1930 era escasso no país, ou seja, para poucos, votado para uma elite.

FIGURA 16 – Matrícula no Ensino Superior Geral, no Brasil 1929



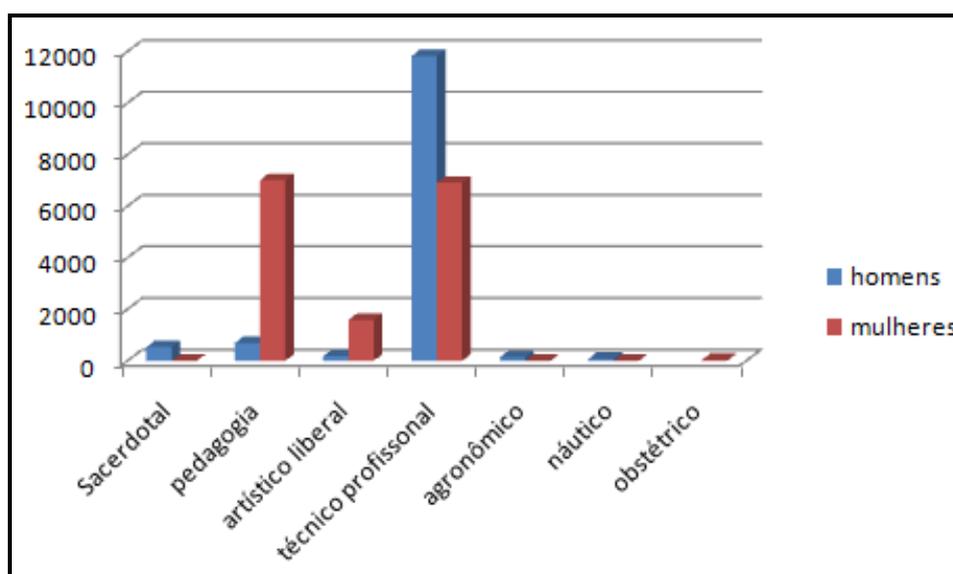
Fonte: A autora, adaptado de Saffioti (1976).

Nota: Medicina (5.797 H, 72M); Odontologia (680 H, 71 M); Farmácia (816 H, 178M); Ciências Jurídicas e Sociais (3180 H, 180 H, 20M); Engenharia Civil 2007 H, 24 M) (SAFFIOTI, 1976, p.217).

Na década de 1930, São Paulo era a maior cidade brasileira, com 1 milhão de habitantes, e em suas esquinas encontravam-se diferentes personalidades, desde barões de café, industriais, operários, comerciantes, artesões e mendigos e vadios, que faziam o contraste entre a riqueza de poucos e a miséria de muitos.

O golpe de Estado e a ascensão de Getúlio Vargas demandaram mudanças de ordem político-social, e a crise de 1929 teve como reflexo o desemprego, pobreza, oscilação e queda da renda, era preciso recuperar a confiança (ZANIRATO, 2000). Os caminhos pensados para a edificação da nação foram o trabalho, a ordem, o progresso, o desenvolvimento e a educação. Neste período, as matrículas na maior cidade do país voltaram-se para a formação técnica, a ausência de um projeto educacional no país refletia-se nos números.

FIGURA 17 - Matrículas de Cursos técnicos no Estado de São Paulo, 1930⁵⁴



Fonte: A autora, adaptado de Saffioti (1976).

Um sistema social hierarquizado, com profundas diferenças entre homens e mulheres, e a concessão de direitos civis, como voto, foram combatidos por serem compreendidos como desestabilizadores sociais e um atentado às recomendações religiosas. As desigualdades se apresentaram nos diferentes setores, em especial no mundo do trabalho e os bens econômicos e culturais. O acesso ao ensino geral em São Paulo se mostrou irrelevante.

⁵⁴ Sacerdotal (535 H, 0M); Pedagogia (691H, 7010M); Artístico Liberal (178H, 1584M); Técnico Profissional (11.827H, 6912M); Agrônomo (138H 0M); Náutico (45H, 0M); Obstétrico (0H, 43M) SAFFIOTI (1976, p.218).

Neste sentido, a educação oferecida, além de ser escassa ao sexo feminino e à classe trabalhadora, serviu para a conformação social, para a manutenção do *status quo*. Para Marx (1978), a seleção é feita a partir da base econômica e não da inteligência, igualmente repartida potencialmente em todas as classes. Para os ricos, um meio material que prepara para a ideologia e as reações dominantes; e para as mulheres e os pobres um estado que reproduz a pobreza, a desigualdade, conformando-os.

Saffioti (1976) alertou que a ampliação na área de Pedagogia se deu em função de políticas de facilitação no ingresso ao curso por meio da Lei nº 2.269, de 1927, que visou equacionar os problemas de falta de professores. Salientou como aspectos negativos: a redução na duração do curso, dependendo do número da oferta e da procura, e a eliminação do exame de admissão.

Na década de 30, havia uma predominância de estudantes mulheres nos cursos pedagógicos, os quais sofreram desvalorização social, configurando-se como cursos profissionalizante para o exercício do magistério primário. Com a flexibilização das leis normalistas, as mulheres puderam entrar em cursos superiores, mas somente nas áreas de Pedagogia, Letras, Geografia e História, visando-se, assim, estimulá-las ao magistério de grau médio. Desta forma, o Estado orientou pelas áreas em que a atuação das mulheres na educação suprisse a necessidade desta demanda profissional.

Em um contexto geral, a análise de Saffioti a respeito do trabalho da mulher foi baseada na conjugação de dois conceitos. O primeiro era o de “exército de reserva”, em virtude das baixas potencialidades do setor secundário de absorção de trabalho. A força de trabalho feminina tem sido desligada com frequência do mercado de trabalho, é trocada por salários mais baixos e tem sido explorada especialmente em atividades no setor pré-capitalista, marginais ao modo de produção hegemônico, mas subordinadas à sua lógica. O segundo conceito está referido à forma como socialmente foi constituído o caráter feminino: sua adaptabilidade ao mundo privado do lar e sua docilidade na eventualidade de sua incorporação assalariada ao trabalho, a precarização do seu processo de formação.

No Brasil, na segunda metade do século XX, a oferta de emprego pelo setor capitalista da sociedade era limitada, sendo assim, as mulheres, na condição de donas-de-casa ou mesmo de empregadas domésticas, na prestação de serviços pessoais, ficaram em geral relegadas ao setor pré-capitalista, enquanto as que se

integraram no setor produtivo exerciam suas atividades em condições periféricas desprivilegiadas, em relação ao sexo masculino.

A inserção das mulheres na família evidenciava como ela estava para o sistema capitalista de produção, ou seja, funcionava enquanto exército de reserva, o qual era acionada, na medida da necessidade produtiva. O trabalho da mulher na família, de certa forma, visou a produção diária da força de trabalho do trabalhador, como a reprodução desta. Há fatores históricos que ora absorvem, ora refutam a mão de obra feminina:

Segundo inquérito realizado em 1945 entre duas mil mulheres dois terços delas pretendiam reter seu emprego, localizando-se as mais altas percentagens nas faixas de idade avançada. Não obstante, além de reduzidas as facilidades para as mulheres casadas e mães, outro fator parece ter sido decisivo para promover a volta da mulher ao lar e ao trabalho doméstico exclusivamente: a idéia de que, se o número de empregos é menor que o número de pessoas aptas a preenchê-los, aos homens cabe a prioridade. A redução do emprego da força de trabalho feminina duraria alguns anos depois da guerra para novamente elevar-se essa utilização com o esforço do rearmamento desenvolvido pelo governo inglês em torno de 1950 (SAFFIOTI, 1976, p. 46).

No livro *A Mulher na sociedade de Classes: mito e realidade*, Saffioti possibilitou encaminhamentos teóricos, o cruzamento de como se operacionalizam as relações entre as determinações sexo e o sistema capitalista de produção. Neste contexto, a sociedade atribui papéis às diferentes categorias sexuais, ou seja, homens e mulheres não ocupam posições iguais, o que não é uma exclusividade brasileira.

A identidade da mulher e do homem é construída com atribuições de papéis distintos, os quais são delimitados com bastante precisão na esfera de sua atuação. Desta forma, a socialização dos filhos constitui uma atribuição da mulher, e mesmo quando ela desempenha função remunerada fora do lar, é de sua total responsabilidade preparar a geração mais jovem para a vida adulta. O Patriarcado não é uma prática social superada, atravessa as classes sociais e o tempo, visando a manutenção e garantia dos privilégios do sexo masculino.

Por que se manter o nome patriarcado? [...] porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

Para Saffioti, há uma relação entre capitalismo e patriarcado, sendo este anterior ao capitalismo. Ela advogou a importância de se lidar simultaneamente com as noções de dominação e exploração, como duas dimensões que constituem faces de um mesmo processo de dominação-exploração ou vice-versa. Não repousa somente na desigualdade salarial, ocupacional e na marginalização dos importantes papéis econômicos e políticos, mas inclui o controle da sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres.

Em estudos posteriores, a autora é coerente com os princípios metodológicos presentes desde a primeira obra, no entanto, estes se apresentam com maior ampliação conceituais, por entender alguns limites da abordagem marxista, uma vez que a obra de Marx e Engels é datada. Saffioti assevera não ser possível renunciar ao termo patriarcado em detrimento de gênero, sugerindo a utilização dos dois conceitos, de forma a conciliar ambos: gênero e patriarcado. Para ela, o primeiro é um conceito útil, rico, todavia vasto, ambíguo, ao passo que o segundo diz respeito à desigualdade e à opressão, apresentando-se como uma possibilidade dentro das relações de gênero, mas não a única, junto à questão de gênero está a relação de classe, o que para ela é central (SAFFIOTI, 2004).

Dessa forma, Saffioti consolidou seu pensamento, o qual se deu não pela exclusão, mas pela incorporação, em vários meios, inclusive no intelectual, sob a orientação de Florestan Fernandes e do grupo que o circundava. Falou das questões da mulher, negou seu feminismo de início, uma vez que quem estava subordinada não era a mulher, mas a classe proletária, pelo menos na compreensão daquele momento. Em meio a um Regime Militar opressor e a derrota das forças de esquerda com prisões, exílio e aposentadorias compulsórias, no dizer de PINTO, 2014, o feminismo possível foi o comedido, que pode encontrar, mesmo com dificuldade, espaços de expressão.

Evidenciou-se, assim, que a luta pela emancipação política foi insuficiente, bem como o ingresso no mercado de trabalho, a “ampliação de direitos”, estes “avanços” não foram suficientes. Os efeitos de um modelo de educação, o disciplinamento social, o caráter ideológico com que mulheres e homens foram e são educados dificultam a superação das práticas discriminatórias, legitimando a ideologia do patriarcado. É necessária uma prática educacional contra-hegemônica. Por mais progressista que tenha sido a luta das mulheres, não se atingiu a igualdade

entre os sexos, fazendo-se imprescindível uma atitude combativa diuturnamente. Logo, o problema da mulher é um problema da sociedade.

[...] a escola de pensamento na qual se insere a autora, leva a percepções de longo prazo sobre uma intelectual brasileira que deixa um legado de análises, explicações e interpretações a serem revisitados, transformados e criticados pelas novas escolas do pensamento brasileiro, tanto na área de estudos de gênero como em várias grandes áreas da Sociologia (OLIVEIRA, 2019, p.53).

A presença de Heleieth Saffioti no pensamento social brasileiro é uma atuação contra-hegemônica em relação ao predomínio intelectual masculino nas Ciências Sociais. Neste caso, sua produção e o centro do seu pensamento não é mais sobre “eles”, é sobre “nós”; não é mais sobre o que disseram de nós, mas como dizemos de nós; não será sobre a história que contaram de nós, mas a história que nós podemos contar e analisar. O marxismo sempre pode ser pensado para explicar a opressão e exploração que se potencializa na sociedade capitalista e, mais ainda, para evidenciar o que o próprio Marx afirmara de um antagonismo entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o pensamento de Heleieth Saffioti por meio da obra publicada em 1969, “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, na qual a autora dedicou uma parte ao tratar da instrução feminina no Brasil no século XIX e seus impactos na sociedade de classe que se estruturava na década de 1960.

Este estudo se configurou em inúmeros desafios, primeiramente quanto à delimitação temporal que se configurou da presente forma. O tempo presente da obra, a década de 1960, em que vai se consolidando a classe trabalhadora no Brasil, desde a década de 30, o contexto político repressor da ditadura de 64, o grande desafio intelectual daquele momento, a emergência acadêmica de uma compreensão da constituição econômico e social brasileira, em que se evidenciou a produção que subsidia a compreensão histórica, sociológica e econômica do Brasil. Por outro lado, os intelectuais e as produções deste período estavam voltados para a sociedade escravocrata, buscava-se entender a jovem República.

Neste contexto, evidenciou-se um empenho dos intelectuais brasileiros, mais especificamente de um grupo marxista, liderado por Florestan Fernandes, Nelson Werneck, Octavio Ianni, Caio Prado Júnior e Heleieth Saffioti, os quais visaram a compreensão de como se deu a construção da sociedade brasileira, da história e da economia. Houve um esforço coletivo para a produção do conhecimento sobre o século XIX, haja vista ser preciso entender a sociedade escravocrata, a transição do trabalho escravo para o assalariado e os processos pelos quais a sociedade passou para chegar à década de 1960.

Oportunamente, Heleieth produziu “A Mulher na Sociedade de Classes” e da mesma forma voltou-se para o período do século XIX, com vistas a compreender a posição da mulher na ordem escravocrata senhorial e o processo de instrução, para evidenciar seu alijamento na sociedade de classes, bem como atuou a Igreja e o Estado no processo de legitimação das práticas de conformação social e na divisão sexual do trabalho. Na tentativa de elucidar os objetivos propostos e compreender o processo de formação de Heleieth Saffioti e as inúmeras dificuldades encontradas, sua própria trajetória demonstrou aspectos muito peculiares para o acesso à formação na década de 1940 e 1960, onde o sujeito e o objeto foi permeado pela atividade.

Desta forma, ficaram evidentes os processos de subjetivação e objetivação, ambos são historicamente situados, homens e mulheres fazem história, por meio de suas práticas. Neste momento, destacou-se a educação como um ponto central, uma necessidade imperativa que marcou toda a sua trajetória de vida de Heleieth Saffioti. É possível perceber, no primeiro capítulo, que o casamento garantiu o acesso a melhores condições materiais e culturais.

Evidencia-se a trajetória acadêmica, as aproximações teóricas e as redes de relações, as quais são fundamentais para o acesso à docência tanto na Unesp de Araraquara quanto na PUC de São Paulo. Desta forma, comprova-se, nesta tese, a mesma rede de relações e a mesma base teórica onde ela figurou como exceção em um grupo predominantemente masculino, perante o qual ela conquistou admiração e respeito intelectual, se sobressaiu e contribuiu com a ampliação do debate teórico na perspectiva marxista.

Neste sentido, ao longo de 45 anos de pesquisa, Heleieth Saffioti vai consolidando e ampliando sua atuação como pesquisadora, na pós-graduação em nível de mestrado e doutorado na Unesp de Araraquara e PUC São Paulo, com inúmeras orientações, sempre vinculada ao mesmo grupo da USP, atrelado a Florestan Fernandes. Neste seguimento, a autora sempre teve autonomia suficiente a ponto de realizar críticas ao socialismo calcado no marxismo dogmático, o qual reconhece somente a luta de classes como a legítima.

Corroboram nesta pesquisa as abordagens sobre a mulher constantes nas obras de Marx e Engels, visando compreender a participação feminina na estrutura ocupacional das formações sociais, regidas pelo modo de produção capitalista. Foi fundamental considerar outros papéis sociais, bem como as possibilidades dos fundamentos marxistas acerca da divisão sexual do trabalho. Apesar de não ser a questão central em Marx e Engels, constatou-se a abordagem sobre a mulher a partir de vários aspectos.

A produção dos autores é datada, não sendo possível discutir fenômenos que surgiram no devir da história, porém, há materialidade na produção marxista que evidencia o fracionamento da classe trabalhadora e o ingresso de mulheres no sistema produtivo, configurando exército de reserva e mais-valia dos proprietários dos meios de produção. O capital descortinou as relações de produção do sistema capitalista e a forma como a mulher foi lançada ao mercado de trabalho no sistema produtivo. Evidencia-se, ainda, a partir do referencial teórico, a classe trabalhadora, a

força de trabalho feminina, o início da participação sindical e as resistências ao engajamento em defesa do sexo feminino e a necessidade da união operária, com protagonismo importante de Flora Tristán (1803 -1844) e Clara Zetkin (1899 a 1927).

A partir da produção das sociedades capitalistas, foi possível compreender a formação da sociedade brasileira, que ocorreu enquanto a classe trabalhadora se efetivava na Europa, a transição do regime feudal para a sociedade de produção capitalista. No Brasil, vivia-se um mundo à parte, com uma contra-ação ao enfraquecimento da sociedade feudal portuguesa, a sociedade brasileira agrária e escravocrata se consolidava.

Desta forma, o que a Europa viveu na segunda metade do século XIX, o Brasil vivenciou na segunda metade do século XX. Saffioti traçou um eixo para a interpretação da sociedade brasileira; este movimento histórico é conduzido pela produção da autora, na medida em que ela tenta compreender os processos do regime de produção capitalista da Europa e a constituição da sociedade brasileira, por meio da exploração do escravo, de questões compreendidas como um mercantilismo pré-capitalista de exploração de recursos naturais voltado para o comércio exterior, visando o lucro.

Ao se analisar a ordem escravocrata senhorial, como ponto de partida histórico, a qual esteve atrelada a uma sociedade estruturada no patrimonialismo agrário, este sofreu uma transformação do patriarcado pela diferença do tipo de dependência do líder, do senhor, do chefe da família, e assim também das relações senhoriais ou patronais. O patriarcado esteve e está enraizado no Estado Brasileiro em sua dinâmica histórica, compondo um sistema que gera situações arbitrárias de poder dentro do espaço familiar e, para além deste, chega ao próprio Estado, sendo o seu Estamento burocrático.

A Igreja e o Estado se configuraram como instituições dominadas por homens, os quais dificultaram o acesso das mulheres à educação e à participação social, já que ambos visavam a reprodução e a socialização da geração futura. Procurou-se desvelar o processo educacional da mulher nos períodos históricos da constituição da sociedade brasileira, em que a autora explicitou nuances perversas, de como as mulheres eram consideradas, ou melhor, desconsideradas. Elas eram vistas como sujeitos, mas como reprodutoras, de modo que a sua condição compreendida pelo determinismo biológico.

Foi necessário evidenciar a forma como foi pensada, “concebida”, o que se denominou de “educação” as razões para a dualidade do currículo, o empobrecimento de conteúdos com o ingresso das mulheres. Atentou-se, ainda, para a ausência de instrução, a proibição ao acesso e os fatores imbricados neste processo.

O estudo trouxe elementos que demonstraram o quanto a autora não é evidenciada na área de educação, os aspectos teóricos de sua abordagem, bem como fatores para a opressão e exploração considerando a base marxista, partindo da superestrutura e estrutura e como são concebidas as ideias dominantes. Para ilustrar, evidenciam-se dados contidos na produção de Saffioti, nos quais apresenta as disparidades de matrículas entre homens e mulheres e as áreas do conhecimento, em 1929.

Saffioti buscou compreender os processos e as raízes do alijamento do sexo feminino do sistema produtivo, mostrando a possibilidade teórica-metodológica para abordar a mulher na sociedade de classes, a dominação e exploração na estrutura social. A autora desvelou o conjunto de mitos como justificadores para as atribuições quanto à “inferioridade intelectual da mulher e a destinação biológica”.

A Igreja Católica e o Estado, no Brasil, foram agentes estruturais do processo de inferiorização da mulher, da subjugação, por meio da suposta vocação natural à maternidade e a orientação para a atuação profissional para que funções específicas que não corrompessem o papel social determinado a elas, ao casamento, a educação dos filhos e a organização da casa e a realização dos desejos do marido.

Neste sentido, a Igreja Católica e o Estado protagonizaram um papel na sociedade brasileira de caráter corrosivo quanto à educação das mulheres, exercendo o domínio da vida privada, o doutrinamento, com vias à moralidade, à castidade, solidificando mitos de obediência, docilidade e legitimando um pensamento de inferioridade intelectual da mulher, fragilidade moral e física. A igreja e o Estado configuraram-se em instituições que visaram a manutenção do poder, das desigualdades e dos privilégios, inclusive dos homens sobre as mulheres.

Compreende-se que a delimitação foi um desafio, uma vez que estava circunstanciada ao objeto, a 1960, tendo inúmeros fatores relevantes, acontecimentos importantes nos períodos abordados. Desta forma, priorizaram-se os aspectos que foram considerados relevantes para responder aos objetivos propostos, todavia, todo o pensamento da autora em relação à obra em questão, o movimento histórico orientava acerca do século XIX, tanto no Brasil quanto na Europa, um exercício nesse

movimento da história, em que o mais desenvolvido possibilitou a compreensão do menos desenvolvido.

Outro desafio encontrado na realização desta pesquisa foi o isolamento social imposto mundialmente pelo período mais difícil da humanidade, em que toda a população temeu por suas vidas e presenciou a partida de familiares, parentes, colegas de trabalho, amigos, vizinhos, numa pandemia mundial que assolou a todos indistintamente.

A conclusão deste trabalho se deu em um contexto inimaginável, o qual alterou toda a trajetória de pesquisa e a interrupções de viagens e acesso a acervos físicos, à medida que limitou todo o movimento e o roteiro inicialmente pensado. Todavia, os acervos digitais viabilizaram acesso a materiais sem os quais seria impossível concluir o estudo. Ressalta-se ainda que a obra de Heleieth Saffioti tem uma característica hermética, com poucas interlocuções, o que se configurou em mais um desafio, sua produção contempla uma profunda intertextualidade o que impõe um exercício de humildade intelectual.

A produção de Heleieth e a análise por ela realizada evidenciam que a opressão da mulher não é somente de base econômica, uma vez que o patriarcado se estende a todas as classes, é um ponto de interseção entre as duas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora, sendo ainda a ordem patriarcal um fator de opressão entre todas as mulheres, os quais se agravam em detrimento da cor, das questões materiais. Contudo, é um fator que todas as mulheres são vítimas, seja no ambiente público, seja no ambiente privado, não há lugar imune a essa opressão.

O livro *A Mulher na sociedade de classes* é uma incontestável contribuição para a compreensão da educação brasileira, principalmente no que diz respeito a uma educação de ordem patriarcal. A autora evidenciou o papel da Igreja e do Estado na alienação da mulher e da sociedade, quanto ao lugar que competia à mulher, destaca-se aspectos importantes além do fator sexo, o fator racial como uma grande contribuição teórica para o conhecimento em diversas áreas.

A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti, denominado de teoria, (denominado por autores, como Bezerra, 2013, dentre outros) permitiu um diálogo benéfico entre o marxismo e o feminismo, marcando significativamente a produção do conhecimento, estabelecendo assim contribuições inovadoras para ambos. Comprovando-se nesta pesquisa ser um instrumento importante teórico, importante para a área da educação, para a História da Educação, dentre outras, considerando

os aspectos e a abordagem crítica e inovadora quanto a educação das mulheres o papel da Igreja e do Estado e a ordem patriarcal como um elemento fundamental na formação e constituição das relações de poder e na tessitura social brasileira altamente corrosiva para o sexo feminino.

Espera-se que o presente trabalho provoque novas inquietações e que seja semente jorrada num terreno fértil, que possa suscitar tantos outros frutos, outras flores, outros olhares, visando assim contribuir para acrescentar elementos ao debate e à compreensão dos aspectos ideológicos da educação como um todo.

Dada a riqueza e os inúmeros determinantes históricos que permearam o objeto estudado, tem-se a clareza de que esta pesquisa não se encerra aqui, ela tem em vista sugerir novos trabalhos que possam contribuir com a educação das mulheres e tantas outras áreas em que se precisa avançar quanto ao debate acerca do patriarcado, da ordem vigente androcêntrica, patriarcal. Mas de forma alguma lançaremos um ponto final, o ponto final aqui é apenas para formar reticência, ou mesmo para indicar o pontilhado do início de uma nova caminhada, considerando todos os elementos que nos trouxeram até aqui.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Suellem. União Operária de Flora Tristan. A radicalidade do pensamento de Flora Tristan. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.21, n.38, p.212-216, jan./jun. 2017.
- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**, v.15, n.2, dez. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Heleieth Saffioti! Caros Amigos**, 2010.
- ANDRADA, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.18, p. 265-300, set./dez. 2015.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. A ideologia da “liberdade” liberal. **Revista Espaço Acadêmico**, n.53, out. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53andrioli.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá: História/ensino fundamental (6º ano)**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007. Disponível em: <http://historiaemcartaz.blogspot.com/2015/10/arquivo-h-revolucao-industrial-relatos.html>. Acesso em: 2 out. 2021.
- ARAUJO, Angela; KREIN, Andre. Informalidade e Relações de Gênero a Partir da década de 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET, 13., 2013, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, out. 2013.
- BASTOS, Elide R. Sessenta anos da publicação de um relatório exemplar. **Sinais Sociais**, v. 10, n. 28, p. 29-54, maio/ago. 2015.
- BELTRÃO, K.; NOVELLINO, M. S. **Alfabetização, raça e classe**: evolução no período 1940-2000. Rio de Janeiro: Ence; IBGE, 2002. (Texto para Discussão, 1).
- BEZERRA, Eliane. A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.17, n.31, p.170-173, jul./dez. 2013.
- BLAY, Eva Alterman. **A Mulher Escola Profissão - O Ginásio Industrial Feminino**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo - USP: São Paulo, 1969.
- BLAY, Eva Alterman. **A Mulher na Indústria Paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.
- BOTTOMORE, Tom. (coord.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino**. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP, São Paulo, 2005.

BRUSHINNI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUENO, Monica Raquel Candido. **Trajetória e Desafios da Formação de Professores no Brasil**: um estudo sobre o curso de Pedagogia da Instituição Moura Lacerda De Ribeirão Preto - SP. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituição de Ensino: Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2011.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.

CASTRO, Conrado Pires de. **Desenvolvimento nas sombras e as sobras**: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira (1933-1985). Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2009.

CASTRO, Mary Garcia. Notas sobre a Potencialidade do Conceito de Patriarcado para um Sujeito no Feminismo. Contribuições de Heleieth Saffioti - em memória e pelo devir. **Cadernos Crítica Feminista**, ano V, n. 4, dez. 2011.

CENTRO DE PESQUISA E HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL – SP. 2012. Disponível em: <http://dudelamonica.blogspot.com/2012/01/memoria-escolas-de-avare-sp-decada-de.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes**: vida e obra. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CIPRIANO, Cristian. **Álvaro Vieira Pinto e Heleieth Saffioti intérpretes do Brasil**: pressupostos para o desenvolvimento e o feminismo em suas obras. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CPDOC FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

DEMARZO, Mário Sérgio. **Memória Coletiva na Cidade de Araraquara (SP): Destruição/Re-Construção**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2018.

DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL. São Paulo: Zahar, 2000.

POMPEU, Fernanda. Heleieth Saffioti. In: CHARF, Clara (Coord.). *Brasileiras guerreiras da paz*. São Paulo: Contexto, 2006.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Gabriel Bolaffi**. 2021. Disponível em:
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14574/gabriel-bolaffi>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e o Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder Formação do patronato político brasileiro**. 3.ed.rev. São Paulo: Globo, 2001. Disponível em:
<http://groups.google.com.br/group/digitalsource2>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça braça. v. 1. 5.ed. São Paulo: Globo, 2008 [1964].

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004 [1933].

FUNDAÇÃO FAUSTO CASTILHO. **Vida**. Campinas, 2020. Disponível em:
<http://www.fundacaofaustocastilho.org.br/vida/>. Acesso em: 2 out. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1971.

GEVEHR, Daniel Luciano; SOUZA, Vera Lúcia de. As mulheres e a igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. **Revista Acadêmica Licenciatura**, Ivoti, v.2, p.113-121, jan./jun. 2014.

GIRALDI, Alice. **Heleieth Saffioti**: Em favor dos direitos da mulher. UNESP ciência. 6.ed. Perfilmarço 1, 2010. Disponível em: <http://unespciencia.com.br/2010/03/01/perfil-06/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GLOBO UNIVERSIDADE. **Conheça a história da criação da USP**. 01 mar. 2021. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2011/12/conheca-historia-da-criacao-da-usp.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GONÇALVES, Kalina Fernandes. **Por uma utopia realizável**: o Feminismo Engajado e o Socialismo Utópico nas Obras de Flora Tristan No Século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

GONÇALVES, Renata. Heleieth Saffioti e a articulação entre teoria marxista e ideias feministas nas Ciências Sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2011. **Anais [...]**. Águas de Lindóia, SP: ANPOCS, 2011.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.70-81, 2. sem. 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GREENHALGH, Laura. **Feminismo para poucas**. Entrevista com Michelle Perrot. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/feminismo_para_pocas_entrevista_michelle_perrot.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

HISTÓRIA DO MUNDO. **Golpe Militar de 1964**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções – 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octávio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 15-76.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social - Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v.12, n.2, p. 55-74, nov. 2000.

IEA. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Antonio Candido de Mello e Souza**. 19 set. 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoa/antonio-candido-de-mello-e-souza>. Acesso em: 7 jul. 2020.

IECC. **Memórias**. 2021. Disponível em: <https://ieccmemorias.wordpress.com/2013/09/26/normalista-da-caetano-de-campos-alcides-akiau-reencontra-colegas-da-escola-alves-cruz/>. Acesso em: 2 out. 2021.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **Emancipação das mulheres no projeto ético-político do serviço social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

KUPSTAS, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-5.

MARTINS, José de Souza. “Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins”. [Entrevista cedida a] Conrado Pires de Castro. **Tempo social**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 211-276, jun. 2010.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. Florestan Fernandes e os aspectos sócio-históricos de uma integração híbrida no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 50, p. 182-209, jan./abr. 2019.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes** - Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo/SP: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou a crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução, organização e notas de Marcelo Backers. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 1999. Disponível em: <https://eBoKsBrasil.com>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

MARXISMO 21. **Roberto Schwarz**. 10 dez. 2018. Disponível em: <https://marxismo21.org/roberto-schwarz/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MASSABNI, Antonio C.; MELIOS, Cristo B.; FRANCO, Douglas W. In Memoriam - Waldemar Saffioti. **Química Nova**, v.22, n.4, p. 630-631, 1999. Disponível em: http://static.sites.sbq.org.br/quimicanova.sbq.org.br/pdf/Vol22No4_630_v22_n4_%2823%29.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MCCANN, Hannah *et al.* **O livro do feminismo**. Tradução Ana Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. 2021. **Reinaldo Morano Filho**. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/reinaldo-morano-filho/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MEMORIAL DOS MUNICÍPIOS. **Auriflama**: Jardim Santa Rita de Cássia. Campinas. 2021. Disponível em: <https://www.memorialdosmunicipios.com.br/index.php/jardim-santa-rita-de-cassia-campinas?p=auriflama/jardim-santa-rita-de-cassia-campinas>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MENDES, Juliana; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 141-165, jan./abr. 2011.

MÊNDEZ, Natalia Pietra. **Com a palavra o “segundo sexo”**: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MÊNDEZ, Natalia Pietra; SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 9, n. 18, p. 275-294, jul./dez. 2010.

MORAES, João Quantum de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 149-160, 2018.

MOTTA, Daniele. **Desvendando o nó**: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas, 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 1. reimp. São Paulo: EPU, 1976.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Elizabeth Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade afrodescendente no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NORONHA, O. M. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). **Navegando na história da educação brasileira**: 20 anos do HISTEDBR. Campinas: Autores Associados, 2009.

NOVO AGITO. **Coberturas**. Itapetininga, SP., 2006-. Disponível em: <https://www.novoagito.com.br/coberturas.php?idGaleria=254>. Acesso em: 12 nov. 2021.

OLIVEIRA, Viviane Modda. **Revisitando Heleieth Saffioti**: A construção de um conceito de patriarcado. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFSCar, São Carlos, 2019.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

ORIANI, Angélica Pall. **“A célula viva do bom aparelho escolar”**: expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

PEREIRA, L. **O magistério primário numa sociedade de classes**: estudo de uma ocupação em São Paulo. São Paulo: Pioneira, 1969.

PIMENTA, Fabrícia F. Resenha do Livro *Gênero, Patriarcado, Violência*, de Heleieth Saffioti. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n.10, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **Revista Estudos Feministas** [online], v. 22, n. 1, p. 321-333, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100017>. Acesso em: 4 dez. 2021.

POMPEU, Fernanda. Heleieth Saffioti. In: CHARF, Clara (org.). **Brasileiras – Guerreiras da Paz**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política no Brasil e outros Ensaio**s. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PUC-SP. **Comissão da Verdade da PUC-SP**. 2021. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/comunidade-academica-acolhimento-de-professores.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RIBEIRO, Letícia de Souza. **Diálogos entre Heleieth I. B. Saffioti e Daniil B. Elkonin**: uma contribuição à análise histórico-cultural da idade pré-escola. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith; MONTENEGRO, Thereza. **Estado da Arte e Bibliografia**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/INEP/REDUC, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; SAFFIOTI, Heleieth I. B. (org.). **Mulher Brasileira**: Opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência Doméstica ou a Lógica do Galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Tobe a sociologist. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 31-57, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Violência doméstica**: questão de polícia e da sociedade. abr. 2011a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/saffioti/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.82-100, 2. sem. 2011b.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2014 [2004].

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Novas Perspectivas Metodológicas de Investigação nas Relações de Gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de (Org.). **Mulher em seis tempos**. Araraquara: Unesp, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, PUC/SP, n. 2, p.59-79, 1997.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos Movimentos Sociais: Feminino e a luta pela igualdade de Gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, fev. 2011.

SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SENOTIER, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, v.86, mar. 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Uma homenagem a Heleieth Saffioti: minha maior mestra. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.101-107, 2. sem. 2011.

SIMÕES, Luzinete Minella. Heleieth Saffioti, uma pioneira dos estudos pioneira dos estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 141-142, enero-abril, 2011.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Revista Estudos feministas**, Rio de Janeiro, 1994.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, v. 40, p. 169-195, jan./jun. 2013.

SORJ, Bila; ARAUJO, Bárbara. A mulher na sociedade de classes: um clássico dos estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.29, n.1, e76729, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n176729.

SORJ, Bila. Dois olhares sobre Heleieth Saffioti: o feminismo adentra a academia. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 156-158, 1995.

SOUSA, N. L. **O Projeto Republicano para a Educação no Paraná e o Processo de (Des) Mistificação De Júlia Wanderley**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, 2013.

SOUZA, Rosa de Fátima de; ÁVILA, Virginia Pereira da Silva. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43. p. 13-32, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/02.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia Mar Nunes; SOUZA, Rosa Fátima de (org.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.

STEIN, Leila de Menezes; MILANO, Mariana Tonussi; PERA, Gêssica Trevizan; OLIVEIRA Janaína; Ancelmo, Joyce; COUTINHO Beatriz Isola. Homenagem a Heleieth Saffioti. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, jan./jul. 2011.

STOLKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital**. 1850-1980. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Heleieth, a ousadia do livre pensar feminista!** [1] – (1934–2010), 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2011/01/13/heleieth-a-ousadia-do-livre-pensar-feminista-1-1934-2010/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

TRISTÁN, Flora. **União operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

UNESP. Universidade Estadual Paulista. **Chácara Sapucaia**. 2021. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/#!/centro-cultural/> Acesso em: 12 nov. 2021.

UNESP. Universidade Estadual Paulista. **Inauguração da Biblioteca Heleieth Saffioti em Araraquara**. 7 ago. 2015. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/18698/inauguracao-da-biblioteca-heleieth-saffioti-em-araraquara>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. **Famílias poliafetivas**: uma análise sob a ótica da principiologia jurídica contemporânea. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VIEIRA, Eraldo. **A República brasileira**: 1951-200 - Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

VIEIRA, Fernando; ARAUJO, Thiago. Karl Marx: sobre o suicídio. **Entropia**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jul./dez. 2016. p. 132-137.

VILLELA, Heloisa de O.S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Elias; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (org.). **500 anos de Educação - Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95-134.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital** - 1850-1980. São Paulo: Brasiliense

ZANIRATO, Sílvia Helena. São Paulo 1930/1940: Novos atores urbanos e a normatização social. **História Social**, Campinas, SP, n. 7, p. 241-264, 2000.

ZETKIN, Clara. **Discurso ao Congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha**. Gotha, 16 out 1896. Escritos Seleccionados. Berlim: Foner, 1984. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1896/10/women.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ZETKIN, Clara. Organizando Mulheres Trabalhadoras, novembro de 1922. Tradução: Talita Guglak. **International Socialism**, 1st series, n. 96, p. 22–24, mar. 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.